



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
INSTITUTO DO NOROESTE FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – INFES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO – PPGEn
MESTRADO EM ENSINO

THALLES AZEVEDO LADEIRA

O ADOECIMENTO DE PROFESSORES DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE SANTO
ANTÔNIO DE PÁDUA/RJ: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS PROCESSOS DE
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

SANTO ANTONIO DE PÁDUA –RJ
2020

THALLES AZEVEDO LADEIRA

O ADOECIMENTO DE PROFESSORES DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE SANTO
ANTÔNIO DE PÁDUA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS PROCESSOS DE
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Dissertação elaborada por Thalles Azevedo Ladeira, aluno do Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGen) do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES), da Universidade Federal Fluminense (UFF), sob a orientação da Prof^a. Dr^a, Fernanda Fochi Nogueira Insfrán, a ser apresentada como exigência para obtenção de título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Epistemologia do Cotidiano e Práticas Instituintes.

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Fernanda Fochi Nogueira Insfrán

SANTO ANTONIO DE PÁDUA –RJ
2020

Ficha catalográfica automática - SDC/BINF
Gerada com informações fornecidas pelo autor

L153a Ladeira, Thalles Azevedo
Adoecimento de professores das escolas estaduais de Santo Antônio de Pádua/Rj : Uma análise a partir dos processos de precarização do trabalho / Thalles Azevedo Ladeira ; Fernanda Fochi Nogueira Insfrán, orientadora. Santo Antônio de Pádua, 2020.
153 p.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Santo Antônio de Pádua, 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGen.2020.m.14216490719>

1. Trabalho docente. 2. Precarização do trabalho. 3. Adoecimento docente. 4. Medicalização Escolar. 5. Produção intelectual. I. Insfrán, Fernanda Fochi Nogueira, orientadora. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior. III. Título.

CDD -

Bibliotecário responsável: Sandra Lopes Coelho - CRB7/3389

SANTO ANTONIO DE PÁDUA –RJ
2020

THALLES AZEVEDO LADEIRA

O ADOECIMENTO DE PROFESSORES DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE SANTO
ANTÔNIO DE PÁDUA/RJ: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS PROCESSOS DE
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Dissertação elaborada por Thalles Azevedo Ladeira, aluno do Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGen) do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES), da Universidade Federal Fluminense (UFF), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Fernanda Fochi Nogueira Insfrán, a ser apresentada como exigência para obtenção de título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Fernanda Fochi Nogueira Insfrán – Orientadora - UFF/INFES

Prof.^a Dr.^a Adriana Machado Penna – UFF/Niterói

Prof.^a Dr.^a Zoia Ribeiro Prestes - UFF/Niterói

Prof.^a Dr.^a Marilda Gonçalves Dias Facci

Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Paraná-PR

Santo Antônio de Pádua/RJ

2020

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos professores da rede Estadual de ensino em Santo Antônio de Pádua/RJ, que acreditaram e colaboraram com a pesquisa. Saiba que vocês não estão sozinhos na luta. Minha completa solidariedade, respeito e gratidão a cada um de vocês.

AGRADECIMENTOS

O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.

Guimarães Rosa

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me inspirado e encorajado ao longo de toda essa caminhada.

A minha orientadora professora Dr.^a Fernanda Insfrán, pela amizade, pelo carinho e, sobretudo por ter acreditado em mim desde o começo. Pra mim, será sempre uma referência de professora, de mulher, de mãe, de militante e de um ser humano incrível. Obrigado por ter me ajudado a voar.

Agradeço também a minha co-orientadora, amiga e companheira de militância Prof.^a Dr.^a Adriana Penna, por ter me aproximado das discussões marxistas e pelo carinho que sempre teve comigo, desde a época da graduação. Pelas vezes em que eu liguei ou mandei mensagem pra pedir uma opinião. Gratidão por você sempre ter sido tão acessível, paciente e atenciosa. Devo a você parte do hoje eu me tornei. Quero te dizer que te admiro demais.

Meu muito obrigado também às professoras Drs.^a Zoia Prestes e Marilda Facci que são verdadeiras fontes de inspiração pra mim. Sou eternamente grato por aceitarem fazer parte deste projeto compondo essa banca tão potente de qualificação e defesa. Desejo muito que vocês continuem sendo mulheres incríveis, de inspiração, de luta. Levem com vocês meu abraço mais afetuoso e a minha gratidão mais sincera.

Meu profundo agradecimento também a toda a minha família, em especial: a minha mãe Sylvania, ao meu irmão Thacio e a minha tia Eunice, por terem me amparado e apoiado em todo o tempo. Vocês são a minha base. Eu amo o que hoje eu me tornei, em razão de ter convivido com pessoas tão especiais como vocês.

Agradeço também a todos os professores do PPGEn, em especial os professores: Marcelo Nocele, Silvio Lima, Jacqueline Gomes e Cristiane Callai, por terem desenvolvido aulas tão lindas, que contribuíram muito para o meu crescimento acadêmico. Todos vocês são referências para mim.

Por fim, agradeço a todos os colegas da minha turma do mestrado que trilharam comigo essa jornada, em especial a minha amiga: Sâmela. Desejo todo o sucesso do mundo para vocês.

*A vida é assim: esquenta e esfria,
aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.*
Grande Sertão: Veredas, Guimarães Rosa.

*Primeiro, é preciso transformar a vida,
Para canta-la em seguida.
Os tempos estão duros para o artista
Mas, disse-me, anêmicos e anões,
Os grandes, onde, em que ocasião,
escolheram uma estrada batida?
(...) Para o júbilo, o planeta está imaturo,
É preciso arrancar alegria ao futuro.
Nesta vida, morrer não é difícil,
O difícil é a vida e seu ofício*
(Vladimir Maiakovski)

RESUMO

A presente dissertação consiste em tornar evidente o fenômeno do adoecimento dos professores e sua relação com as condições de trabalho, utilizando os pressupostos do materialismo histórico e dialético. O trabalho foi desenvolvido por meio de uma ampla pesquisa bibliográfica e a apresentação dos resultados de entrevistas realizadas com 31 professores das escolas estaduais na cidade de Santo Antônio de Pádua/RJ, por meio de um questionário eletrônico, cujos dados foram utilizados para demonstrar o quadro de adoecimentos de professores no referido município. O trabalho está organizado em cinco capítulos. No primeiro, apresenta-se uma discussão acerca do sentido ontológico do trabalho para o Homem, bem como uma análise sistemática da categoria trabalho na sociedade capitalista. No capítulo dois é apresentada uma discussão sócio-política a respeito da precarização do trabalho dos professores no Brasil, levando-se em conta alguns aspectos dessa precarização e analisando os impactos que os mesmos representam para o trabalhador docente. Na parte três, apresentamos uma discussão específica acerca dos processos de adoecimento docente, acompanhada de uma discussão crítica a respeito da medicalização e alguns de seus desdobramentos no trabalho e saúde dos mesmos. No capítulo quatro, são apresentados de modo bastante claro, os dados obtidos nas entrevistas realizadas por meio do questionário eletrônico com 31 professores da rede Estadual do Município de Santo Antônio de Pádua/RJ e no capítulo cinco, nos dedicamos a realizar uma análise desses dados, seguida de problematizações teóricas acerca do tema que se desdobrarão na conclusão. De um modo geral, objetiva-se por meio deste trabalho suscitar reflexões importantes a cerca do tema em questão que contribua para a transformação da realidade e da valorização do pensamento crítico e emancipador.

Palavras-chave: Trabalho docente. Precarização do trabalho. Adoecimento docente. Medicalização Escolar. Santo Antônio de Pádua/RJ.

ABSTRACT

This dissertation consists of making the phenomenon of teachers' illness and its relationship with working conditions evident, using the assumptions of historical and dialectical materialism. The thesis was developed through extensive bibliographic research and the presentation of the results from interviews conducted with 31 teachers in public schools from Santo Antônio de Pádua / RJ, through an electronic questionnaire, in which the data was used to demonstrate the stage of illnesses from teachers in that municipality. The thesis is divided into five chapters. The first one presents a discussion about the ontological meaning of work for men, as well as a systematic analysis of the category of work in capitalist society. The second chapter presents a socio-political discussion about the precariousness of teachers' work in Brazil, taking into account some aspects of this precariousness and analyzing the impacts they represent for the working teacher. In part three, we discuss the teaching sickness processes, followed by a critical discussion about medicalization and some of its consequences both in their work and health. Chapter four presents, in a clear way, the data collected in the interviews conducted through the electronic questionnaire with the 31 teachers from the public schools. Finally In chapter five, we dedicate ourselves to carry out an analysis of this data, followed by theoretical problematizations about the theme that will unfold at the conclusion. In general, this dissertation aims to raise important reflections on the subject in question, which contributes to the transformation of reality and the enhancement of critical and emancipatory thinking.

Keywords: Teaching work. Precarious work. Teaching illness. School Medicalization. Santo Antônio de Pádua / RJ.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC	Avaliação Brasileira do Ciclo de Alfabetização
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DPU	Defensoria Pública da União
ESP	Escola Sem Partido
FMI	Fundo Monetário Internacional
INFES	Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MPF	Ministério Público Federal
MEC	Ministério da Educação
MESP	Movimento Escola sem Partido
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OI	Organismo Internacional
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização não governamental
PEC	Propostas de Emenda à Constituição
PIBIB	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PL	Projeto de Lei
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNE	Plano Nacional de Educação
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação
TCU	Tribunal de Contas da União
TPE	Todos pela Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UFF	Universidade Federal Fluminense
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. QUESTÕES SOBRE A CATEGORIA TRABALHO: DO SENTIDO ONTOLÓGICO À ANTÍTESE CAPITALISTA.....	17
2. A PRECARIZAÇÃO DA ATIVIDADE DO PROFESSOR SOB A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO	26
2.1 Não existe neutralidade na educação! E isso quer dizer muita coisa	28
2.2 Os aspectos da alienação e o trabalho docente.....	31
2.3 A ação dos Organismos Internacionais na educação e seu desdobramento no trabalho docente.....	36
2.4 Escola Sem Partido e o cerceamento da liberdade do professor: Mordaza, educação e o sentido político.....	53
2.5 As reformas econômico-sociais da “Era Temer” e do Governo Bolsonaro e os impactos na Educação – Uma breve análise.....	60
2.5.1 Um ajuste Justo- Análise do documento do Banco Mundial.....	61
2.5.2 O alinhamento de interesses: as reformas econômico-sociais e o trabalho do professor.....	65
3. REFLEXÕES SOBRE O ADOECIMENTO DO PROFESSOR	75
3.1 A prática medicalizante e a docência.....	87
4. METODOLOGIA DAS ENTREVISTAS COM OS PROFESSORES.....	97
4.1 Exposição dos dados.....	101
5. ANÁLISE DOS DADOS.....	107
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	126

ANEXO I.....	148
ANEXO II.....	150

INTRODUÇÃO

Primeiramente, cabe apontar que essa pesquisa nasceu da necessidade de se conhecer mais sobre o fenômeno do adoecimento de professores do Noroeste Fluminense, considerando que, ao passar pela experiência de bolsista do programa Institucional de Bolsa de iniciação à Docência (PIBID), pela CAPES, no meu período da graduação em Pedagogia (de 2011 a 2016), eu tive a oportunidade de ter os meus primeiros contatos com a realidade de trabalho dos professores da educação básica do município de Santo Antônio de Pádua/RJ, suas condições objetivas, e os processos de precarização ao qual estão subsumidos. A partir desse contato, eu pude perceber que muitos professores padeciam das mais variadas “doenças” ocupacionais e pouco, ou nada se falava a respeito, ou era produzido em termos científicos e de investigação, sobre o tema em questão.

Isso gerou em mim um desejo de investigação pelo tema, entendendo a necessidade de abrir um diálogo com esses professores para buscar entender melhor o processo de desencadeamento das “doenças” ocupacionais as quais são acometidos.

Nesse sentido, ao entrar no mestrado, eu, juntamente com minha orientadora Fernanda Insfrán, consideramos importante nos aproximarmos dessa realidade. Tal aproximação se deu a partir de uma interação entre mim e os professores das seis escolas estaduais ao longo de toda a pesquisa e baseado na confiança que desenvolveram por mim, puderam contribuir grandemente, com belas participações nas entrevistas realizadas por meio de um questionário eletrônico, gerando como fruto, este trabalho potente e necessário, devido a atual conjuntura.

Deve ser considerado também que esse trabalho só foi possível mediante o esquadramento de uma extensa bibliografia sobre o tema, cujas investigações aspiravam interpretar os processos de precarização no trabalho docente, considerando as demarcações capitalistas que dão os contornos da superexploração desse trabalho. Nesse processo, foi necessário avaliar uma série de preposições sociais, considerando a atual conjuntura de intensificação de projetos de desmonte da educação pública, além dos próprios desafios específicos da região pesquisada, dentre uma série de outras conexões epistêmicas importantes que foram realizadas, para retratar da forma mais completa possível a complexidade do fenômeno do adoecimento docente em interface com as determinações capitalistas.

Cabe apontar, que por uma questão de autonomia autoral, decidi escrever essa introdução em primeira pessoa, pois desse modo, eu me sentiria mais a vontade em apresentar como veio a escolha do tema e traçar um panorama a respeito do que seja esse trabalho de um modo geral, no entanto, todos os capítulos serão escritos em terceira pessoa, pois entendo que esse foi um trabalho conjunto entre mim e minha orientadora, por essa razão, esta escolha apresenta-se como mais adequada.

No que se refere ao termo adoecimento, cabe defini-lo como uma determinação intimamente relacionada à cultura e a saúde e a forma de reconhecê-la e trata-la estão intrinsecamente relacionadas com a visão de mundo do sujeito, influenciada pelas suas crenças, atitudes e valores culturalmente construídos. Isso significa afirmar que os mesmos sintomas ou enfermidades podem ser interpretados de maneiras completamente diferentes por indivíduos de culturas diversas ou em contextos diferentes. (VIEIRA; MARCON, 2008).

Portanto, compreender o sentido de adoecimento em nossa sociedade é reconhecê-lo enquanto um fenômeno de dimensões sociais. É por isso que este trabalho, ao se propor abordar sobre esse tema, irá desenvolvê-lo levando em conta várias dimensões sociais que o atravessam.

Já que defini aqui o que entendo por adoecimento, irei agora apresentar a definição de saúde, trazida por Baristella (2012) em conformidade com a Organização Mundial de Saúde (OMS), que é considerado, por sua vez: “um completo estado de bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”. (BARISTELLA, 2013).

A metodologia utilizada no trabalho se delineará por meio de uma pesquisa de caráter exploratório-descritivo, partindo de uma situação problema bastante específica a ser investigada, que se desenvolverá baseado em levantamentos bibliográficos e documentais, sendo utilizada abordagem qualitativa e quantitativa para análise de dados. Nesse sentido, consideramos que a relação entre qualitativo e quantitativo não pode ser pensada como oposição contraditória e sim como complementar em seus olhares dos fenômenos. (MINAYO; SANCHES, 1993).

O meu interesse em trabalhar com uma pesquisa de caráter exploratório-descritiva é que a mesma “leva o pesquisador, frequentemente, à descoberta de enfoques, percepções e terminologias novas para ele, contribuindo para que, paulatinamente, seu próprio modo de pensar seja modificado”. (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995).

Esse trabalho se utiliza também de uma pesquisa de campo como um primeiro passo para o desenvolvimento de entrevistas com os professores das escolas estaduais de Santo

Antônio de Pádua-RJ que se efetiva por meio de um questionário eletrônico. O método de análise dos resultados da pesquisa com os professores se deu por meio da análise de conteúdos de Bardin (1977), por meio do qual foi possível contemplar os dados a partir de uma perspectiva quantitativa e qualitativa, objetivando estruturar os dados de modo que os mesmos pudessem apresentar traços da realidade a serem analisados e pensados.

No que diz respeito ao referencial teórico, cabe destacar que este trabalho é pautado no materialismo histórico e dialético, que se baseia em uma interpretação da realidade, a partir de uma perspectiva que vise à compreensão dos fenômenos sociais, levando sempre em conta o sistema capitalista e suas conexões com o mundo do trabalho e dos homens, visando não apenas descrever a realidade, mas de igual modo, buscando a sua transformação.

Tal método parte da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade para procurar desvelar o mundo da pseudoconcreticidade¹. De acordo com esse método, a realidade social é constituída de dois aspectos inseparáveis: fenômeno e essência, sendo o fenômeno aquilo que é aparente, que podemos observar dentro de uma realidade social e a essência é a parte que não está posta, mas que necessita de ser desvelada, e só pode ser feita, a partir de uma perspectiva dialética² de interpretação da realidade. Quando conseguimos interpretar o fenômeno, mas também alcançar a essência, aí sim podemos dizer que conseguimos ter uma compreensão da totalidade do real e não apenas uma interpretação parcial da realidade.

Essa compreensão nos leva a *práxis*³, enquanto atividade transformadora da natureza e também do mundo humano-social. Nesse sentido, tal método mostra-se não apenas apropriado, mas também fundamental de ser usado para alcançarmos na totalidade a compreensão dos fenômenos sociais.

¹“A pseudoconcreticidade é a ilusória percepção de que os fenômenos sociais existem por si mesmos, desvinculados de qualquer essência, isto é, de qualquer coisa que seria o fundamento e objeto de sua manifestação.” (Lima, 2011, p. 38 -39), ou seja, a pseudoconcreticidade é uma visão limitada de interpretar a realidade, que nega a luta de classes e que não dá conta de interpretar o mundo na sua totalidade.

²O método dialético é aquele que busca uma visão totalizante da realidade, buscando compreender “a coisa em si (...) que não se manifesta imediatamente aos homens” (Kosik, 1976, p.9). Nesse sentido, pensar dialeticamente é ir para além da imediatividade do olhar, entendendo que a realidade, ou o mundo humano-social no qual os homens estão inseridos, se apresenta em partes aos homens, deixando transparecer apenas o seu aspecto fenomênico, mas que é dotada de uma *essência* que precisa ser desvelada. Essa essência oculta, não se manifesta imediatamente, pois é a própria estrutura interna da realidade fenomênica e só pode ser conhecida por meio da incorporação de um pensamento crítico (dialético) que desvela o mundo da pseudoconcreticidade, chegando a uma interpretação na totalidade da dinâmica dos fenômenos sociais, ou seja, do real. (Lima, 2011).

³Práxis é a ação transformadora do homem no plano histórico-social. É quando o conhecimento crítico adquirido por ele se objetiva em ações que visem à transformação da realidade, com o propósito de tornar o homem cada vez mais livre. Ver em Noronha e Salesiano (2005) no artigo *Práxis e educação*.

A partir das disposições já apresentadas, cabe apontar a relevância dessa pesquisa, na medida em que ela se destaca sendo o primeiro trabalho do Programa de Pós-Graduação em Ensino (UFF/INFES) sobre as condições de precarização do trabalho com enfoque na saúde dos professores de uma região com pouca visibilidade em termos de investigação científica, que é o Noroeste Fluminense. Portanto, trata-se de uma contribuição inédita no Mestrado do INFES/UFF e com uma grande pertinência para o meio social e acadêmico.

O objetivo geral desse estudo é suscitar uma discussão crítica, baseada em um denso arcabouço teórico e atualizado em consonância com a análise de conteúdos (BARDIN, 1977), de entrevistas realizadas com 31 professores, para, a partir de todo o material analisado, buscar desenvolver uma discussão coerente, crítica, pedagógica e relevante a respeito do tema do adoecimento de professores no Brasil, dando conta de investigar o fenômeno do adoecimento docente entre os professores da rede estadual do município de Santo Antônio de Pádua/RJ e a partir de então construir reflexões importantes sobre o tema.

Esse objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos: o primeiro é apresentar uma discussão acerca do sentido ontológico do trabalho para o Homem e analisar a contradição da categoria trabalho na sociedade capitalista a fim de disponibilizar ao leitor um panorama crítico sobre a relação entre trabalho em seu sentido ontológico e trabalho precarizado e reificado pelo capitalismo. O segundo objetivo específico é trazer uma discussão sócio-política a respeito da precarização do trabalho do professor no Brasil, levando-se em conta alguns aspectos dessa precarização e analisando os impactos que os mesmos representam para o trabalhador docente. O terceiro objetivo específico é apresentar de modo bem definido uma abordagem teórica a respeito do adoecimento docente. Além disso, objetivamos trazer para a discussão uma análise acerca da medicalização e suas relações com o adoecimento do professor. O quarto objetivo é apresentar de forma clara as entrevistas que foram realizadas por meio de um questionário eletrônico com 31 professores da rede estadual do município de Santo Antônio de Pádua/RJ, levando-se em conta, a metodologia utilizada e os dados obtidos, e o quinto objetivo é desenvolver uma análise sistemática dos dados apresentados, privilegiando os pontos julgados mais importantes.

É fundamental deixar claro que esse trabalho se apresenta como um aliado dos professores, visando como um anseio da minha parte, através dessa pesquisa, provocar incômodos aos que lerem, necessários para o desabrochar de iniciativas de transformação dessa realidade. Meu desejo é que este trabalho, de alguma maneira, contribua para uma articulação maior dos professores estaduais entre si, entre eles e a universidade e também

uma articulação fundamental entre professores e o sindicato local (SEPE-Pádua)⁴ a fim de garantir a esses docentes, um apoio militante de pessoas que se comprometam com a causa da educação, e quando necessário que ocupem as ruas para garantir junto a eles, uma educação efetivamente de qualidade em nosso país.

Em suma, destaco que escolher levantar a discussão acerca desse tema é antes de tudo uma escolha política relacionada intimamente com a minha posição assumidamente consciente de classe e também do desejo de denunciar as condições de precarização do trabalho docente no Noroeste Fluminense, resultado de um projeto governamental de abandono da educação pública no nosso país.

Nesse sentido, essa pesquisa é uma contribuição à educação pública e aos professores que nela atuam. Ela nasce para ser mais uma porta voz desses professores, que adoecem sistematicamente em função de suas condições de trabalho. Por essa razão, cabe dizer que ela foi escrita a muitas mãos, pois sem a contribuição de cada um dos envolvidos, não teria sido possível de se realizar.

⁴ Consideramos ser de fundamental importância a existência do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE)- Pádua como um espaço de resistência dos trabalhadores da educação. Sua relevância se dá por ser uma representação sindical atuante, de luta e militância, inserido dentro de uma cidade pequena, de valores conservadores, aonde uma maioria considerável dos professores não se mobilizam para articular ações de resistência junto ao sindicato e nem mesmo a sociedade de modo geral, sabe da importância de tal instituição e sua potência política. O sindicato foi criado em 1977, mas apenas em 1988 ganhou o nome de SEPE. Cabe apontar que ele contempla todos os trabalhadores envolvidos na educação, visando sempre a articulação de ações políticas a fim de barrar os ataques do Governo Federal e do Estado e militar pela garantia do direito dos trabalhadores.

1. QUESTÕES SOBRE A CATEGORIA TRABALHO: DO SENTIDO ONTOLÓGICO À ANTÍTESE CAPITALISTA

Toda a chamada história do mundo nada mais é do que a autocriação do homem através do trabalho humano, nada mais é do que o vir-a-ser da natureza para o homem.

(Karl Marx)

A fim de entendermos melhor o processo de adoecimento dos professores em função das condições de precarização do trabalho, iremos em um primeiro momento destacar, ainda que de forma introdutória, o sentido ontológico do trabalho para o homem na sua perspectiva histórica, para passarmos a entendê-lo como categoria central para a compreensão do próprio fenômeno humano-social.

É necessário evidenciar que para Marx (1985) o trabalho é a categoria fundante do mundo dos homens, portanto é condição social fundamental para assegurar a existência da vida humano-social, por isso chamado de categoria ontológica, isto é, central na vida dos homens.

Marx ao afirmar ser o trabalho a categoria fundante do mundo dos homens está querendo dizer que ele é em si o elemento determinante na construção do próprio homem. Nesse sentido, Lukács (1981) vem nos esclarecer que é somente através do trabalho que se efetiva o salto ontológico que eleva a existência humana para além das determinações meramente biológicas, naturais, se construindo um mundo cada vez mais social.

Newton Duarte (2008) vem nos apontar outro aspecto, destacando que o trabalho somente pode ser considerado categoria fundante do mundo dos homens, como estamos aqui defendendo, a partir da interação do homem com a natureza.

Assim, os homens, se diferenciam dos animais, ao trabalharem, enquanto um agir de forma intencionalizada e consciente sobre a natureza, transformando-a ao mesmo passo em que transforma a si mesmo.

Isso fica muito claro nas palavras de Marx e Engels (1979, p. 39-40), em *A ideologia alemã*, ao afirmar o seguinte:

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder 'fazer história'. Mas,

para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação dessas necessidades. [...] O segundo ponto que, satisfeita essa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades - e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico. (MARX; ENGELS, 1979, p. 39-40)

Nesse sentido, podemos entender que a partir da transformação da natureza, o ser humano produz uma realidade objetiva, que passa a ser detentora de características humanas, ao adquirir características socioculturais, acumulando a atividade de gerações de seres humanos, gerando a necessidade de se estabelecer outro processo de apropriação, agora não apenas da natureza, mas da apropriação dos produtos culturais da atividade humana, ou seja, a apropriação das objetivações do gênero humano. (DUARTE, 2008, p.24).

É fundamental nesse momento, entender que o ser humano, a fim de satisfazer suas necessidades humanas, cria, por intermédio do trabalho, uma realidade humana, significando a transformação tanto da natureza, como do próprio ser humano.

Saviani (1986) de modo muito didático vem reforçar essa discussão com grande clareza nas palavras, cabendo ser aqui destacado

o trabalho é a base da existência humana, e os homens se caracterizam como tais na medida em que produzem sua própria existência, a partir de suas necessidades. Trabalhar é agir sobre a natureza, agir sobre a realidade, transformando-a em função dos objetivos, das necessidades humanas. A sociedade se estrutura em função da maneira pela qual se organiza o processo de produção da existência humana, o processo de trabalho (SAVIANI, 1986, p. 14).

Tendo clara tal compreensão, cabe apontar que é a partir do processo de objetivação do homem na realidade humana por intermédio do trabalho, que ele humaniza-se, criando, portanto uma realidade humanizada. A partir dessa realidade, é gerado por ele outras necessidades humanas, que exigem nova atividade, em um processo sem fim. (DUARTE, 2008).

Decidimos trazer essa discussão nesse espaço, a fim de apontar a importância do trabalho em todo esse processo de objetivação do homem sobre a realidade humano-social para alcançar a humanização que lhe é própria. Tal questão transparece na fala de Duarte (2008), ao afirmar

Ao produzir os meios para a satisfação de suas necessidades básicas de existência, ao produzir uma realidade humanizada pela sua atividade, o ser humano humaniza a si próprio, na medida em que a transformação objetiva requer dele uma transformação subjetiva. Cria, portanto, uma realidade humanizada tanto objetiva como subjetivamente. Ao se apropriar da natureza, transformando-a para satisfazer suas necessidades, objetiva-se nessa transformação. Por sua vez, essa atividade humana objetivada passa a ser ela também objeto de apropriação pelo ser humano, isto é, ele deve apropriar-se daquilo que de humano ele criou. Tal apropriação gera nele necessidades humanas de novo tipo, que exigem nova atividade, num processo sem fim. (DUARTE, 2008, p.25).

Com isso, Duarte (2008) está querendo dizer que o ser humano não cria a realidade humana sem antes a apropriação da realidade natural. Isso significa afirmar que o ser humano humaniza-se ao passo em que incorpora a natureza à atividade humano-social. (DUARTE, 2008).

Desse modo, enquanto nos outros seres vivos a relação entre as espécies é determinada pela herança genética, no caso do ser humano, a relação entre os indivíduos e a história social é mediatizada pela apropriação dos conhecimentos objetivados produzidos historicamente. Desse modo se dá o processo de humanização do indivíduo na História.

Chegamos a um ponto importante. Cabe aqui compreender que o trabalho permite ao homem humanizar-se. Esse processo é cumulativo e se dá através da apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. Nesse aspecto, é necessário ter em mente que essa apropriação da significação social no qual estamos aqui nos referindo será sempre um processo educativo.

Nesse sentido, destacamos que o trabalho pode assumir o caráter de “trabalho educativo”, ao passo em que gera a humanização do gênero humano e dos indivíduos, alcançando sua finalidade, quando cada indivíduo singular se apropria da humanidade que é produzida histórica e coletivamente, isto é, quando se apropria dos elementos culturais fundamentais à sua formação como ser humano, indispensáveis para a sua humanização. (DUARTE, 2008, p.34-35).

A fim de ficar mais claro, Duarte (2008) ainda afirma que

O trabalho educativo é, portanto, uma atividade intencionalmente dirigida por fins. Daí ele diferenciar-se de formas espontâneas de educação, ocorridas em outras atividades, também dirigidas por fins, mas que não são os de produzir humanidade

no indivíduo. (DUARTE, 2008, p.37).

Saviani (2003) também apresenta uma contribuição nesse sentido, ao apontar o trabalho educativo como sendo

[...] o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (SAVIANI, 2003, p. 13).

É importante deixar claro que o trabalho educativo é fundamental no processo de humanização e emancipação humana, mas o mesmo, em nada se assemelha a engajamentos de teorias neoliberais que visam “humanizar” a educação com práticas mais espontaneistas, que é um marco da pedagogia do “aprender a aprender”.

Nesse sentido, compreendemos que é imperativo ao educador que se comprometa com a verdadeira emancipação, estabelecer uma relação entre sua prática pedagógica com o compromisso histórico de produzir, em cada indivíduo, conforme já apontamos por meio de Saviani (2003) “direta e intencionalmente, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens.” (SAVIANI, 2003, p.13).

Consideramos importante apresentar ainda, uma polêmica a respeito do “trabalho como princípio educativo”, uma vez que não há um consenso por parte dos autores marxistas, a respeito deste tema. Enquanto autores como Tumolo, apoiado em Marx, compreendem que o trabalho como princípio educativo, sob as condições do capitalismo, não educa ninguém, ao contrário. “faz o homem correr dele como corre de uma peste”. (MARX, 2004, p.83). Para autores como Saviani e outros, é possível pelo trabalho e pela cultura, ainda que sob o capitalismo, sob um processo educativo que integre plenamente teoria e prática, ou seja, atingindo a formação omnilateral, emancipar o sujeito.

Por essa razão, autores como Tumolo, consideram que

O trabalho só poderia ser concebido como princípio balizador de uma proposta de educação que tenha uma perspectiva de emancipação humana numa sociedade (...) que, (...), teria superado a divisão e a luta de classes e, por conseguinte, qualquer forma de exploração social. (TUMOLO, 2005, p.22).

Embora seja essa, uma discussão longa e cheia de desdobramentos, nos limitaremos apenas a mostrar que esse debate existe e é atualizado constantemente dentro do campo da esquerda marxista, mas não iremos nos aprofundar nele, devido aos limites deste trabalho e para não fugir dos objetivos específicos que nos propomos.

Até aqui, consideramos o trabalho em seu sentido ontológico (mediação de primeira ordem)⁵, que em si é a “condição indispensável da existência do homem, uma necessidade eterna, o mediador da circulação material entre o homem e a natureza” (MARX, 1987), e, além disso, o pensamos enquanto “trabalho educativo”, construtor da própria humanização do homem.

Agora, no entanto, iremos apresentar o trabalho no interior da forma social do capital, que se orienta para fins de acúmulo de riqueza para um pequeno grupo em detrimento da superexploração e proletarianização laboral da grande maioria, perdendo, portanto o seu caráter humanizador, tornando-se desumanizado, alienado, reificado, submetendo os homens ao mercado capitalista, sendo reconhecido como trabalho abstrato (mediação de segunda ordem)⁶ e é assim que iremos chama-lo ao longo dessa obra.

O trabalho abstrato que é essa atividade assalariada na qual muitos de nós estamos inseridos é em si a redução da capacidade produtiva humana a uma mercadoria, a uma “força de trabalho”, cujo preço é o salário. Nesse sentido, cabe enfatizar que todas as atividades humanas assalariadas podem ser consideradas trabalho abstrato. (LESSA, 2012).

O trabalho abstrato deve ser compreendido como uma necessidade de primeira grandeza para a reprodução do capital e pode ser dividido em trabalhos produtivos e improdutivos.

Embora ambos sejam indispensáveis para a manutenção ampliada do capital, cabe aqui destacar que eles possuem funções sociais distintas: O trabalho produtivo é todo aquele que produz mais valia⁷, é aquele que gera as forças produtivas do capital. Na sociedade capitalista, o trabalho produtivo é aquele que se troca por capital, dizendo em outras palavras, é aquele trabalho que se troca por dinheiro. (SANTOS NETO, 2012)

Nas palavras de Marx:

⁵Para compreender melhor essa categoria, ver Mészáros (1981) em sua obra: “Marx: teoria da alienação”.

⁶Para um aprofundamento dessa categoria, ver Mészáros (2002) em sua obra “Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição”.

⁷Mais valia é toda a parte do trabalho que não é paga ao trabalhador e, portanto é apropriada pelo empregador/proprietário dos meios de produção. Ver em Farias Junior (2014) p. 25

Trabalho produtivo é, portanto, o que, para o trabalhador, apenas reproduz o valor previamente determinado de sua força de trabalho, mas como atividade geradora de valor, acresce o valor do capital ou contrapõe ao próprio trabalhador os valores que criou na forma de capital. (MARX, 1980, P.391).

A fim de deixar claro para o leitor a diferença entre trabalho produtivo e improdutivo, é fundamental ratificar que o trabalho produtivo é aquele que produz mais valia, que gera riqueza para o sistema do capital. A produção de mercadorias na fábrica FoxConn, por exemplo, na China, que produz por dia milhares de componentes eletrônicos como telefones celulares da Apple e Sony, televisão, videogames etc., e que não por acaso é o *locus* de trabalho de maior incidência de suicídios no mundo, em função das condições de superexploração trabalhista, pode ser destacada como um ótimo exemplo de trabalho produtivo.

Já o trabalho improdutivo é aquele que não necessariamente produz riqueza para o sistema do capital. Em relação a ele, Marx (1980) escreve:

Uma cantora que vende seu canto por conta própria é um trabalhador improdutivo. Mas, a mesma cantora, se um empresário a contrata para ganhar dinheiro com seu canto, é um trabalho produtivo, pois produz capital. (MARX, 1980, p.396).

Outro bom exemplo de trabalho improdutivo é o trabalho de um alfaiate, que produz uma calça sob encomenda para uma pessoa. Este trabalho qualifica-se como improdutivo, pois para o capital, não há sinal de extração de mais valia e de geração de lucros. Contudo, quando este mesmo operário produz para uma empresa capitalista, aí o trabalho se torna produtivo.

Nas próprias palavras de Marx (1980):

Compro o trabalho de alfaiate em virtude do serviço que presta como trabalho de alfaiate, para satisfazer minha necessidade de vestuário, ou seja, uma das minhas necessidades. O dono da alfaiataria compra-o para fazer 2 táleres com 1. Compro-o por produzir determinado valor de uso, por prestar determinado serviço. Ele o compra por fornecer mais valor de troca do que custa como simples meio de permutar menos trabalho por mais trabalho. (MARX, 1980, p.397).

Ou seja, se no primeiro caso, ocorre um gasto com consumo pessoal de quem compra

o serviço do alfaiate e o produto que por ele foi produzido, no segundo caso, o que fica claro é um meio de produzir mais dinheiro para o capitalista. Portanto, como forma de exemplo, o primeiro caso, pode ser considerado trabalho improdutivo e no segundo, trabalho produtivo.

Um terceiro exemplo de trabalho improdutivo, a fim de não restar dúvidas em relação a essa discussão, é o trabalho do professor, em especial, o desenvolvido em escola pública que, dentro da lógica capitalista, é um trabalho que, por sua vez, não traz lucro a qualquer empregador. Portanto, por não trazer nenhum tipo de retorno a quem o emprega, pode ser considerado trabalho improdutivo. (CARISSIMI; LIMA; MARTINI, 2008).

Na última citação de Marx (1980), apresentada logo acima, aparecem dois outros importantes conceitos para entendermos o mundo do trabalho, que são: o valor de uso e o valor de troca.

O valor de uso é “o estágio natural do valor de uma mercadoria” (MACHADO, 2010, p.89) e o valor de troca, por sua vez, é “o estágio modificado do valor de uma mercadoria” (MACHADO, 2010, p.89). Nesse sentido, o valor de uso de uma mercadoria é de modo bem simples, a utilidade que aquela mercadoria possui. Nas palavras de Marx: “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso”. (MARX, 1988, p.46), enquanto o valor de troca é a equivalência de uma mercadoria em relação à outra, desde que tenha demandado o mesmo tempo do trabalhador para produzi-la. A própria força de trabalho pode ser considerada um valor de troca, na medida em que em trocamos nossa mão de obra qualificada pelo salário (valor de troca).

É importante termos essa compreensão do valor de uso e valor de troca no mundo da mercadoria para não perdermos de vista, em nossa discussão, que o trabalho, no capitalismo, sempre será considerado uma mercadoria, uma vez que o proprietário da força de trabalho (proletário) vende os seus serviços (mão de obra) ao mercado, em troca de salário. (MACHADO, 2010)

Nesse sentido, o trabalho do professor dentro do capitalismo, também é considerado uma mercadoria. Aliás, é difícil dizer o quê, dentro do sistema do capital, não pode ser convertido em mercadoria. A própria educação tem se caracterizado de forma crescente como uma mercadoria, a fim de satisfazer as necessidades fecundas de crescimento do acúmulo de riquezas no capitalismo.

Sobre essa questão, é indispensável citarmos mais uma vez Marx (2004) ao descrever de forma crítica como se dá essa relação do trabalhador com o seu trabalho dentro dos moldes capitalistas da seguinte maneira:

[...] o trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si (quando) fora do trabalho e fora de si (quando) no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (Fremdheit) evidencia-se aqui (de forma) tão pura que tão logo inexista coerção ou qualquer outra, foge-se do trabalho, como de uma peste [...]. (MARX, 2004, p.83)

Quando Marx afirma que o trabalhador *foge do trabalho como de uma peste*, fica claro para nós, mais uma vez, que, embora o trabalho em seu caráter ontológico seja à base da sociabilidade humana, ou seja, caracteriza-se como sendo o fundamento do ser social, dentro dos parâmetros capitalistas ele sempre se apresentará para os pertencentes à classe trabalhadora, atravessado de precarização e superexploração.

Desse modo, já podemos dizer que o trabalho possui um sentido ideológico, do ponto de vista marxista, dentro do capitalismo, quando assume o caráter de trabalho abstrato, que é produzir riqueza, gerar lucros para uma pequena minoria de burgueses, que vão enriquecer em função da exploração do trabalho daqueles que, conforme já afirmamos, vendem sua força de trabalho para poderem sobreviver; ou seja, uma finalidade teleológica radicalmente diferente do trabalho quando está voltado para o seu sentido ontológico, que é, de modo geral, o da humanização do ser humano, conforme já apontamos.

Diante da totalidade de sentidos que assume a categoria trabalho, fica claro, primeiramente sua importância tanto para a composição do próprio ser humano naquilo que ele é, como gênero humano, e também para a manutenção do próprio sistema do capital, ao qual aqui tecemos críticas.

Deve ficar claro também que o trabalho dentro da sociedade capitalista não representa uma escolha, mas uma imposição (JUNIOR, 2014), que, dentro do capitalismo, nos submete a condição de sermos medidos pelo quanto nós temos, portanto, aquele que não possui um trabalho e, conseqüentemente, uma renda, é considerado como inútil para o capital.

É por essa razão que Marx (2004) afirma que “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2008, p.47).

É nesse sentido que minha análise caminha na perspectiva de procurar entender as relações do ser humano com o trabalho, dentro do capitalismo, cujas condições são de aviltamento e subalternidade, uma vez que para garantir a si o direito de *ser* e *existir* nessa sociedade do consumo, se submete a trabalhos aviltantes e na medida em que garantem para si a sobrevivência cotidiana, atendem exatamente as necessidades do capital.

É baseado nessa relação de poder entre o trabalho e o Homem dentro do capitalismo que se enquadra o tema do adoecimento docente. E é partindo desse primeiro passo aqui realizado, a respeito de nossa análise crítica sobre a categoria trabalho, que iremos agora avançar na discussão, demonstrando como os aspectos sociais e políticos, interferem na educação e no trabalho do professor.

2. A PRECARIZAÇÃO DA ATIVIDADE DO PROFESSOR SOB A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO

*Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro
Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário
Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável
Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei
Agora estão me levando
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo.*

(B. Brecht)

O objetivo deste capítulo é apresentar uma discussão acerca do fenômeno da precarização do trabalho do professor, levando em conta várias determinações políticas e sociais para a sua consolidação.

Para tanto, iremos apresentar ao longo de todo o capítulo, o que definimos como quatro fatores que promovem essa precarização. Considerando primeiramente que o fenômeno da precarização do trabalho docente não se limita apenas em quatro, sendo este apenas o recorte que decidimos fazer, levando-se em conta os limites desse trabalho e para procurar manter uma determinada organização ao longo de toda a discussão.

Nesse sentido, dividimos em aspectos separados a fim de desenvolver a discussão de forma mais didática possível, mas tendo a clareza de que todos fazem parte da mesma face de exploração capitalista. Iremos apresentar cada um deles agora e ao longo do capítulo, iremos desenvolvê-los melhor.

O primeiro aspecto da precarização, que escolhemos desenvolver é o trabalho alienado. Iremos abrir uma discussão acerca de como se dá o trabalho alienado de professores. Os motivos pelos quais o trabalho alienado pode ser considerado uma face da precarização do trabalho. A quem interessa essa alienação e como combatê-la.

O segundo aspecto diz respeito à subordinação da educação nacional aos interesses

econômicos, ideológicos, políticos e culturais globais, demarcados pelos Organismos Internacionais (BM, OMC, OCDE, FMI, UNESCO, UNICEF, PNUD). Nesse sentido, a educação brasileira e todos os que estão envolvidos nela, com especial destaque para o professor, ficam expostos às influências de tendências pós-modernas que vem se inserindo na educação de modo cada vez mais intenso, como a lógica da meritocracia, da flexibilidade, o senso de responsabilidade individual pela qualidade da educação, dentre outras concepções epistemológicas, que apenas reforçam a lógica de culpabilização do professor pelo seu adoecimento, gerando culpa, sofrimento e intensificando ainda mais a relação do docente com um trabalho adoecedor, significando dizer com isso que a autonomia e o caráter emancipador do trabalho docente fica comprometido pela imposição de políticas neoliberais para a educação no Brasil ao passo em que avança as relações dos Organismos Internacionais com a educação em nosso país.

O terceiro aspecto da precarização docente a ser apresentado é em relação ao Projeto Escola sem Partido e como ele atua no sentido de promover um cerceamento da liberdade do professor e de sua prática política e pedagógica, de modo geral.

O quarto aspecto trata de algumas reformas políticas aprovadas na esfera da educação com impacto direto sobre o trabalho do professor, especificamente, durante o Governo de Michel Temer e agora com o governo de Bolsonaro. As reformas serão bem explicitadas ao longo deste capítulo e evidenciará como as mesmas corroboram para a precarização ainda maior do trabalho docente.

No geral, é importante ratificar que os processos de precarização do trabalho do professor são multifacetados, portanto não se esgotam na discussão que iremos apresentar aqui, mas temos a clareza de que cada elemento que será levantado ao longo deste capítulo vai nos ajudar a pensar uma série de dinâmicas sociais que por sua vez são muito importantes na compreensão do tema proposto.

Entretanto, antes de discorrermos aqui sobre os pontos mencionados, consideramos importante trazer primeiro uma reflexão, ainda que breve, sobre a não neutralidade da educação. Do mesmo modo que consideramos que não existe nenhum aparelho social neutro, admitimos que a educação também não é, muito pelo contrário, a mesma está carregada de intencionalidades e lutas sociais são travadas quase que o tempo inteiro a fim de coopta-la, protege-la, lucrar com ela etc. Logo, consideramos fundamental uma reflexão que nos leve a pensar um pouco sobre essa questão para depois entendermos melhor como e porque se dão os tais processos de precarização do trabalho docente que levam ao

adoecimento.

2.1 Não existe neutralidade na educação! E isso quer dizer muita coisa

Conforme já apontamos, julgamos que trazer elementos que nos levem a pensar acerca da não neutralidade da educação é em si um exercício importante que muito poderá ajudar o leitor a entender melhor os fatores da precarização docente que escolhemos trabalhar, além de se conectar de forma direta com o tema da nossa discussão como um todo, portanto é imprescindível de ser elaborada.

Segundo a concepção de educação que acreditamos, o professor é um agente que impulsiona os alunos a pensarem criticamente por meio da apropriação de conhecimentos. Isso significa dizer que o ato de ensinar é em si um ato político (FREIRE, 1972). Portanto, na nossa perspectiva, ser professor vai para muito além de simplesmente transmitir conteúdos. É, antes de qualquer coisa, instrumentalizar os alunos no desenvolvimento do pensamento crítico e emancipador que lhes permitam uma percepção da realidade de classes na qual estamos inseridos, possibilitando uma *práxis* transformadora sobre essa realidade.

Desse modo, precisamos aqui deixar claro que a ação de ensinar não é neutra, assim como não existe neutralidade no mundo, não há neutralidade na ação do professor em transmitir conhecimento. Logo, a educação nunca deve ser deixada de ser considerada intrínseca ao viés político e de classe. Sobre esse aspecto, cabe citarmos mais uma vez Freire (1996) ao afirmar:

É impossível, na verdade, a neutralidade da educação. E é impossível, não porque professoras e professores "baderneiros e subversivos" o determinem. A educação não vira política por causa da decisão deste ou daquele educador. Ela é política. (FREIRE, 1996, p. 56)

Sobre esse aspecto, Cantarelli, Campos e Facci (2017) também destacam que: “a prática do professor tem sempre um sentido político em si, independentemente de que esse sentido exista para o professor, ou de que se tenha ou não consciência do significado político da ação educativa” (CANTARELLI; CAMPOS; FACCI, 2017, p.41). Logo, ao ter a percepção de que a educação é política e que a ação do professor é em si um ato político, começa a fazer sentindo as medidas do Governo de tentar impor uma suposta neutralidade na educação, por meio da Escola sem Partido, que, aliás, abordaremos mais a frente.

Deve ficar claro que consideramos fundamental reivindicar uma educação

problematizadora, libertadora e emancipadora para os filhos da classe trabalhadora e independente da perspectiva pedagógica e ideológica que a escola assuma, ou que o professor assuma, sempre estará presente um posicionamento ideológico, pois o mesmo é inerente a todos os âmbitos da vida, inclusive na educação.

Sobre essa questão, é muito bem vinda uma máxima de Marx e Engels (1999) ao afirmar que “a história de todas as sociedades até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”. (MARX; ENGELS, 1999 p.7). Isso aponta para nós que a escola é um lugar de disputa e, dentro da sociedade capitalista, a ação de educar sempre deverá ser uma ação revolucionária, de libertação da classe trabalhadora da sua condição de opressão e da subordinação social na qual está inserida.

No entanto, em concordância com Paulo Freire (1987), ao apontar que a libertação é um parto doloroso, salientamos que se faz imprescindível ao professor uma consciência de classe que lhe permita exercer sua atuação política pedagógica de modo perseverante, tendo a clareza de que sua atuação, seja na escola, em sala de aula, nos sindicatos ou onde estiver, deve ser sempre acompanhada de um posicionamento político que contribuía, ainda que em pequenas proporções, para a libertação da classe trabalhadora. Destacamos, portanto, que ser professor é ter a possibilidade de transformar a consciência de seus alunos. Nesse sentido, Freire (1987) afirma que: “ao revolucionário cabe libertar e libertar-se com o povo”. (FREIRE, 1987, p.48). Isso nos leva a acreditar que é na consciência que a transformação individual ocorre e é a partir dela, por meio de ações coletivas que é possível transformar a realidade.

Importante dizer, contudo que educar é também em si um ato de resistência, principalmente no que se refere aos ditames ideológicos que a elite dominante tenta incrustar nas escolas diariamente, a fim de promover a uniformização ideológica nos alunos, propagando suas perspectivas⁸ de classe para assegurar a sua dominação e é nesse sentido, que a consideramos, baseado em Althusser, um aparelho ideológico do Estado.⁹

Sobre a escola enquanto um aparelho ideológico do Estado é importante pensar que sua função vem sendo a reprodução da ideologia do Estado dominante, a fim de garantir a manutenção da exploração entre as classes sociais, conforme apontamos acima. No entanto,

⁸Um exemplo da ideologia dominante presente nas escolas é o discurso da meritocracia, que naturaliza por si só as desigualdades sociais e afirma que para garantir uma ascensão social, é necessário que o indivíduo tenha determinadas competências e habilidades necessárias para alcançá-la.

⁹Expressão teórica que Saviani (2009, p.24) retoma de Althusser (1918-1990) em Escola e Democracia, a fim de definir que a escola enquanto aparelho ideológico cumpre duas funções básicas: contribui para a formação da força de trabalho e para a inculcação da ideologia burguesa.

para isso, é necessário assegurar a inautenticidade de pensamento dos alunos. A esse respeito, Silva (2011) e Farias (2011) afirmam:

Nesse contexto justifica-se a manutenção do senso acrítico enquanto condição necessária para o emudecimento das consciências e as condiciona a meras imitadoras de uma imagem de existência, previamente ditada pelos anseios da elite, que se impõe como uma violência camuflada. (FARIAS; SILVA, 2011, p. 101).

Essa forma de conceber a realidade, nos mostra como é necessário romper com os processos de domesticação do pensar impostos pelos poderes dominantes nas escolas, com o intuito de produzir indivíduos dóceis que “vêm sendo expulsos da órbita das decisões” (FREIRE, 1978, p. 53). A ideia é rebaixar os indivíduos a meros espectadores de seu tempo. E isso acontece quando assumem uma posição individualista em relação ao mundo, orbitando na busca de sua ascensão social e deixando de se enxergar enquanto pertencentes a uma classe. Pois quando essa consciência de classe é apropriada por eles, geralmente vem acompanhada de uma necessidade de engajamento para a superação da supremacia burguesa. E nesse ponto, mais uma vez, destacamos aqui o papel político dos professores nesse processo, de contribuir para que seus alunos consigam interpretar a realidade e mais do que isso, atuar sobre ela, no sentido de sua radical transformação.

A esse respeito, citamos Penna (2017) ao afirmar que “a ação de educar pressupõe um agir carregado de intenção por parte do educador, a todo instante, tanto na sua dimensão política como na sua dimensão pedagógica.” (PENNA, 2017, p.4).

Cabe considerar também que o professor leva consigo todos os dias a tarefa de humanização dos indivíduos e do enriquecimento humano por meio de uma relação de apropriação e transmissão dos conhecimentos. Nesse sentido, podemos afirmar com segurança que o ato de dar aula e de transmitir o conhecimento, deve vir inseparável do ato de produzir nos homens a sua humanidade, uma vez que é por intermédio da assimilação dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, que é possível ao homem humanizar-se.

Isso fica claro na fala de Duarte (1998) ao afirmar que

O produto do trabalho educativo revela-se na promoção da humanização dos homens, na consolidação de condições facilitadoras para que os indivíduos se apropriem do saber historicamente sistematizado pelo gênero humano. (DUARTE, 1998, p. 5).

Uma vez ficando claro para nós o caráter subversivo, revolucionário e ao mesmo tempo humanizador que se associa ao trabalho do professor por meio do ato de ensinar, começa a fazer sentido para nós os motivos pelos quais o trabalho docente é tão desvalorizado e reduzido a condições de precarização e aviltamento.

Tendo feito esse breve panorama, no qual julgamos ser fundamental para a discussão, iremos finalmente apresentar o que consideramos ser os quatro fatores escolhidos por nós, da precarização do trabalho docente. É importante explicar que embora existam muitos outros fatores que contribuem para o fenômeno da precarização do trabalhador docente, escolhemos esses, por considerarmos serem pouco discutidos, portanto, queremos fugir de uma discussão batida acerca do tema, pois nossa intenção é oferecer um olhar crítico que se dedica a analisar elementos pouco discutidos e com poucas produções sistematizadas.

2.2 Aspectos da alienação e o trabalho docente

Para introduzir nossa discussão, consideramos importante apresentar o sentido etimológico da palavra trabalho. Para isso, precisaremos recorrer ao seu contexto histórico. É sabido que trabalho é derivado do latim *tripalium* que, por sua vez, era um instrumento romano de tortura com três estacas, que prendia pessoas para serem torturadas, em fins do século VI.

Cabe sinalizar também que mesmo antes de ser associado a instrumento de tortura medieval, trabalhar significava, na antiguidade, a perda da liberdade em seu sentido literal, ou seja, quem trabalhava na Roma Antiga eram os escravos, enquanto os patrícios, que eram os considerados cidadãos que constituíam a aristocracia romana, se dedicavam ao desenvolvimento das atividades políticas no Senado de Roma.¹⁰

Já com o advento do medievo, o sentido de trabalho alcançou uma conotação semelhante, mas com suas idiossincrasias. A sociedade medieval era dividida entre os *bellatores*, os *oratores* e os *laboratores*.

Os *bellatores* eram os cavaleiros, responsáveis pela guerra (de *bellatores* surgiu a palavra *bélico*, de guerra); já os *oratores* eram aqueles que oravam, que se dedicavam à vida eclesiástica; e os *laboratores*, por sua vez, trabalhavam. Na prática, esta divisão era social: a nobreza (que depois viria a perder essa característica da guerra), a igreja e os camponeses.

¹⁰Fonte: http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/trabalho/etim_trab.htm Último acesso: 18/11/2018

Por essa razão, Antunes (2009) vem nos apontar que, historicamente, o suplício e a punição estão ligados ao trabalho. Nesse sentido, ele aponta que: “quer como *Arbeit, lavoro, travail, trabajo, labour* ou *work*, a sociedade do trabalho chegou à modernidade, ao mundo da mercadoria.” (ANTUNES, 2009, p.259). E é nesse sentido que nossa discussão se move, em apresentar as complexidades do mundo do trabalho na modernidade, mais especificamente o trabalho docente.

No que se refere ao trabalho docente, sua prática na modernidade se apresenta, de modo geral, intrínseca a um processo de alienação que, por sua vez, é uma categoria da maior importância para entendermos o mundo do trabalho no capitalismo. Por essa razão, vamos dedicar as próximas linhas, para discorreremos um pouco sobre a questão da alienação.

Por alienação entendemos ser o processo em que o sujeito não se reconhece na sua relação com o trabalho que, por sua vez, torna-se a negação do próprio homem. (VÁZQUES, 2007).

Marx (1967) em seu texto *Primeiro Manuscrito*, traz o conceito de trabalho alienado, segundo as leis da Economia Política. Para ele, a alienação do trabalho constitui-se:

Primeiramente, ser o trabalho externo ao trabalhador, não fazer parte de sua natureza, e, por conseguinte, ele não se realizar em seu trabalho mas negar a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas mas fisicamente exausto e mentalmente deprimido. O trabalhador, portanto, só se sente à vontade em seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente contrafeito. Seu trabalho não é voluntário, porém imposto, é trabalho forçado. Ele não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades. Seu caráter alienado é claramente atestado pelo fato de, logo que não haja compulsão física ou outra qualquer, ser evitado como uma praga. O trabalho exteriorizado, trabalho em que o homem se aliena a si mesmo, é um trabalho de sacrifício próprio, de mortificação. Por fim, o caráter exteriorizado do trabalho para o trabalhador é demonstrado por não ser o trabalho dele mesmo, mas trabalho para outrem, por no trabalho ele não se pertencer a si mesmo, mas sim outra pessoa. (MARX, 1967, p.93).

No que diz respeito a essa questão, Mészáros (2006) afirma que o conceito de alienação em Marx tem quatro aspectos principais. Iremos explicitar sobre eles brevemente nos parágrafos posteriores, pois julgamos importante esse entendimento para uma melhor compreensão da precarização do trabalho de modo geral.

A primeira expressa à alienação do homem em relação aos produtos do seu trabalho

que pertence a outro. Nesse sentido, o produto se consolida para o trabalhador como algo independente, externo a ele, um objeto que não lhe pertence.

A segunda, por sua vez, caracteriza-se por ser a alienação do homem frente a sua própria atividade, como uma atividade alheia a ele. Isto é, o homem passa a se tornar “estranhado¹¹” na sua relação com o seu trabalho. Tal atividade, que se torna alheia a ele, não oferece ao indivíduo nenhuma satisfação em si e por si mesma, justificando-se puramente pela necessidade do indivíduo em relação ao capital, para a sobrevivência. Sobre o que acabamos de evidenciar, cabe apontar que Marx chama a primeira característica “estranhamento da coisa”, e à segunda “auto-estranhamento”. (MARX, 2004, p.83)

Segundo Marx (2004), o estranhamento se dá no que se refere à relação do homem com o objeto que ele produz, na medida em que quanto mais objetos são gerados pelo trabalhador, menos ele pode possuir e mais ele é subsumido ao domínio do seu produto, isto é, do capital, tornando-se, portanto, um servo de seu objeto. (MARX, 2004, 81).

No que se refere a sua relação com o seu trabalho, o processo de estranhamento ocorre ao passo em que quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, menos ele pertence a si mesmo, e mais ao processo laboral no qual ele está inserido. (idem, p.81).

Nesse sentido, o autor destaca que o trabalho estranhado inverte a relação do homem com o trabalho de tal maneira que o homem faz dessa atividade vital e essencial para a realização de sua própria existência e emancipação, apenas um meio para a sua existência. (idem, p.85).

O terceiro aspecto é a alienação do homem com relação ao seu ser genérico, ou seja, no que diz respeito “a sua própria natureza, tal como em relação a sua essência espiritual, a sua essência humana”. (MARX, 2004, p.85). Isso faz com que o homem se torne um ser estranhado a ele mesmo, em sua própria existência individual, portanto se distancie de sua humanidade enquanto “condição humana” em seu processo de objetificação de si mesmo, por meio dos processos capitalistas de trabalho. (idem, p.85).

O quarto aspecto da alienação, considera a relação do homem com os outros homens. Essa ideia, nas palavras de Marx, ganha uma clareza sem precedentes, ao ponto de eu preferir substituir as minhas palavras pelas dele, ao afirmar:

¹¹O trabalho estranhado, segundo Marx, é todo aquele em que ocorre a exteriorização do trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser e por isso o trabalho se torna alheio ao homem, e ao invés de significar a afirmação do homem, representa a sua negação, sendo responsável não pela emancipação do indivíduo, mas ao contrário, pela sua alienação. (Marx, 2004, p.82).

Uma consequência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, da sua atividade vital e de seu ser genérico, é o estranhamento do homem pelo [próprio] homem. Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o outro homem. O que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem. (MARX, 2004, p.85-86).

Diante dessa breve explicação sobre o que vem a ser a categoria de alienação em Marx, cabe apontar agora de modo mais específico os sentidos do trabalho alienado na prática docente. Antes disso, gostaríamos de explicar que escolhemos trazer a discussão da alienação no trabalho no mesmo bloco de discussão do sentido etimológico da palavra trabalho, pois partimos da concepção de que, quanto mais alienado for o trabalho humano, mais próxima do sentido *tripalium* ele estará, e mais distante de seu sentido ontológico, de humanização do gênero humano, pois alienação e desumanização são irmãs siamesas, resultando em um labor que se desdobra em descaracterização da ontologia do humano.

No trabalho docente, discorrer sobre a alienação é antes de tudo, necessariamente partir do pressuposto de que, dentro do sistema capitalista, o professor que se põe a ser um intelectual crítico, aberto a refletir dialeticamente sobre os fenômenos sociais que se apresentam, tende a ir na contramão do que o Governo e os Organismos Internacionais esperam dele. E o que tais Instituições esperam dele afinal? Que seja um mero reprodutor de informações, sem apresentar crítica social em suas aulas e que naturalize concepções muito caras ao capitalismo, tais como: meritocracia e a desigualdade social que é latente em nosso país.

Partindo desse indicativo, apontamos que um professor adequado à lógica do sistema, é aquele que se coloca a preparar os seus alunos para melhor atuar na produção, com disciplinamentos que começam nos “anos iniciais da vida para suportar o uso do seu corpo e sua mente para outrem, praticar a obediência e desenvolver um repertório comportamental compatível com as necessidades do mundo do trabalho.” (ROSA, 1998. *apud* COSTA, 2009, p.69).

Desse modo, é possível entender a alienação como um processo vinculado a um trabalho precarizado que subordina o professor a um estado de mero repetidor dos conteúdos do livro didático, de modo a não atuar autonomamente, criticamente e politicamente na sua

prática, executando-a de forma automática e também ao passo em que o trabalhador não identifica os próprios processos de precarização presentes em seu trabalho docente.

Cortesão (2002) também traz contribuições ao tema ao destacar que o trabalho alienado é a concepção de estar ali apenas para fazer o seu trabalho, sem precisar estar envolvido no processo. A alienação se configura então, na medida em que o professor desconsidera o potencial político da sua prática, como também toda a capacidade revolucionária que o conhecimento humano possui e se torna um reproduzidor de informações, quase como um robô.

É interessante notar que para Marx (1967), a superação do trabalho alienado é possível apenas mediante a superação do próprio sistema capitalista como um todo. Isso significa deixar claro aqui, que temos a clareza de que não existe qualquer medida reformista suficiente para dar conta dos problemas inerentes ao capitalismo, por isso é fundamental a sua superação.

Isso deve nos levar a pensar que romper com os processos de alienação é altamente complexo. A dificuldade encontrada é a mesma do barão de Munchausen¹², que, ao embrenhar-se num pântano, sem perspectivas de sair dali, puxava a si próprio pelo cabelo em forma de trança para cima, na tentativa de se auto salvar. A crise da racionalidade e o advento da alienação é esse mesmo processo de auto salvamento do obscurantismo, de modo individualizado, que, por si só já é uma preponderância da alienação, isto é, a não articulação entre os pares.

Por fim, como afirma Cortesão (2002), é necessário que a profissão docente transforme-se em uma docência não daltônica, possuindo a capacidade de se reconhecer no processo de alienação e mesmo assim ter a clareza de que a sua atuação pode ser um instrumento de transformação da realidade social. (CARISSIMI; LIMA; MARTINI, 2008, p. 30 *apud* CORTESÃO, 2002).

É importante deixar claro aqui que todo movimento de culpabilização do professor ou autoculpabilização do mesmo, por não desenvolver o seu trabalho de forma crítica, emancipadora e autônoma, da forma que ele gostaria, deve ser encarado com cuidado, pois considerando os limites que se impõe de uma formação precária (tanto inicial quanto

¹² O Barão de Münchhausen foi um militar e ruralista alemão. Ele foi uma figura tão importante que os relatos de suas aventuras inspiraram o autor Rudolph Erich Raspe a compila-las em uma série chamada *As Aventuras do Barão de Münchhausen*, em um tom fantástico e surrealista. A história em que o barão de Münchhausen cai com o seu cavalo dentro de um pântano e se salva se puxando pelos cabelos, foi descrito por Michael Lowy, em seus livros: *Introdução as Ciências Sociais* e na introdução do livro *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchausen*.

continuada) no qual a maioria dos professores tem acesso, e levando em conta também a realidade de precarização do próprio trabalho docente no qual o professor está inserido, o mesmo deve ser encarado como vítima e não como algoz das impossibilidades de seu trabalho.

Considerando um país no qual, segundo dados levantados pelo INEP em 2017, 296 Instituições de Educação Superior (IES) são públicas e 2.152 são privadas, representando cerca de 87,9% da rede¹³ e além disso, se levarmos em conta que os cursos de licenciatura no país são predominantes na modalidade EAD, crescendo cerca de 133% somente em 2018, subindo da margem de 6.583 para 15.394 Pólos no país¹⁴, fica mais fácil para nós entendermos que os processos de alienação do trabalho docente assim como todos os mecanismos que estão relacionados a precarização do trabalho do professor, são efetivamente produzidos e não devem ser vistos sob uma perspectiva naturalizada.

Nesse sentido, ainda que consideremos que o trabalho alienado exista e faz parte da realidade do trabalho docente, em maior ou menor escala, devemos ter a clareza de que a culpa nunca deve ser transferida para o professor e sim para o sistema que produz essa alienação. Aliás, devemos reconhecer que não são apenas professores, ou alunos que vivem em constante processo de *alienar-se* e *desalienar-se*.

Sobre essa questão, acreditamos que até mesmo os maiores intelectuais de esquerda, vivem sobre processos de alienação. É uma luta constante de desconstrução da mesma. O que podemos fazer quanto a isso, é primeiramente buscar entender nosso estado de alienação e procurar supera-lo, mas sempre com a clareza de que a sua superação por completo não é possível enquanto estivermos condicionados ao sistema capitalista.

2.3 A ação dos Organismos Internacionais na educação e seu desdobramento no trabalho docente

Pretendemos apresentar aqui algumas ações de Organismos Internacionais na educação brasileira para desse modo, demonstrar as formas que isso interfere na qualidade do trabalho do professor e em sua saúde física e/ou emocional, de modo geral.

¹³Link:http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-censo-da-educacao-superior-as-universidades-brasileiras-representam-8-da-rede-mas-concentram-53-das-matriculas/21206 Último acesso 24/01/2020

¹⁴Link:https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/2018/07/12/internas_educacao,972964/educacao-ead-cresce-133-em-mais-de-um-ano-apos-atualizacao-de-legisla.shtml Último acesso: 24/01/2020

Primeiramente, cabe deixar claro que quando estamos tratando de Organismos Internacionais, estamos nos referindo a alguns muito específicos, a saber: Banco Mundial (BM), OCDE, OMC, FMI, UNESCO, UNICEF, ou seja, são Organismos que de alguma maneira se relacionam com o Governo Brasileiro e possuem algum peso, ainda que pequeno, nas decisões que são tomadas pelo Governo Federal quando o assunto é educação pública brasileira.

Nesse sentido, cabe a nós levantarmos a seguinte questão: Por que há uma relação entre o Brasil e essas entidades internacionais e qual o interesse das mesmas ao participarem (de modo direto ou indireto) da construção do modelo de educação brasileira?

Para responder a essa questão, precisamos entender que as relações entre o Brasil e os Organismos Internacionais, o que chamamos de política externa, é muito antiga. No entanto, essa tendência veio se acentuando ainda mais a partir da década de 90, sobretudo no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

A ideia do Governo brasileiro sempre foi captar investimentos dos OI para o país e é por essa razão, que o nosso Governo Federal (independente da liderança política que vem assumindo) vem seguindo as determinações de tais Organismos, tanto em termos financeiros, quanto educacionais, a fim de se tornar mais atraente para investimentos.

Devemos considerar que em troca de investimentos no Brasil, muitos Organismos Internacionais passaram a desenvolver orientações para a educação brasileira, influenciando até mesmo na elaboração de políticas públicas, sobretudo no que se refere à educação básica. Isso acontece, pois tais Organismos enxergam na educação de nosso país uma ampla possibilidade de deixá-la mais suscetível ao capital internacional e desse modo, mais viável para a extração de lucros, na medida em que o Governo condiciona a nossa educação a um modelo pós-moderno, de caráter privatista, voltado para um viés tecnicista, mercantilista, competitivo, produtivista, ou seja, inteiramente voltado para atender as demandas do capital financeiro.

Diante de tal cenário, é importante dizer que a lógica é oferecer apoio econômico e político desde que o Brasil importe um modelo de educação considerado mais “moderno”. Isso fica muito claro, quando citamos, por exemplo, o documento “Um ajuste Justo” produzido pelo Banco Mundial que se configura como uma série de orientações para o Governo brasileiro, em termos econômicos e educacionais e a forma com que o país vem seguindo tais recomendações à risca.

Outro exemplo pode ser dado com os documentos produzidos pelo “Todos pela

Educação”, que embora seja uma organização nacional, possui grande influência internacional, sendo composta por grandes empresas, institutos e fundações, que frequentemente vem publicando algum material norteador para a educação brasileira e como não é de se surpreender, tais recomendações vem sendo cumpridas criteriosamente pelo Governo Federal.

Iremos aprofundar nesse assunto um pouco mais pra frente, quando iremos trazer aqui uma análise feita por nós de dois documentos publicados pelo “Todos pela Educação” e do documento “Um ajuste Justo” do Banco Mundial.

O que precisa ficar claro em um primeiro momento é que toda essa subordinação do Governo brasileiro aos Organismos Internacionais em troca de apoio e investimento impacta diretamente na educação pública de nosso país, desde a educação básica até o Ensino superior e de igual modo, interfere no trabalho docente de modo muito expressivo.

Um primeiro exemplo disso é a propagação por meio de documentos como o próprio “Um ajuste Justo”, da lógica meritocrática na educação. Embora muitos OI, como o Banco Mundial, tente apresentar um discurso de valorização e naturalização da meritocracia, devemos compreender que a mesma não deve ser considerada natural, mas sim uma ideologia pós-moderna extremamente aliada com a perspectiva de classe burguesa e propagada a fim de culpabilizar o próprio individuo pela sua miserabilidade social, advinda da falta de oportunidades para todos na sociedade.

A esse respeito, Simões (2017) declara:

A ideologia do mérito vem marcar a política liberal na educação para acentuar a fragmentação nas áreas de conhecimento e dos interesses da sociabilidade capitalista, facilitando a implantação dicotômica de uma formação humana determinada a atender as demandas das diversas frações da burguesia. (SIMÕES, 2017, p.25)

Desse modo, pode-se afirmar que o fator da meritocracia se tornou um dos principais agentes de estresse emocional no ambiente de trabalho dos professores, por produzir a competitividade e a responsabilização do sujeito sobre suas frustrações no trabalho, gerando uma autopunição, sem levar em conta os condicionantes sociais que influenciam na relação professor-trabalho.

Essa lógica produz a responsabilização do individuo sobre os seus méritos pessoais ao passo em que produz a desresponsabilização do Estado sobre a questão da desigualdade,

do desemprego, do não aprendizado do aluno, do adoecimento do professor, enfim, é um discurso que justifica tudo baseado na responsabilização do indivíduo, escamoteando o contexto social, os interesses do capital e a própria luta de classes nesse processo.

Sobre essa questão, nos colocamos de acordo com a opinião de Menezes (2010) ao afirmar: “A meritocracia dentro de uma categoria profissional além de fazer uma clivagem corrosiva dentro dos seus quadros, alicerça uma condição avassaladora de hostil competição entre seus membros.” (MENEZES, 2010, p.2-3).

Como afirmado por Menezes (2010), a lógica meritocrática parte da ideia de que quem é mais competitivo e corre mais atrás, vence. Um desdobramento dessa lógica é a política do bônus por desempenho, importada para o Brasil dos Estados Unidos, e que tem ganhado uma ampliação cada vez maior nas estratégias do Governo, com aderência em muitos Estados e municípios em torno do país.¹⁵

O que deve ficar evidente ao se tratar dessa questão é que a própria Unesco já se posicionou afirmando que o bônus por desempenho aos professores não melhora a qualidade da educação.¹⁶

Logo, romper com a lógica meritocrática e de competitividade nos espaços escolares é preciso, sobretudo, pois é ela a responsável por desresponsabilizar as ações do Governo em seu projeto de desmonte da educação pública, atribuindo aos professores a responsabilidade pela falta de qualidade da educação brasileira, em comparação com outros países. Logo, segundo essa perspectiva política e ideológica, se a educação vai mal, é culpa dos professores que não estão ensinando direito ou que devem se esforçar mais ou se capacitar mais e oferecer mais tempo e dedicação extraclasse para o trabalho.

Em relação ao fracasso na qualidade da educação do Brasil, cabe considerar o relatório divulgado em 2015 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ao evidenciar que o Brasil encontra-se em 60º lugar no ranking da educação, de 76 países pesquisados.¹⁷ Dados como esse apontado fomentam a lógica de responsabilização dos professores pela educação do país e é nesse sentido que os documentos do Todos pela Educação (TPE), (que serão avaliados mais adiante neste capítulo), visando uma suposta modernização da educação brasileira, vêm afirmando que o

¹⁵ Link: <https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/sedu-divulga-indice-de-merecimento-para-o-bonus-desempenho-2019> Último acesso: 24/01/2020

¹⁶ Link: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/10/1929593-bonus-por-desempenho-a-professores-nao-melhora-educacao-conclui-unesco.shtml> Último acesso: 21/09/2018

¹⁷ Link: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/brasil-e-60o-de-76-paises-em-ranking-de-educacao-8400.html> Último acesso: 21/09/2018

problema está na deficiência da formação dos professores, que possui demasiada teoria e pouca instrução prática, como se fosse possível separar a teoria da prática.

Sobre essa questão, é possível citar Freire (1987) ao afirmar que “É preciso que fique claro que, por isso mesmo que estamos defendendo a *práxis*, a teoria do fazer, não estamos propondo nenhuma dicotomia de que resultasse que este fazer se dividisse em uma etapa de reflexão e outra, distante de ação” (FREIRE, 1987, p. 125).

Ainda sobre a questão da qualidade da educação, o ex-ministro da Educação, Mendonça Filho, do governo Temer, afirma que

(...) a qualidade do professor é o fator que mais influencia a melhoria do aprendizado. Isso significa que, independente das diferenças de renda, de classes sociais e das desigualdades existentes, **a qualidade do professor é o que mais pode ajudar à melhora da qualidade da educação** (MONTEIRO, 2017, grifos nossos).

Fica claro na citação acima a ideia de que o principal responsável pela tragédia que atravessa a educação brasileira é o professor e o principal responsável por solucioná-la, segundo essa concepção da realidade, seria também o professor, sem ao menos levar em conta nesse contexto, os salários irrisórios que recebe o profissional docente, a falta de formação inicial e continuada de qualidade para a categoria, a falta de infraestrutura adequada nas escolas etc.

Essa lógica neoliberal transforma-se em uma ceara de novas orientações trazidas pelos Organismos Internacionais, de mudanças nos cursos de licenciaturas, visando um perfil, segundo eles mais “moderno”, voltado para um saber prático, tecnicista e esvaziado de conhecimentos teóricos. Dentro desta realidade de mudança na formação docente para atender as orientações internacionais, consideramos importante destacar mais uma vez a centralidade que assume os OI na educação nacional e o peso que suas recomendações possuem na qualidade do trabalho do professor.

Isso fica claro na fala de Pansardi (2011) ao trazer que o Brasil, assim como outros países da América Latina, se coloca como dependente desses Organismos Internacionais a fim de refinar suas dívidas externas e buscar novos empréstimos. Contudo, essa parceria acarreta para o país a necessidade de se submeter aos parâmetros que tais Organismos consideram fundamentais para o desenvolvimento nacional, embora trataremos apenas dos parâmetros que envolvem a educação, que é o nosso foco.

Consideramos, portanto ser fundamental que se organize lutas populares no sentido de romper com o modelo de educação brasileiro a serviço do capital, submissa às imposições dos Organismos Internacionais, cujo objetivo principal é atender as necessidades do mercado. E é necessário fazer isso, tendo a clareza de que a educação deve assumir o seu caráter revolucionário de transformação da consciência dos homens e por meio da ação coletiva, transformação da própria sociedade.

Baseado nessa política de atuação das agências internacionais na educação nacional, Rasco (2013) afirma que o “grande problema para os Estados nacionais se encontra não tanto na globalização em si, mas na imposição de políticas de governabilidade neoliberais” (RASCO, 2013, p.406).

O que estamos assistindo, portanto, segundo Dale (2004) é o desenvolvimento de uma *agenda globalmente estruturada para a educação* que, em linhas gerais, é o mesmo que dizer de uma subordinação da educação nacional aos interesses econômicos, ideológicos, políticos e culturais globais, demarcados pelos Organismos Internacionais supracitados.

Portanto, o que fica claro é o compromisso dessas Organizações com a lógica econômica do capital, uma vez que enxergam a educação puramente como uma mercadoria, uma ampla fonte de lucros, a nível nacional e internacional, e é nesse sentido que suas orientações são de um Estado cada vez mais mínimo e de uma educação pública que vá sendo submetida paulatinamente aos interesses do mercado.

Partindo dessa concepção, são pertinentes os questionamentos feitos por Pansardi (2011) ao afirmar: “Até que ponto nossos governos têm realmente autonomia para perseguir políticas nacionais independentes? Existem políticas públicas nacionais? Ou apenas adaptações nacionais de políticas determinadas internacionalmente?” (PANSARDI, 2011, p.8).

No que se refere à formação dos professores, deve ficar claro que os Organismos Internacionais, a exemplo do Banco Mundial, têm delimitado um modelo de formação para os professores, voltado para atender as demandas do mercado. É por isso que, segundo esses Organismos, um professor “moderno” é um professor flexível, produtivo, resiliente para se adaptar às mudanças no mundo do trabalho etc.

Partindo dessa concepção, trago mais uma vez as palavras de Pansardi (2011) ao afirmar que “a educação é vista da ótica de um banco, com o olhar de um financista, de um economista. (...) Os critérios são o do mercado e nesta visão, a educação é um produto como

qualquer outro. A escola é uma fornecedora de serviços, uma empresa.”. (PANSARDI, 2011, p.9).

O papel do professor, nesse contexto mercantilizador da educação, é ser o mais eficiente possível, lendo-se eficiente como àquele que mais atende à lógica do capital. É nesse sentido, que surge o modelo pedagógico baseado nas “competências e habilidades socioemocionais” que nos dias atuais, define, do ponto de vista dos OI, o que vem a ser um bom professor.

A lógica é bem simples: se o docente possui as aptidões estipuladas pelos Organismos, ele é considerado um professor “moderno”, caso não possua as “competências e habilidades” determinadas, ele é tido como um profissional problema. A fim de ficar mais claro essa questão, vamos avaliar a partir de agora, dois documentos oficiais do Movimento Todos pela Educação (TPE), de 2012 e de 2018, juntamente com a última versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o documento “Política Nacional de Formação de Professores” (2017), a fim de mostrar como se dá a imposição desse modelo pedagógico baseado nas “competências e habilidades” na formação dos professores.

Antes, é importante definir, ainda que brevemente, o que é o Movimento Todos pela Educação (TPE). Por sua vez, é uma entidade formada desde 2006, por uma série de parceiros e mantenedores (nacionais e internacionais)¹⁸, com o objetivo de expressar, no tempo presente, a maneira como a educação se ajusta ou deve se ajustar, segundo as orientações propostas pelos Organismos Internacionais. O Todos pela Educação (TPE) trata-se, de modo geral, de um grupo de intelectuais orgânicos da classe empresarial, que desde a sua fundação, em 2006, visam transformar a educação de nosso país em um grande negócio para investimentos.

É por isso, que estão sempre demasiadamente “preocupados” com a qualidade da educação, lançando quase que anualmente um documento novo, estabelecendo uma nova meta (ou um conjunto delas) ou estratégias, para melhorar a educação “modernizando-a”. A questão é que seu discurso não só está alinhado com o discurso do empresariado, como é de

¹⁸De acordo com o TPE (2012, p. 116-117) a entidade tem como parceiros as seguintes instituições: Amics; Amigos das Escolas; BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento; Canal Futura; Comunidade Educativa Cedac; Cenpec – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária; Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação; DM9DDDB; Fundação Santillana; Fundação Victor Civita; Gife – Grupo de Institutos; Fundações e Empresas; Gol Linhas Aéreas Inteligentes; Grupo ABC; Instituto Ayrton Senna; Instituto HSBC Solidariedade; Instituto Natura; Instituto Paulo Montenegro; Mckinsey&Company; Microsoft; Patri Políticas Públicas; Rede Energia; Rede Globo; Undime – União dos Dirigentes Municipais de Educação. E como mantenedores estão: Dpaschoal; Fundação Bradesco; Fundação Itaú; Faber-Castell; Instituto Camargo Correa; Gerdau; Instituto Unibanco; Itaú BBA; Santander; Suzano Papel e Celulose.

fato a própria perspectiva empresarial para a educação. Isso significa dizer que seu apelo será sempre a favor da privatização da educação pública, transformando nossa educação em uma fonte de lucros para as empresas privadas. É importante deixar isso claro, para termos a noção de que espécie de documentos vamos começar a analisar agora e que tipo de educação e de professor o TPE tem projetado alcançar.

Nesse sentido, nos pusemos a analisar os documentos “5 Anos, 5 Metas, 5 Bandeiras” (2012) e o “Anuário Brasileiro da Educação Básica”, (2018) a fim de procurar entender o que os mesmos consideram que sejam as estratégias para uma qualidade na educação e qual seria o papel do professor nesse processo. Embora saibamos que os documentos do Movimento Todos pela Educação não se limitam apenas a estes aqui analisados, pois possuem um vasto material informativo, como relatórios, anuais, boletins e publicações de pesquisas a respeito do que consideram ser uma educação de qualidade.

O Relatório intitulado “Todos Pela Educação 5 Anos 5 Metas 5 Bandeiras” apresenta o que é o TPE e como foi sua criação. Além disso, apresenta os registros de sua atuação durante os anos 2010 e 2011. Em seguida, se concentra, ao longo de todo o texto em definir as cinco metas para se alcançar uma educação de qualidade, que devem ser atingidas até 2022, data escolhida em razão do bicentenário da Independência do Brasil. O principal objetivo desse documento é apresentar soluções para uma educação de qualidade, expressando esse compromisso por meio de 5 Metas, conforme já foi afirmado.

De acordo com o documento, as cinco metas funcionam como um meio de gerenciar a qualidade da educação. Iremos apresentar aqui brevemente as cinco metas, afim de melhor situar o leitor a respeito das mesmas: A primeira meta estabelece que toda criança e jovem de 4 a 17 anos deve estar na escola. A segunda define que toda criança deve ser plenamente alfabetizada até os 8 anos de idade. A terceira determina que todo aluno deve ter o aprendizado adequado à sua série. Já na quarta meta é deliberado que todo jovem deve ter concluído o Ensino Médio até os 19 anos e na quinta fica definida a garantia de um amplo investimento em Educação e uma gestão eficiente (TPE, 2012, p. 12).

Já o relatório “Anuário brasileiro da educação básica”, de 2018, inicia sua discussão apresentando os três objetivos principais para a educação brasileira, que são: Primeiro, reafirmar a sua razão de existência, se colocando na observação e no acompanhamento do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2022. Segundo, contribuir e estimular os debates sobre Educação na fase das campanhas políticas, contribuindo para as discussões com informações qualitativas; e Terceiro, o documento se coloca como um apoio para os novos

eleitos em 2018, na agenda das novas necessidades educacionais.

Ao longo do texto, o documento faz uma análise das necessidades educacionais brasileiras, apresentando as metas do PNE desde a educação infantil, passando pelo ensino fundamental e ensino médio, considerando também as metas do PNE para a educação especial/inclusiva, a educação integral, dentre outros temas importantes.

O que nos interessa aqui é apontar que nesse Anuário de 2018, diferentemente, do “Todos Pela Educação 5 Anos 5 Metas 5 Bandeiras”, podemos encontrar a incorporação das expressões “competências” e “habilidades socioemocionais”, ainda que sem um aprofundamento do que sejam tais conceitos.

O que deve ficar claro, a partir da leitura de ambos os documentos, é como a entidade concebe a educação pública, partindo de uma linguagem economicista, em que a educação é entendida como mercadoria e os professores como “parceiros” que devem atender as demandas do mercado, devendo ser apto para apresentar determinadas “competências” e “habilidades socioemocionais” necessárias para o bom desempenho da educação.

Nesse sentido, o TPE concebe a educação como de caráter pragmática, rasa de aprofundamento teórico, direcionada para as necessidades do mercado e, seguindo a perspectiva de um professor salvacionista, isto é, capaz de superar a crise da educação por si só.

Não é difícil constatar, portanto, que a proposta de educação de qualidade do TPE é uma educação cujo significado é sinônimo de treinamento para o mercado de trabalho. Logo, o que eles entendem por uma formação de qualidade (para professores e alunos) é o oposto ao movimento de apropriação de uma consciência política por meio de uma sólida base de conhecimentos científicos. Para o TPE, a educação é um processo de técnicas para um “aprender a fazer”, descolado de um pensamento crítico e emancipador, inteiramente voltado para as necessidades do mercado. (RODRIGUES, 2017)

Ainda de acordo com a lógica dessa entidade, é preciso “modernizar” a formação dos professores, para que se obtenha uma maior qualidade na educação nacional. É nesse sentido que o TPE parte de uma perspectiva de cultura de metas para a educação, visando cumprir uma dupla função, pois, ao passo em que tentam esvaziar os cursos de formação de professores da gama de conhecimentos teóricos disponíveis, por outro, potencializam a valorização dos conhecimentos práticos, voltados para o cotidiano da sala de aula, permitindo ao professor um saber fazer, mas descolado de condições de elaborar criticamente análises sobre a conjuntura em que está inserido.

Um segundo aspecto a ser destacado é o seu caráter avaliativo e de monitoramento. Sobre esse aspecto, o TPE criou e colocou em prática ferramentas para medir a qualidade da educação do Brasil, como a Prova ABC – Avaliação Brasileira do Ciclo de Alfabetização, sendo fundamental apontar que esse processo avaliativo fortalece a lógica meritocrática e de mercado, visando transferir para o indivíduo a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso escolar. (RODRIGUES, 2017)

O que se espera então dos professores, segundo os documentos do “Todos pela Educação” é a sua adequação a lógica capitalista e de mercado, atuando de forma “neutra”, sem preferências pedagógicas, que domine as técnicas e metodologias do “saber fazer”, ainda que sua prática venha descolada de um arcabouço teórico robusto e possua uma base rasa de conteúdos. Desse modo, citar Martins (2008) é necessário, ao explicar melhor o modelo desse novo perfil de professor

Os professores já não mais precisarão aprender o conhecimento historicamente acumulado, pois, já não precisarão ensiná-lo aos seus alunos, e ambos, professores e alunos, cada vez mais empobrecidos de conhecimentos pelos quais possam compreender e intervir na realidade, com maior facilidade, se adaptarão a ela pela primazia da alienação. (MARTINS, 2011, p. 27)

Nesse sentido, cabe inserir em nossa discussão o documento da última versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada no dia 15 de dezembro de 2017, mas que teve início no governo Dilma, que, por sua vez, também apresenta políticas para a educação nacional e direcionamentos de atuações do professor frente às novas demandas do empresariado para a educação nacional.

Deve ficar claro que, assim como o TPE, a BNCC também traz os conceitos de “competências e habilidades socioemocionais”, só que dessa vez de forma mais exploratória. No que se refere às competências, destaca que são 10 as competências gerais necessárias que devem ser adquiridas por alunos e professores, para que se alcancem uma educação de qualidade. Dentre elas, cabe um destaque na décima, à qual consideramos ser a mais propagada nos discursos do empresariado, portanto, a mais urgente de ser combatida, qual seja: “Agir pessoal e coletivamente com *autonomia*, (...) *flexibilidade*, *resiliência* e *determinação*, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.” (BNCC, 2017, p.12.).

Fica claro para nós que o que se espera do professor é que ele seja um trabalhador

flexível, para dar conta das várias demandas que lhe são impostas, contudo, sem as condições de tempo hábeis para desenvolvê-las com a qualidade desejada. E é nesse sentido, que se afirma que ele necessita de *resiliência*, para conseguir se manter produtivo, mesmo em condições precarizadas de trabalho

Seguindo essa perspectiva, afirma-se que professores e alunos necessitam ter *autonomia* para desenvolver as questões relativas ao cotidiano escolar de modo independente, autossuficiente, sem contar com os recursos e as condições adequadas para isso.

O que mais se aproxima de uma definição da própria BNCC em relação ao que sejam as competências é

(...) indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho). (BNCC, 2017, p.13).

Para sustentar a abordagem por meio de competências e habilidades, a Base (2017) justifica que:

Essa mesma tendência de elaboração de currículos referenciados em competências é verificada em grande parte das reformas curriculares que vêm ocorrendo em diferentes países desde as décadas finais do século XX e ao longo deste início do século XXI. É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês), e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE, na sigla em espanhol). No âmbito da BNCC, a noção de competência é utilizada no sentido da mobilização e aplicação dos conhecimentos escolares, entendidos de forma ampla (conceitos, procedimentos, valores e atitudes). Assim, ser competente significa ser capaz de, ao se defrontar com um problema, ativar e utilizar o conhecimento construído. (BNCC, 2017, p. 16).

Conforme exposto, fica claro que a BNCC está em consonância com os Organismos Internacionais que por sua vez são os defensores da ideologia neoliberal, visando conforme já apontado à formação de indivíduos flexíveis, que se adaptem com facilidade às

necessidades do mercado, em detrimento de uma formação emancipatória do cidadão. (BRANCO; BRANCO; IWASSE; ZANATTA, 2018).

Nesse sentido, a Base defende a relação dos conteúdos escolares com o desenvolvimento das competências, definindo o conhecimento como uma soma das habilidades que os alunos devem se apropriar para melhor se adaptarem aos interesses do mercado.

Isso fica muito claro nas palavras de Marsiglia et. al. (2017) ao apontar que:

Ao enfatizar as “habilidades”, as “competências”, os “procedimentos” e a “formação de atitudes”, e não destacar os conteúdos escolares, o trabalho educativo e o ensinar, o documento traz uma perspectiva que visa adaptar os alunos ao mercado de trabalho ou, mais propriamente, ao “empreendedorismo”. Ou seja, com o crescente desemprego e a conseqüente diminuição do trabalho formal, o objetivo dessa formação é preparar os filhos da classe trabalhadora para o mundo do trabalho informal e precarizado, compatível com as novas demandas do capital para este século, voltadas para a acumulação “flexível”. (MARSIGLIA et. al., 2017, p. 118).

Diante disso, é possível acreditar que a implantação da BNCC é a legitimação do avanço da hegemonia e dos ideais neoliberais na educação brasileira com vistas a atender os interesses da classe empresarial, na plena contramão daquilo que se espera do exercício de uma escola pública que é garantir a todos os alunos a apropriação dos conhecimentos historicamente sistematizados e uma formação humana emancipatória. (BRANCO; BRANCO; IWASSE; ZANATTA, 2018).

Além da BNCC, o documento “Política Nacional de Formação de Professores”, lançado pelo governo de Michel Temer em outubro de 2017, é outro importante documento para análise que também se utiliza dos termos competências e habilidades para se referir a um ‘novo’ perfil de trabalhador. Este por sua, conforme nos aponta Penna e Simões (2019) deve estar

Apto a naturalizar as condições que se aprofundam tanto no sentido da precarização das condições de trabalho, bem como no avanço das condições de desemprego e de miserabilidade sob todos os aspectos, levando a classe trabalhadora a buscar saídas cada vez mais individuais e, portanto, conciliáveis com o capital. (PENNA; SIMÕES, 2019, p. 6).

É sabido que o documento “Política Nacional de Formação de Professores”, por mais que traga um discurso de ampliação da qualidade da educação nacional, baseado em mudanças estruturais na formação inicial e continuada dos professores da educação básica, o mesmo propõe na verdade um esvaziamento da formação docente, balizado pela valorização técnica de seu trabalho, bem ao sabor dos métodos pedagógicos pós-modernos.

Nesse sentido, o processo de formação intelectual/teórica dos mesmos, bem como a ação pedagógica desse educador são substituídos pela valorização de uma formação empírica, demarcada pela perspectiva de observação da sua prática e enaltecimento de um processo educativo voltado para a técnica e o “aprender a aprender”, em detrimento de uma formação em direção a uma cultura universal. (PENNA, 2015)

A esse respeito, Evangelista (2017) tem uma opinião muito contundente ao apontar que: “Essa política servirá como estímulo ao crescimento da ‘fábrica de professores’ e do mercado dos diplomas de ensino superior no país” (EVANGELISTA, 2017, p. 5).

É por isso que tem sido tão valorizada a perspectiva de apropriação das “competências”, já como um ajustamento dos professores a esse novo formato de formação docente proposto pelo documento “Política Nacional de Formação de Professores”, que em palavras claras significa preparar professores para se adequarem as necessidades do capital.

Duarte (2008) colabora sobre essa questão ao apontar que

(...) trata-se de um lema que sintetiza uma concepção educacional voltada para a formação, nos indivíduos, da disposição para uma constante e infatigável adaptação à sociedade regida pelo capital (...) Trata-se de preparar os indivíduos, formando neles as competências necessárias à condição de desempregado, deficiente, mãe solteira etc. Aos educadores caberia conhecer a realidade social não para fazer a crítica a essa realidade e construir uma educação comprometida com as lutas para uma transformação social radical, **mas sim para saber melhor quais as competências à realidade social está exigindo dos indivíduos** (DUARTE, 2008, p. 11-12, **grifos nossos**).

As “habilidades socioemocionais”, por sua vez, seriam “aquelas que designam os comportamentos, as atitudes e as características de personalidade que não estariam diretamente ligadas ao domínio das disciplinas escolares” e que “têm sido defendidas como a solução para trazer à educação o que lhe estaria faltando” (RODRIGUES, 2015, p.82). Dizendo de modo bem claro, a implementação da concepção de “habilidades socioemocionais” nos espaços escolares, a serem apropriadas tanto por professores quanto

por alunos, é a total valorização dos aspectos emocionais no processo de aprendizagem em detrimento dos aspectos racionais/científicos.

Ainda concernente a essa questão, Rodrigues (2017) destaca que

No que se refere diretamente ao processo educativo o que temos visto é uma ênfase nas questões subjetivas em detrimento do conhecimento objetivo e científico. E essa mudança faz todo sentido se lembrarmos que as **habilidades** que o sistema produtivo vem exigindo, além da formação técnica específica, é uma base psicológica que prepare o sujeito para lidar bem com a imprevisibilidade no âmbito do trabalho, capacidade de inovação, e certamente aceitação às relações de instabilidade do mercado, com consequências para ele próprio. (RODRIGUES, 2017, p.32, **grifo nosso**).

Fica claro então que, segundo a perspectiva das “habilidades e competências”, o professor deve incorporar uma “postura reflexiva”, sendo um “facilitador da aprendizagem do aluno”, um “gerenciador de informações”, além de assumir o método de “permanente avaliação e resignificação de sua prática pedagógica”. Entretanto, caso o professor não desenvolva em si mesmo as competências, “seu trabalho didático estará fatalmente comprometido” (MELLO, 2000, p. 17).

A busca pelas tais “competências e habilidades”, necessárias para a caracterização do que se denomina de “novo professor”, na prática, é a valorização do individualismo e da competitividade entre os pares, que ofusca a visão sobre a percepção de que somos pertencentes a uma classe social, ao passo em que estimula o sujeito a procurar atender os critérios definidos no que vem a ser um “professor destaque” ou “professor ideal”. A pergunta é: ideal para quem? A prática pedagógica do professor que incorpora as tais “competências e habilidades” favorece a quem?

É fundamental pensar que essa lógica de conceber a educação por competências, além de estimular a competitividade e o individualismo visa também responsabilizar o professor pelos problemas produzidos no contexto da escola e, sobretudo, da sala de aula. (PENNA, 2015, p.13).

Além disso, também deve ficar claro que a lógica das “habilidades e competências socioemocionais” é resultado da inserção dos sistemas escolares nos interesses advindos dos Organismos Internacionais para a educação nacional, visando produzir um professor apto para dialogar com o mercado de trabalho, apresentando as aptidões necessárias para atender as demandas do mercado, bem como, de igual modo, produzir nos seus alunos essas

aptidões. Portanto, o que interessa para os Organismos Internacionais, é uma educação submissa ao mercado, sem senso crítico, sem partido, supostamente neutra e hábil na apropriação por seus indivíduos das aptidões necessárias para se adequarem ao mercado de trabalho.

No que se refere ao trabalho do professor nesse processo, deve ser evidenciado que, tanto nos documentos do TPE, quanto na BNCC, a ideia é separar desde a sua formação a teoria da prática, ao mesmo tempo em que procura desvincular a ação pedagógica da ação política no ambiente educacional, em nome da institucionalização daquilo que o TPE e seus ideólogos convêm chamar de “bom professor”. (PENNA, 2015)

Ainda sobre essa questão, Penna, Simões e Pereira (2018) destacam que

Trata-se da imposição de uma nova direção para a formação docente, que pretende reforçar a ideia de que os currículos das licenciaturas são excessivamente teóricos, e, portanto, desconectados da vida prática/cotidiana deste professor na escola. Reivindica-se, assim, uma formação docente que priorize o aprender a fazer, a prática de dar aula e os conhecimentos técnicos ligados à ação docente. (PENNA; SIMÕES; PEREIRA, 2018, p.5).

Portanto, esse “novo modelo de professor”, marcado por concepções pós-modernas, é difundido como aquele que se relaciona com a vida cotidiana dos alunos e que respeite os diferentes ritmos de aprendizado. Traz também o discurso que afirma ser necessário “partir do contexto do aluno” para se trabalhar os conteúdos. O problema não é partir do contexto do aluno, a questão é quando o conhecimento se limita apenas a esse contexto, negando aos filhos da classe trabalhadora a oportunidade de acessar um cabedal de conhecimentos robustos e necessários para se compreender a realidade.

Isso nos leva mais uma vez ao “Todos pela Educação” e seus “formadores de opinião”, quando afirmam que conhecimento robusto e uma amplitude de saberes em sala de aula é sinônimo de conhecimento enciclopédico, os quais “só levam à erudição e não preparam para a vida” (MELLO, 2000, p. 7).

Talvez por isso, esse “novo professor”, supostamente tão moderno em sua prática e na sua forma de pensar, olhe para os alunos pobres e da periferia, e pense: “explicar conhecimentos complexos para quê, se tal aluno nunca precisará implementá-lo na prática, se suas oportunidades de trabalho se limitam a operações simples e de pouca racionalidade?”; “Levá-los ao museu de artes para quê?”, “permitir o acesso a músicas

clássicas para quê?” “Incentivar o teatro e a cultura para quê?”. É como se os alunos não tivessem a capacidade de compreender e se sensibilizar com o conhecimento mais complexo, robusto e humanizado. É como se filho de pobre não tivesse o direito de fruir e de acessar o bem patrimonial de conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade.

Portanto, o que se percebe, até aqui, é que se tem procurado implementar por parte do conjunto de frentes que atuam sobre a educação nacional, (desde o Governo Federal aos Organizações Internacionais, não deixando de considerar também os empresários nacionais, como exemplo, o Instituto Ayrton Senna, dentre outros), um modelo de educação, bem como um perfil de professor, que se adapte às concepções neoliberais impostas que, por sua vez, se desdobra em um novo ideário de professor, inserido em uma “nova morfologia do trabalho”: parcelado, atípico, flexível, intermitente, pejotizado. (ANTUNES, 2009).

É baseado nesse cenário que avançam discursos que legitimam a desvalorização do trabalho docente ao se posicionarem

em defesa do empreendedorismo, da naturalização da competitividade, da política de bonificação, do estímulo às práticas individualistas, do trabalho voluntário, entre outros discursos próprios do avanço do ultraliberalismo e das ideologias pós-modernas. Tal política cumpre o papel de amortecer as lutas à medida que leva a categoria docente a secundarizar e subestimar os enfrentamentos coletivos da classe trabalhadora, historicamente organizada em seus sindicatos. Os trabalhadores da educação, de todos os níveis do ensino, carregam um grande desafio na organização e condução de políticas sindicais que possam enfrentar eficazmente o conjunto de políticas de desmonte de todo o aparato público previdenciário e trabalhista. (PENNA; SIMÕES, 2019, p. 23).

Logo, enquanto se vende a ideia de um professor moderno, versátil, plural, que se adapta facilmente às demandas do mercado de trabalho, isso pode ser traduzido em sentidos práticos, conforme nos aponta Triches (2010), em uma exigência rigorosa do mercado pela figura de um “*superprofessor*, com muitas atribuições e competências e escassa formação teórica”. (TRICHES, 2010, p.40).

Essa figura do “*superprofessor*” que precisa ser empreendedor e se flexibilizar o máximo que pode para se manter ativo no mercado de trabalho, é muito bem explicitado nas palavras da diretora do Instituto Crescer, uma ONG neoliberal que desde 2000 vem prestando serviços à educação, mais especificamente relacionados à formação de professores e qualificação profissional

O professor como conhecemos hoje, exclusivamente atrelado a uma instituição de ensino, aos poucos, dará espaço a um profissional capaz de preencher a lacuna existente entre o docente tradicional, o administrador e o formulador de políticas educacionais. Estamos falando do chamado *teacherpreneur*, ou professor-empREENDEDOR em tradução livre. AfirMO isto diante da realidade de que, apesar dos avanços tecnológicos, a maioria das escolas conta com uma hierarquia que separa as pessoas que criam políticas educacionais (administradores) daquelas que realmente entregam a educação (professores).

Essa história de compartimentalização muda com o professor-empREENDEDOR, que além de estar no dia a dia no ambiente escolar, sai da sala de aula para interagir com múltiplos domínios da educação. Assim, em termos gerais, um professor-empREENDEDOR envolve-se na liderança educacional, escreve seus próprios currículos, pesquisa metodologias educacionais, aprende a usar diferentes tecnologias, cria cursos próprios e os vende ou disponibiliza gratuitamente em plataformas digitais, educa outros professores e até trabalha para reformar as políticas educacionais oficiais. (ALLAN, 2019, grifo nosso).

Isso nos leva a pensar o quão forte está o discurso em nosso país da modernização da figura do professor, que quanto mais empREENDEDOR; inovador; protagonista dos desafios educacionais e flexível às mudanças ele se torna, mais ajustado ele estará à lógica de precarização e aviltamento de suas condições de trabalho. (PENNA; SIMÕES, 2019).

É nesse sentido que Penna e Simões (2019) usam o termo '*Food truck*' da educação, para denominar esse professor polivalente, ajustado a lógica de professor intermitente, '*uberizado*', atento para atender as demandas do mercado, sempre que solicitado. (PENNA; SIMÕES, 2019).

Todo esse contexto apresentado aqui vem gerando uma realidade de profundo adoecimento nos professores, tendo que lidar com tantas cobranças, sentindo praticamente o peso da responsabilidade de carregar a qualidade da educação nas costas, em um contexto de profunda austeridade do Governo Federal com a educação pública, ao mesmo tempo tentando se adequar as exigências que vem sendo feitas pelo Ministério da Educação (MEC) para serem considerados um professor "moderno", que segundo a lógica neoliberal, deve deter as competências e habilidades estabelecidas nos documentos internacionais, devendo ser dinâmico, engraçado, flexível, sempre com aulas interessantes para prender a atenção dos alunos, ou seja, há um universo de cobranças e responsabilidades, legitimadas pelos

documentos produzidos por OI, que tem levado nossos professores a viverem quadros de ansiedade, irritabilidade, síndrome do pânico e depressão.

Além de todo esse panorama apontado, é importante destacar também que estamos vivendo um tempo aonde se valoriza o professor despolitizado, ou seja, estamos inseridos em um contexto histórico no qual àqueles que possuem senso crítico são menosprezados e perseguidos, conforme nos revela Evangelista; Shiroma; Michels e Garcia, ao salientar que está em curso em nosso país uma operação para impedir a atuação docente crítica, refletida e intencional, contribuindo dessa maneira para a desintelectualização do professor. (EVANGELISTA; SHIROMA; MICHELS; GARCIA, 2017).

Logo, podemos perceber que, nos tempos atuais, não basta que o professor seja gestor, eficaz, inovador, empreendedor e que tenha as competências e habilidades socioemocionais exigidas pelos Organismos Internacionais e se adeque às demandas do mercado, é necessário também, que ele procure ser um profissional “neutro”, que não se adentre em assuntos políticos e que não demonstre qualquer viés ideológico-político em sala de aula.

Por essa razão, temos em tramitação no congresso e no senado o projeto de Lei Escola sem Partido (ESP), (Projeto de Lei nº 867/2015 e Projeto de Lei do Senado nº 193/2016), que, segundo seus idealizadores, é “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político- ideológica das escolas brasileiras” (NAGIB, 2016). Nós, por outro lado, consideramos que o Projeto Escola Sem Partido, faz parte de uma política que fomenta muitas coisas: a censura; a perda da autonomia do professor; o ataque a qualquer perspectiva de discussão política dentro das escolas, do mesmo modo em que estimula a inibição às discussões de gênero e sexualidade nos espaços escolares etc., mas principalmente e, com base em tudo isso que apontamos se configura para nós como mais uma face da precarização do trabalho do professor e é exatamente sobre essa questão que pretendemos abordar a partir de agora.

2.4 Escola Sem Partido e o cerceamento da liberdade do professor: Mordada, educação e o sentido político

O Projeto ESP foi protocolado pelo deputado federal Izalci Ferreira (PSDB-DF) e no Senado tramita um projeto de igual teor, n. 193 de 2016, proposto pelo Senador Magno Malta (PR-ES), inspirado na campanha feita por um movimento social, encabeçada por

Miguel Nagib, após sua filha chegar da aula em setembro de 2003, relatando que o professor dela havia comparado Che Guevara, um dos líderes da revolução Cubana, a Francisco de Assis.

A partir de então, esse movimento ficou 11 anos em discussão com uma parcela da sociedade que acredita que há doutrinação política e ideológica nas escolas e que é preciso combatê-la, se tornando Projeto de lei em 2014, ao ser apresentado no Estado do Rio de Janeiro pelo Deputado do Estado do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro, sob o nome de PL 2974/2014 e, em 2015, ganhou a dimensão nacional. (CAMELO, 2017).

Cabe apontar, segundo Saraiva e Vargas (2017), que o ESP ganhou força e vem se consolidando a partir de grupos religiosos fundamentalistas e grupos políticos de direita e extrema direita. O objetivo de tais grupos é sensibilizar a sociedade para reduzir, até conseguir banir por completo, qualquer política do Governo Federal, Estados e Municípios de valorização das liberdades de gênero e sexualidade e de qualquer concepção política de esquerda presentes no âmbito escolar.

Deve ficar bem claro para nós que a própria legislação reconhece o caráter político da educação, quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996) e as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica (BRASIL, 2010) afirmam que as escolas deverão orientar seu trabalho por meio de um projeto político-pedagógico. Neste sentido, é possível afirmar que, embora a escola deva mesmo ser sem partido, ela nunca deixará de ser um campo político, a exemplo das escolhas que constituem o currículo escolar, que, por sua vez, são sempre escolhas políticas.

Deve ficar claro também que o Projeto de Lei ESP já vem sendo aprovado, (ainda que de modo silencioso pelas mídias), em alguns municípios do país, a saber: São José do Rio Preto (SP), Lorena (SP), Santa Cruz do Monte Castelo (PR), Jundiaí (SP), dentre outros, e, se não resistirmos a isso, sua implementação será afixada nas salas de aula de todo o Brasil, em todos os segmentos da Educação básica e do Ensino Superior.¹⁹

O panorama se agrava ainda mais na medida em que levamos em conta que o ministério e as secretarias de educação contarão com um canal próprio de comunicação destinado ao recebimento de reclamações relacionadas ao descumprimento desta Lei (BRASIL, 2016).

O que já existe é o site denominado *Movimento Escola sem Partido*, de acesso ao público em geral, que visa deixar claro em sua página a suposta doutrinação dos alunos por

¹⁹ Link: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/mais-duas-cidades-aprovam-lei-da-escola-sem-partido-4wz257b4i37yzgjh3juletc9w/> último acesso: 28/12/2019

parte dos professores: “Vítimas do assédio de grupos e correntes políticas e ideológicas com pretensões claramente hegemônicas, [as] escolas se transformaram em meras caixas de ressonância das doutrinas e das agendas desses grupos e dessas correntes” (ESP, 2017a, online).

O mesmo site, ainda incita os alunos e pais a denunciarem os professores, caso ocorra o que eles consideram ser uma doutrinação, promovendo uma política de coação e intimidação dos docentes.

Apenas para termos uma ideia da dimensão do problema, cabe destacar que existe um menu localizado à esquerda da página, sob a forma de um manual para o controle da ação docente, constituído pelos seguintes links (ESP, 2017a):

- Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar
- Modelo de notificação extrajudicial
- Flagrando o Doutrinador
- Planeje sua Denúncia
- Conselho aos Pais: “Processem por dano moral as escolas e os professores que transmitirem conteúdos imorais aos seus filhos”.

Cabe evidenciar ainda que o site do Programa Escola sem Partido (ESP, 2017b) destaca em sua primeira página, um trecho do Projeto de Lei (PL) que tramita no Congresso Nacional a ser implantado, (caso seja aprovado), em todas as escolas do país, com o que entende ser os deveres do professor.

1. O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.
2. O Professor não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
3. O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
4. Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria.
5. O Professor respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

6. O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula. (ESP, 2017b, online).

O destaque dado a esta parte do PL na composição da capa do site deixa claro para nós que o ESP visa como foco principal à criminalização docente a partir da vigilância constrangedora do exercício profissional dos educadores, haja vista que, se em algum momento da aula, eles emitirem qualquer questionamento a cerca da realidade social, ou sobre algum aspecto da realidade que soe para o aluno como sendo uma tentativa de doutrinação, poderão ser passíveis de sanções como demissão, dentre outras.

Esse clima de denunciismo que já vem impregnando as escolas ao redor do Brasil, ganha respaldo no próprio site do Movimento, na seção intitulada “Flagrando o doutrinador”, ao listar uma série de procedimentos que caracterizariam doutrinação a fim de estimular os alunos a denunciar os seus professores. (ESP, 2017a).

O mesmo site ainda apresenta outra seção intitulada “Educação Moral”, em que denuncia situações em escolas que estariam atentando contra os valores cristãos e familiares, a saber, os temas ligados ao gênero e sexualidade.

Cabe apontar ainda que segundo um levantamento realizado pelo *Movimento Professores Contra o Escola Sem Partido* ²⁰até janeiro de 2018, Foram identificados mais de cento e cinquenta Projetos de Lei vinculados ao MESP circulando pelas Câmaras e Assembleias Legislativas de todo o país. Evidencia-se que tais Projetos vêm ganhando força no cenário político sem muita divulgação, a fim de evitar as manifestações contrárias e atos de resistências nas localidades em que tais Projetos tramitam. (COSTA, 2018).

O único Projeto que tramita no Congresso, contra o MESP, em esfera federal, é o PL 6005/2016, do deputado federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Jean Wyllys (PSOL/RJ), que estabelece propostas que refutam os fundamentos do MESP, instituindo o "Programa Escola Livre" que, dentre uma série de preposições, estabelece:

I – a livre manifestação do pensamento; II – a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, ler, publicar e divulgar por todos os meios a cultura, o conhecimento, o pensamento, as artes e o saber, sem qualquer tipo de censura ou repressão; III – o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas [...] (BRASIL, 2016, p. 01).

²⁰ Link: <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/> Último acesso: 26/01/2020

No entanto, enquanto a oposição estabelece poucas políticas de enfrentamento, o MESP vem ganhando espaço e apoio do próprio Governo Federal, principalmente se considerarmos que os fundamentos do ESP são pilares balizadores da política do atual presidente Jair Bolsonaro.

Isso fica claro, quando nos propomos a analisar seu enxuto Programa de Governo e entre mapas e gráficos desprovidos de análises, podemos encontrar os mesmos preceitos propagados pelo MESP, como o que destacamos abaixo:

Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, **sem doutrinação e Sexualização Precoce** [...]. Além de mudar o método de gestão, na Educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo. Isso inclui a alfabetização, expurgando a ideologia de Paulo Freire, mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), [...]. Um dos maiores males atuais é a forte doutrinação (O CAMINHO DA PROSPERIDADE: PROPOSTAS DE UM PLANO DE GOVERNO, 2018, n.p. grifo nosso).

Fica claro no texto, a tática que vem sendo usada, tanto pelo Governo Federal quanto pelos integrantes que compõe o MESP, de acusar os professores de doutrinadores. Essa ideia se fortalece com a escolha de um novo ministro para a educação, a saber, Abraham Weintraub, que assim como seus antecessores escolhidos por esse Governo, são integralmente afinados com o discurso do MESP. Partindo desse pressuposto, acreditamos, conforme apontou Costa (2018), que nas eleições de 2018, foram eleitos também o MESP para o Governo Federal.

É importante evidenciar ainda que o MESP assim que começou a ser disseminado, logo ganhou adesão dos setores conservadores, reacionários e fundamentalistas de nossa sociedade, setores que por sua vez, são ancorados por representantes do empresariado ultraliberal ligados ao capital internacional. (COSTA, 2018).

Deve ficar claro que a grande isca para captar agregados ao MESP é por meio da estratégia de disseminar uma ideia de que as escolas brasileiras estão cheias de professores desenvolvendo uma doutrinação marxista nos alunos e, além disso, estaria ocorrendo o que eles denominam de “ideologia de gênero” nas escolas brasileiras, que de acordo com eles, é um movimento encabeçado pela esquerda brasileira que visa, grosso modo, ensinar assuntos ligados a sexo e despertar a libido nas crianças e nesse sentido levando a muitos a acreditarem que se trata de um movimento de destruição da família brasileira.

Isso faz com que o MESP seja visto como um movimento salvacionista da família e ao passo em que consegue convencer a população dessa falácia se fortalece no sentido de impor uma realidade de controle e vigilância no trabalho dos professores, sendo esta mais uma face da precarização.

Diante disso, fica claro, de modo geral, que esse movimento, diga-se de passagem, político, visa combater, não a doutrinação e a “ideologia de gênero” dentro da escola de fato, mas sim, qualquer possibilidade de apropriação de conhecimentos críticos e emancipadores, que estimulem uma paridade de direitos e organização entre a classe trabalhadora.

Desse modo, é necessário irmos frontalmente contra o caráter policialesco com que o projeto em questão vem estimulando os pais dos alunos e até mesmo os outros companheiros de profissão a denunciar os docentes que agirem de modo a ser considerado inadequado pelo ESP. Nesse sentido, o site do ESP apresenta um modelo de notificação extrajudicial a ser utilizado para impedir que os professores tratem de temas “indesejados”. Segundo o próprio ESP, tais denúncias trariam benefícios a toda a comunidade escolar:

Pense que, se a notificação produzir o efeito esperado, sua iniciativa reverterá em benefício de todos os alunos do professor notificado, e não apenas do seu filho. Trata-se, portanto, de um serviço de utilidade pública. (ESP, 2017a, online).

Isso apenas evidencia, mais uma vez, a presunção por parte do ESP de uma suposta universalidade de seus valores e crenças e o caráter não neutro do movimento.

Em virtude de tudo o que já indicamos, é preciso deixar claro que o ESP representa mais uma forma de criminalização do ensino na perspectiva crítica, agindo na tentativa de qualificar como doutrinador qualquer professor que trate de temas político-sociais, em sala de aula, de forma crítica e emancipatória, configurando-se, antes de qualquer coisa, como uma grande afronta ao princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas²¹, assim como da liberdade de aprender, de ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento²².

Isso nos leva a compreender que precisa ser combatido de modo imediato, no que se refere à educação, a concepção de uma suposta neutralidade. É necessário nos posicionarmos contra essa concepção neutra de educação, partindo da concepção de que a educação é em si um ato político, conforme nos aponta Paulo Freire ao afirmar que: “(...) é impossível uma

²¹ Constituição de 1988, artigo 206, inciso III

²² Constituição de 1988, artigo 206, inciso II

educação neutra, que se diga a serviço da humanidade, dos seres humanos em geral” (FREIRE, 2006, p.23), como também Saviani ao apontar que: “toda prática educacional possui uma dimensão política, e toda prática política uma dimensão educativa.” (SAVIANI, 2012).

Face ao exposto, devemos ter a clareza de que todo professor, ainda que não queira ou não perceba, carrega consigo uma base ideológica, excludente ou democrática, (FREIRE, 2006) a favor da manutenção do sistema, ou a favor de sua superação.

Nesse sentido, consideramos que uma escola supostamente neutra, é mais ideológica do que a outra, na medida em que não revela suas verdadeiras intenções de alienação dos sujeitos envolvidos, negando a possibilidade de apropriação de uma perspectiva crítica da realidade e da própria humanização do homem, escamoteada em discurso de uma suposta função neutra das escolas e do trabalho do professor.

É importante considerar que essa suposta neutralidade na educação, que é em si um dos balizadores do discurso do movimento ESP, não passa de um viés político-ideológico da classe dominante, cujo objetivo é o cerceamento da liberdade do professor de escolher ou não atuar de modo crítico, emancipatório, revolucionário em sua prática cotidiana e, de igual modo, uma tentativa de negar aos alunos a apropriação de conhecimentos sob uma perspectiva crítica e dialética da realidade social.

Logo, essa “lei da censura” ou “lei da mordaza”, como vem sendo chamada pelos pesquisadores e educadores de renome contrários a ela, configura-se como sendo um ataque brutal à profissão docente na medida em que representa uma imposição da flexibilização do fazer docente, além de ser mais uma forma de cerceamento e controle da prática do professor sob pena do mesmo ser criminalizado, e mais do que isso, representa um ataque a toda a classe trabalhadora, de modo geral, (a saber, um ataque político e ideológico), a quem historicamente, já vem sendo negado o seu direito do acesso a um saber crítico e emancipador pela burguesia dominante. Por essas razões apontadas ela precisa ser combatida com muita militância e resistência até ser derrotada.

Atualmente, no mínimo 73 cidades já têm ou tiveram a proposta em tramitação nas suas câmaras municipais.²³ Isso nos revela como esse Projeto de Lei tem sido sedutor e tem ganhado espaço, considerando o caráter conservador e alienante que se encontra nossa sociedade. Por isso, toda discussão a respeito do tema e quaisquer outras formas de conscientização é absolutamente necessária.

²³ Link: <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/escola-sem-partido-tramita-em-73-camaras-de-vereadores.html> último acesso: 28/12/2019

Além disso, devemos ressaltar como o MESP pode ser extremamente adoecedor para os professores, sobretudo no âmbito emocional e psicológico, pois não é nada saudável trabalhar em condições de censura, de cerceamento e controle de sua ação pedagógica, com dúvidas constantes sobre o que dizer e/ou como abordar determinado assunto, sob pena de levar advertência da equipe gestora; processado por pais de alunos ou até mesmo ser exonerado de seu cargo. Ou seja, trata-se de um movimento que visa levar medo, insegurança e mais adoecimentos para os espaços escolares.

Além desse projeto de lei, outras reformas sócio-educacionais recentemente vêm sendo implementadas em nosso país, compondo uma macro reforma de caráter estrutural na educação brasileira, cujo objetivo é promover uma transformação radical no fazer educacional, com implicações diretas no trabalho do professor bem como no gerenciamento da educação pública como um todo. Tais reformas serão destacadas nos parágrafos abaixo, ainda que de modo breve, a fim de respeitar os limites deste trabalho.

2.5 As reformas econômico-sociais da “Era Temer” e do Governo Bolsonaro e os impactos na Educação- Uma breve análise

Por mais que já tenhamos abordado aqui algumas medidas governamentais que impactam diretamente na educação e no trabalho do professor, como por exemplo, a implantação da BNCC, dedicaremos este espaço para abordarmos, ainda que de modo breve, quatro reformas bem específicas, que consideramos serem as mais nocivas para a educação brasileira e para o trabalhador docente, de modo geral. São elas: A reforma trabalhista; a PEC 241; a Terceirização irrestrita e a reforma da previdência.

Levantar essa discussão em um trabalho que se dedica a analisar sobre os processos de adoecimento docente em função de condições de precarização do trabalho, é primeiramente reconhecer os atravessamentos sociais e políticos na educação e seus impactos na saúde dos professores e também demarcar nosso posicionamento de não culpabilização dos docentes pelo adoecimento, mas sim responsabilizar aqueles que criam as leis e aviltam as condições de trabalho dos mesmos.

Consideramos, portanto, absolutamente necessário, trabalhar aqui com algumas reformas Governamentais, sendo até mesmo uma forma didática de levar o leitor a entender como o campo social e político impactam no campo educacional, afetando a saúde do docente.

No entanto, antes de introduzirmos nessa discussão, consideramos importante apresentar uma análise acerca do documento “Um ajuste justo” do Banco Mundial. Tal análise é interessante de ser feita nesse momento do trabalho, pois poderemos verificar que muitos dos elementos apontados ao longo do documento como proposições pelo BM, se concretizaram a partir das reformas educacionais que iremos trabalhar.

2.5.1 Um ajuste Justo- Análise do documento do Banco Mundial

Realizar essa análise, ainda que breve do documento “Um ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, do Banco Mundial, publicado em novembro de 2017, é importante, sobretudo por dois aspectos: O primeiro é que ele reforça toda a discussão acerca das influências dos Organismos Internacionais na educação brasileira, que já realizamos aqui e também porque consideramos que apresentar essa discussão nesse momento do trabalho é estratégico, pois muitos dos desafios a serem alcançados pelo Banco Mundial em relação aos gastos públicos no Brasil são de certa forma, planos de metas que se sistematizaram por meio das reformas sociais que iremos trabalhar mais adiante.

Nesse sentido, cabe introduzir nossa análise, apontando que, de acordo com o próprio Banco Mundial (2017), o documento nasceu de uma encomenda feita pelo Governo Temer, com o objetivo de “realizar uma análise aprofundada dos gastos do governo, identificar alternativas para reduzir o déficit fiscal a um nível sustentável e, ao mesmo tempo, consolidar os ganhos sociais alcançados nas décadas anteriores”. (BANCO MUNDIAL, 2017, p.1).

Desse modo, em todo o tempo no referido documento, o Grupo Banco Mundial se demonstra muito preocupado com a economia brasileira, bem como com a igualdade social no país. E baseado nisso, eles propõem, por meio deste relatório, o que denominam ser uma série de medidas de austeridade no sentido de contribuir para a melhora na economia brasileira e para a implementação de uma sociedade mais justa.

No entanto, consideramos que tal relatório é na verdade um excelente exemplo de como os Organismos Internacionais exercem influências na economia brasileira e isso vai ficar muito claro quando abordarmos sobre as reformas econômico-sociais implementadas no país nos últimos cinco anos.

Além disso, julgamos importante destacar que trata-se de um documento com forte

teor ideológico, tendo sido elaborado sem qualquer cuidado metodológico que um estudo científico exige. A este respeito, Penna e Simões (2019) apontam que

Ao analisarmos as formulações expressas neste documento do BM, como as apresentadas acima, constatamos inúmeras passagens desprovidas de quaisquer fundamentações. Alguns argumentos vêm acompanhados de expressões vazias, tais como “acreditamos que...”, “parece que...” etc. (PENNA; SIMÕES, 2019, p.22)

Evidencia-se ainda que tal relatório veio a público em um contexto brasileiro muito específico, que é sob o governo de Michel Temer, justamente no exato momento em que o mesmo visava impor uma reforma da previdência à classe trabalhadora, nos levando a compreender que o documento em questão é mais do que meras formulações propostas pelo BM ao Governo brasileiro, mas uma ferramenta do próprio governo para pautar as suas decisões políticas e econômicas.

De um modo geral, fica muito claro para nós por meio da leitura do relatório o caráter enfático do documento em afirmar que o Governo Brasileiro gasta mais do que pode, além de gastar mal e por isso deve reduzir seus gastos, assumindo uma série de medidas de austeridade com o propósito de salvar o país de uma possível crise. Isso é bem explicitado por eles ao apontarem:

O Governo Brasileiro gasta mais do que pode e, além disso, gasta mal. Esta é a principal conclusão deste estudo (...) Ao longo das duas últimas décadas, o Brasil observou um consistente aumento dos gastos públicos, o que agora coloca em risco a sustentabilidade fiscal. (...) Se o Brasil não conseguir reverter essa tendência, os resultados serão a perda de confiança dos investidores (nacionais e internacionais), a desvalorização da taxa de câmbio e o aumento da inflação. (BANCO MUNDIAL, 2017, p.7).

A proposta do Grupo Banco Mundial para a contenção dos gastos públicos é a ampliação das medidas de redução de gastos que conforme apontado no relatório foi apenas introduzida em dezembro de 2016 com a efetivação do Novo Regime Fiscal, promulgado por meio da Emenda Constitucional n° 95/2016, que limita por vinte anos os gastos públicos das despesas primárias federais.

Nesse sentido, para que o ajuste “justo” seja eficiente, o BM sugere em caráter de solução salvacionista para a economia brasileira, algumas medidas muito práticas de

austeridade e é sobre elas que nos interessa dar destaque nesse trabalho, uma vez que tais medidas impactam diretamente na educação e no trabalho do professor.

Uma primeira medida apontada por eles de salvação da economia brasileira é a implementação da reforma previdenciária. Segundo eles: “É essencial ajustar o sistema previdenciário à realidade de rápida mudança demográfica e alinhá-lo a padrões internacionais.” (BANCO MUNDIAL, 2017, p.8). Segundo eles a reforma da previdência é um importante passo na correção do desequilíbrio da economia brasileira.

Uma segunda medida que eles apontam é a retirada do que eles chamam de privilégios concedidos aos servidores públicos, principalmente no que se refere aos salários. Segundo o relatório, o salário dos servidores públicos (chamado por eles de prêmio salarial) é bastante generoso se comparado ao salário dos servidores privados, logo, a redução salarial é apontada como mais uma medida para “salvar” a economia do país.

Sobre esse aspecto, o BM é favorável à política de progressão salarial vinculada ao desempenho. Segundo eles, o investimento na política de desempenho “poderia permitir ao setor público manter os funcionários com desempenho melhor”. (BANCO MUNDIAL, 2017, p.51). Isso significa uma precarização maior nas relações de trabalho, principalmente por estar vinculada “a introdução de um sistema mais rigoroso de avaliação de desempenho, além de, possivelmente, a criação de mais níveis nas carreiras do setor público” (p.51) alterando diretamente na política salarial, pois de acordo com eles: “A redução dos salários iniciais teria de ser acompanhada por aumentos salariais baseados no desempenho ao longo da carreira.”. (p.51).

Além disso, outra medida destacada no relatório diz respeito à privatização dos bens e serviços públicos. Segundo eles: “A privatização ou concessão de infraestrutura pública e de outros serviços pode gerar recursos pontuais ou *royalties*, e tais recursos podem ser canalizados para reduzir a dívida pública.”. (BANCO MUNDIAL, 2017, p.38). Nesse sentido, a sugestão dada por eles parte da velha lógica neoliberal de países como Chile e Estados Unidos, que privatizaram serviços públicos essenciais para a população e hoje vivem em um colapso de ter uma parcela significativa de seus cidadãos sem condições de usar os serviços privados de saúde e educação por exemplo.²⁴

Uma quarta medida trazida por eles é a diminuição dos gastos públicos (nas palavras do BM leia-se despesas públicas) com a educação básica e superior. Nesse sentido, o documento é enfático ao sugerir um maior investimento nas instituições privadas de ensino.

²⁴ Link: <https://www.cartacapital.com.br/saude/americanos-fazem-turismo-em-busca-de-tratamentos-de-saude-mais-baratos/> último acesso: 20/01/2020

Essa proposta parte de uma lógica infundada de que “as despesas públicas com ensino fundamental e médio apresentam ineficiências significativas” (BANCO MUNDIAL, 2017, p.13), além, é claro, de atacarem o ensino superior, alegando que “as despesas com ensino superior são, ao mesmo tempo, ineficientes e regressivas. (...) A análise de eficiência indica que aproximadamente um quarto desse dinheiro é desperdiçada.” (BANCO MUNDIAL, 2017, p.13).

Nesse sentido, eles sugerem como medida de diminuição das “despesas educacionais” (nas palavras deles), o aumento do número de alunos por turmas, vinculado à diminuição do número de professores nas escolas, além do enxugamento dos recursos públicos destinados para a educação. Isso fica claro nas próprias palavras do BM ao apontar

(...) o desempenho atual dos serviços de educação poderia ser mantido com 37% menos recursos no Ensino Fundamental e 47% menos recursos no Ensino Médio. Isso corresponde a uma economia de aproximadamente 1% do PIB. As baixas razões aluno/professor representam a **principal causa de ineficiência** (39% da ineficiência total). O aumento do número de alunos por professor em 33% no Ensino Fundamental e 41% no Ensino Médio economizaria R\$ 22 bilhões (0,3% do PIB) por ano. **Isso poderia ser realizado simplesmente ao permitir o declínio natural do número de professores, sem substituir todos os profissionais que se aposentarem no futuro, até se atingir a razão eficiente aluno/professor.** Outras melhorias poderiam ser obtidas por meio da redução do absenteísmo dos professores e do aumento do tempo empregado para atividades de ensino (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 13, grifos nossos).

Uma última medida importante a ser destacada, se refere a mudanças nas relações de trabalho, ou, o que eles denominam de “inflexibilidade dos contratos de trabalho”. Segundo eles, os custos trabalhistas no Brasil são muito altos, por essa razão, eles defendem que o país modifique seus contratos de trabalho para relações mais flexíveis, modernas e alinhadas aos países de primeiro mundo. Segundo as próprias palavras do BM: “Os custos trabalhistas não salariais associados à contratação formal constituírem um obstáculo significativo” (BANCO MUNDIAL, 2017, p.102) se referindo a possibilidade de maior contratação de funcionários e de modo geral ao crescimento da economia no país. No entanto, as mudanças nas relações de trabalho propostas pelo documento significam, em uma realidade prática, em relações de trabalho ainda mais pauperizadas e com uma intensificação ainda maior da exploração.

Em síntese, deve ficar claro que o relatório em questão, proposto pelo Banco Mundial, é mais do que um documento e sim um prenúncio da realidade que vem se abatendo sobre o Brasil depois de sua publicação em novembro de 2017. Isso demonstra o quão influente são os Organismos Internacionais, em especial o Banco Mundial no regimento da estrutura econômica e social do país.

Deve ficar bem claro, que todas essas medidas apontadas, além de muitas outras contidas no documento, que não teremos espaço para pontuar, são na verdade o delineamento de um quadro de desmonte dos serviços públicos, afetando a educação pública (básica e superior) além do serviço público de saúde (SUS) etc., sobretudo por entender que o sucateamento dos serviços públicos estão ligados a lógica neoliberal de privatização, conforme sugerido no documento, promovendo mais miséria e desigualdade social.

Não bastasse esse panorama, a intensificação da exploração nas relações de trabalho, também apontada no relatório, além da redução de salário, afetando inclusive a categoria de funcionários públicos, é um forte indicativo de como os Organismos Internacionais estão orquestrados no sentido de transformar o Brasil em um país cada vez mais neoliberal e suscetível aos interesses capitalistas.

Isso afeta diretamente o trabalho docente, principalmente porque tais medidas sugeridas por este relatório, não ficaram no papel, mas ganharam um significativo espaço nos planos de governo de Michel Temer e Jair Bolsonaro, que sistematicamente vem alinhando a sua política aos interesses dos Organismos Internacionais e isso fica muito claro com a aprovação de algumas reformas econômico-sociais que iremos abordar de forma mais específica a partir de agora.

2.5.2 O alinhamento de interesses: as reformas econômico-sociais e o trabalho do professor

Sabemos que desde que Michel Temer assumiu o governo, inclusive de forma ilegítima, em 31 de agosto de 2016, o Brasil vem passando por transformações sociais importantes, que se referem desde o enfraquecimento da democracia até a aprovação de medidas econômico-sociais que vem caracterizando o país como uma nação cada vez mais análoga a um modelo neoliberal e voltado para as necessidades do mercado, demonstrando a subserviência do país aos interesses econômicos da burguesia neoliberal.

Isso fica claro quando levamos em conta a série de reformas aprovadas no Brasil,

sobretudo nos últimos três anos, dentre as quais iremos nos ater apenas em quatro, que julgamos serem mais impactantes para o trabalho do professor, principalmente pelo seu desdobramento significar a intensificação ainda maior da precarização do trabalho e do adoecimento dos mesmos.

A primeira que iremos abordar é a reforma trabalhista, a saber, a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, do governo Temer, cuja alteração nas relações trabalhistas é a mais profunda desde a instituição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, destaca-se que ela alterou, criou e revogou mais de cem artigos e parágrafos da CLT, transformando de modo substancial a organicidade do mercado de trabalho brasileiro.

Um dos principais pontos da reforma trabalhista é a introdução do Artigo 611-A na CLT, que trata dos acordos coletivos e a sua prevalência sobre a lei. Diz o artigo aprovado na Câmara:

Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:

- I – pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais;
- II – banco de horas anual;
- III – intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas;
- IV – adesão ao Programa Seguro-Emprego (PSE), de que trata a Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015;
- V – plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado, bem como identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança;
- VI – regulamento empresarial;
- VII – representante dos trabalhadores no local de trabalho;
- VIII – teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente;
- IX – remuneração por produtividade, incluídas as gorjetas percebidas pelo empregado, e remuneração por desempenho individual;
- X – modalidade de registro de jornada
- XI – troca do dia de feriado;
- XII – enquadramento do grau de insalubridade;
- XIII - prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho;
- XIV – prêmios de incentivo em bens ou serviços, eventualmente concedidos em programas de incentivo;
- XV – participação nos lucros ou resultados da empresa (Brasil, 2017).

É possível notar que a maioria dos itens do artigo 611-A busca flexibilizar ao máximo os direitos do trabalhador, visando beneficiar os empregadores e potencializar a soberania do Mercado.

Já no Artigo 611-B, é apresentado uma lista de direitos que ainda não são passíveis de serem negociados e/ou flexibilizados, a saber: o número de dias de férias, licença-maternidade, normas de saúde, higiene e segurança do trabalho etc.).

O que deve ficar claro para nós é que a reforma trabalhista já permite que sejam negociados direitos inalienáveis do trabalhador: a jornada de trabalho; o uso do banco de horas, como as horas extras; a permissão de atividades em locais insalubres e até mesmo a livre negociação da remuneração do empregador, como os planos de cargos e salários, enquadramento de funções comissionadas, remuneração por produtividade e desempenho, prêmios de incentivo e participações nos lucros ou resultados.

Em linhas gerais, a reforma trabalhista é a oficialização da insegurança do mercado e da precarização do trabalho, uma receita ótima para o adoecimento docente. Apenas para se ter uma ideia, ela corrobora para uma instabilidade tamanha nos contratos firmados, que os trabalhadores terão imensas dificuldades para comprovar tempo de contribuição.

Sob o pretexto de “modernizar” as relações de trabalho no Brasil, tal reforma é a legitimação da liquidez dos direitos trabalhistas, apresentando-se claramente a partir de interesses de classes, sob o escopo de uma disputa política que, por sua vez, favorece o patronato em detrimento de milhares de trabalhadores cujas relações de trabalho passam a ser amplamente flexibilizadas por um suposto “bem maior”, como se fosse um sacrifício de todos para salvar o país da suposta crise.

De modo geral, a reforma trabalhista traz em seu bojo: formas de contratação mais precárias possíveis (trabalhos temporários, intermitentes); a flexibilização da jornada de trabalho (a redução do tempo computado como hora extra, a redução do horário de almoço, parcelamento das férias etc.); o rebaixamento da remuneração (pagamento por produtividade, livre negociação do salário etc.); a alteração das normas de saúde e segurança do trabalho (insalubridade, restrições à fiscalização); a fragilização sindical (como formas de custeio da organização sindical etc.) e a limitação do acesso e do poder da Justiça do Trabalho.

O segundo Projeto de Lei que cabe destaque é o PL 4.302/98, que caracteriza-se por ser a medida que visa implementar a terceirização irrestrita. Aprovada no dia 22 de março de

2017, durante o governo Temer, tal medida modifica grandemente a realidade de trabalho no país, aumentando em grande escala o número de trabalhadores terceirizados, inclusive nas áreas da saúde e educação.

Nesse sentido, a carreira docente passa a sofrer ainda mais com a instabilidade e a desvalorização profissional, uma vez que a terceirização permite, por exemplo, contratos de trabalho de até 9 meses.

Além disso, o projeto prevê que os trabalhadores temporários possam substituir os grevistas, em casos de greves consideradas abusivas ou que paralitem os serviços essenciais de atendimento.

Deve ser levado em conta também que, em trabalhos terceirizados, o risco de acidentes e doenças ocupacionais é muito maior, em virtude do menor investimento em medidas de saúde e segurança do trabalho, além da conseqüente redução salarial, do aumento da carga horária de trabalho, até mesmo a perda de outros direitos trabalhistas essenciais, tais como: plano de saúde, a hora atividade, a gratuidade de bolsas de estudo para filhos de professores etc.

Nesse sentido, cabe apontar um trecho da entrevista do professor da Universidade de São Paulo (USP), Ruy Braga, dada à equipe da Central Única dos Trabalhadores (CUT) ao apontar que com a generalização dos trabalhos terceirizados:

Vai ter o Uber do professor, do enfermeiro, do jornalista, do arquiteto, do publicitário. Ou seja, um tipo de emprego precário mobilizado por plataforma digital. Essa é a tendência. Não se paga direito nenhum, não tem nenhum tipo de vínculo empregatício, ocorre ao sabor do ciclo econômico, ou seja, das flutuações de mercado. É a devastação máxima da proteção via mercantilização do trabalho. (CUT, 2018, online).

Fica claro, então, que, mais uma vez, estamos diante de um quadro de ampliação das condições de adoecimento do professor em função do subemprego e das condições precárias de trabalho, podendo ser configurada como a total descartabilidade do trabalhador.

Outra reforma aprovada no dia 26 de outubro de 2016, no governo Temer, e que representou uma grande retirada de direitos para a classe trabalhadora, também impactando de modo direto no trabalho do professor, é a PEC 241 ou PEC 55 (aprovada em 15 de dezembro de 2016), que congela os investimentos do Governo Federal, em saúde, segurança e educação, pelos próximos 20 anos.

Esse novo Regime Fiscal, trazido pela PEC 241, representa em termos gerais congelar nos valores de 2017 as despesas primárias do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas da União (TCU), do Ministério Público Federal (MPF) e da Defensoria Pública da União (DPU) pelo longo prazo de 20 anos. (AMARAL, 2016).

Esses 20 anos que, por sua vez, se estenderão até 2036, abrangerão justamente o período do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, que estabelece um plano de metas para a educação nacional, de 2014 até 2024.

No que se refere ao PNE, nossa principal crítica é a instabilidade quanto à previsão das metas e o seu cumprimento. Além de estabelecer 20 metas, o PNE traçou um conjunto de estratégias que muito dificilmente serão cumpridas até 2024. E quando não cumpridas, simplesmente os prazos são prorrogados para uma nova década.

Trata-se, portanto de um documento que não possui uma responsabilidade efetiva em melhorar a educação pública, apresentando metas que são fundamentais para o avanço da educação, mas que basicamente não saem do papel.

Já não bastasse isso, caber ainda perguntar: como cumprir as 20 metas previstas no PNE 2014-2024 com a aprovação da PEC 241 de congelamento dos recursos públicos em educação pelos próximos 20 anos? Como questiona Amaral: “Será que podemos afirmar que a aprovação da PEC 241/55 significou a “morte” desse PNE?” (AMARAL, 2016, p.654).

O que deve ficar claro para nós é que desde a implementação dessa PEC, a educação brasileira vem sofrendo um recuo financeiro gigantesco, sem qualquer perspectiva imediata de se livrar do “arrocho”, a não ser pela articulação da classe trabalhadora nas ruas para derrubar essa reforma.

Devemos deixar claro que o que essa PEC legitima é o crescimento real do Brasil próximo à zero, só podendo sofrer qualquer alteração no 10º ano de vigência, configurando-se como a síntese do atraso e do retrocesso nacional.

É necessário levar em conta que, mesmo tendo um investimento extremamente limitado na saúde, educação e segurança, pelos próximos anos, a saber, 18% da receita líquida, devido ao teto dos gastos, a população, por outro lado, continuará crescendo, assim como as suas necessidades, implicando no forte aumento da desigualdade e no sucateamento da qualidade de vida dos brasileiros.

No que se refere especificamente à educação e às relações de trabalho dos professores, é possível afirmar que, com a PEC 241 em vigor, faltará investimento nas

infraestruturas escolares; na aquisição de materiais didáticos que poderiam modernizar a qualidade da educação; na implementação de bibliotecas; informatização; transporte escolar; alimentação; distribuição de livros didáticos; como também para a construção de edificações; além de provavelmente comprometer os salários dos novos concursados, que serão admitidos com salários ainda mais baixos, sob a égide dessa realidade de cortes e sucateamento da educação pública.

Cabe destacar também que as universidades públicas serão grandemente afetadas, dentre elas, destacamos os cursos de formação de professores, sobretudo, no que se refere aos cortes nas bolsas de incentivo a pesquisas e extensão, assim como às escolas técnicas e Institutos federais.

Esse cenário que consideramos de retrocesso para o Brasil e para a educação pública, é por outro lado um projeto montado por aqueles que governam esse país, de sucateamento da educação (em todos os níveis), até os limites de sua privatização. Nesse sentido, nunca é demais lembrar do compromisso do Governo Federal com o capital financeiro, representado na figura dos Organismos Internacionais, banqueiros e empresários, de modo geral, cujo interesse é a completa privatização da educação (bem como das outras esferas públicas, como saúde e segurança). É baseado nesse contexto, que nunca foi tão atual a máxima de Darcy Ribeiro ao apontar que “a crise educacional do Brasil da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa. Um programa em curso, cujos frutos, amanhã, falarão por si mesmos” (RIBEIRO, 2013, p.20).

Essa PEC 241 poderia ser facilmente chamada de PEC do adoecimento docente ou PEC da precarização do trabalho ou ainda PEC da miserabilidade social, pois é este o cenário que está se apresentando com a aprovação de tal medida, a saber: escassez de recursos públicos, produzindo a perda da qualidade na educação, enquanto aumenta ainda mais a precarização do trabalho.

A quarta reforma, que é a PEC 6/2019, mais conhecida como Reforma da Previdência, foi aprovada no governo Bolsonaro, no dia 23 de outubro de 2019 e promulgada em 12 de novembro de 2019, sendo a mesma um dos pontos principais da campanha do atual presidente, bem como de seu até então ministro da economia, Paulo Guedes.

Tal Reforma da Previdência, implementada aqui no Brasil, conforme nos aponta Deud (2019):

Propõe uma ampla reforma dos regimes previdenciários, mais especificamente dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos de todos os entes

federativos, do regime de previdência dos parlamentares e do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, e destinado à proteção social de trabalhadores da iniciativa privada e de servidores vinculados a empresas públicas, sociedades de economia mista e a Municípios que não instituíram regime próprio de previdência para seus servidores. (DEUD, 2019, p.3)

Faremos agora um breve panorama da reforma da previdência, seguida de uma análise crítica sobre a mesma, a fim de levar a uma maior compreensão a respeito do tema e mostrar porque esta é outra reforma extremamente nociva para o trabalhador docente, sobretudo no que se refere a sua saúde e qualidade de vida.

Segundo a nova reforma, à idade para se aposentar, para os novos trabalhadores, fica definido em 65 anos para homens e 62 para mulheres, tanto para a iniciativa privada, quanto para servidores.²⁵

Na nova regra do Regime Geral, o tempo mínimo de contribuição será de 15 anos para mulheres e 20 anos para homens. Para quem já está no mercado de trabalho, porém, o tempo mínimo de contribuição será de 15 anos para homens e de 15 anos para mulheres, de acordo com as últimas mudanças aprovadas pelo plenário da Câmara.

Para os servidores, o tempo de contribuição mínimo será de 25 anos para homens e mulheres, com no mínimo 10 de serviço público e 5 no cargo em que for concedida a aposentadoria.

No entanto, é importante destacar que as novas regras não valerão para os servidores estaduais e dos municípios com regime próprio de Previdência, uma vez que o projeto aprovado pela comissão especial tirou a extensão das regras da reforma para estados e municípios.

É importante deixar explicado também que pelas novas regras, o valor da aposentadoria será calculado com base na média de todo o histórico de contribuições do trabalhador (não descartando as 20% mais baixas como feito atualmente). Isso significa em termos claros, mais pessoas sem conseguir se aposentar com a aposentadoria integral.

Ao atingir o tempo mínimo de contribuição (20 anos para homem e 15 para mulher,

²⁵ O estudo acerca da reforma da previdência foi baseado nessa reportagem do G1 publicada em 22 de outubro de 2019 :<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/22/reforma-da-previdencia-entenda-ponto-a-ponto-a-proposta-aprovada-em-2o-turno-no-senado.ghtml> último acesso: 21/01/2020 e nessa “Cartilha crítica da Reforma da Previdência” produzida pelos autores Wagner; Rambo e Andrade: https://www4.anfip.org.br/doc/publicacoes/Documentos_20_03_2017_18_29_12.pdf último acesso: 21/01/2020.

para aqueles que ingressarem no mercado de trabalho depois de aprovada a reforma), os trabalhadores do regime geral terão direito a 60% do valor do benefício integral, com o percentual subindo dois pontos para cada ano a mais de contribuição. Isso significa dizer que para ter direito a 100% da média dos salários, a mulher terá que contribuir por 35 anos e o homem, por 40 anos.

Para os homens que já estão no mercado de trabalho, embora o tempo de contribuição mínimo tenha sido reduzido pelo plenário da Câmara de 20 anos para 15 anos, só terão direito ao benefício de 100% os homens que atingirem 40 anos de contribuição, do contrário, terão que se aposentar com o valor de 60%.

Para mulheres, a contribuição mínima será de 15 anos tanto para quem já está no mercado, quanto para quem ainda vai ingressar. E o benefício de 100% será garantido somente com 35 anos de contribuição.

No que se refere especificamente à categoria docente, cabe apontar que a mesma possui regras diferenciadas de aposentadoria. Para professores, a idade mínima para se aposentar será de 57 anos para mulheres e de 60 anos para homens. O tempo mínimo de contribuição é de 25 anos, tanto para professores da rede pública, quanto das privadas.

Ainda assim, é sensato dizer que diante de todo o processo de precarização do trabalho docente que estamos apresentando, termos professores em salas de aulas (geralmente lotadas) trabalhando até os 57 anos no caso das mulheres e 60 anos no caso dos homens, é a total legitimação de uma realidade de mais sofrimento e adoecimento para os mesmos.

Claramente esta é uma reforma que ataca diretamente os professores. Ainda mais quando levamos em conta que o tempo de licenciamento dos docentes que foram (ou serão) acometidos por alguma doença, não entra na contagem do tempo para a aposentadoria.

Conforme aponta Wagner; Rambo e Andrade (2017) tal reforma antes de ser aprovada merecia um amplo debate com toda a sociedade, haja vista que a mesma influencia de forma significativa na vida dos brasileiros de modo geral, ainda mais se levarmos em conta que a grande maioria da população não conseguirá se aposentar tendo acesso ao benefício integral. Isso significa em termos claros uma sociedade ainda mais pobre e desigual.

De acordo com os autores

A garantia da dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil e é claro que não há dignidade se os benefícios

previdenciários não garantem o sustento daqueles que mais precisam de atendimento. (WAGNER; RAMBO; ANDRADE, 2017, p. 8).

Como solução do problema, consideramos que, se realmente estivesse faltando dinheiro para a Previdência, (algo bastante questionável inclusive), a medida mais democrática a se fazer seria em primeiro lugar a redução dos privilégios da ampla categoria de políticos e juízes, que além de receberem salários exorbitantes, possuem gratificações e uma série de outros privilégios totalmente disparem com a realidade do país.²⁶

Além disso, a redução das renúncias fiscais é outra solução muito interessante para se resolver o problema, considerando, por exemplo, que os militares das Forças Armadas, ao contrário da maioria absoluta de trabalhadores/servidores públicos em geral, não pagam contribuição previdenciária para a aposentadoria, sendo essa despesa lançada como *déficit* da Previdência Social. (WAGNER; RAMBO; ANDRADE, 2017).

Em suma, podemos verificar que a Reforma da Previdência, assim como todas as outras supracitadas, trata-se de uma medida de intensificação da desvalorização do trabalho docente, gerando mais instabilidade e adoecimento. E a soma delas em uma única realidade social configura-se como o delineamento de um quadro de muita precarização do trabalho, sofrimento e adoecimento para a categoria docente.

Desse modo, todos esses elementos apontados até aqui reforçam o que Antunes (2009) vem chamando de nova *morfologia* do trabalho, ou uma nova *polissemia* do trabalho, que em si é essa configuração de um trabalho multifacetado, resultado de uma série de mudanças que promoveram uma maior precarização do trabalho nas últimas décadas.

Ainda de acordo com o referido autor, essa nova morfologia do trabalho alcança os operários industriais, os trabalhadores do campo, e toda a classe trabalhadora de modo geral. Sendo uma das categorias mais afetadas à dos professores.

No que se refere ao trabalho docente, compreendemos que ele vem se tornando a expressão do metaforfoseamento do Homem a uma condição não humana, uma vez que o trabalho se torna cada vez mais alienado e fetichizado. (ANTUNES, 2009).

Cabe apontar que essa nova morfologia do trabalho afeta também os organismos de representação dos trabalhadores. É por isso que presenciamos uma enorme crise dos partidos e sindicatos. Segundo Antunes (2009), “a nova *morfologia* do trabalho significa também um

²⁶ Link: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/soma-de-beneficios-faz-com-que-magistrados-do-rj-recebam-o-triplo-dos-salarios.ghtml> último acesso: 21/01/2020

novo desenho das formas de representação das forças sociais e políticas do trabalho.” (ANTUNES, 2009, p.258). Com esse apontamento, o autor ainda afirma que há, nos dias atuais, uma desarticulação dos organismos de classe no campo da esquerda, tanto de sindicatos como de partidos políticos e movimentos sociais, e essa falta de integração entre as categorias que compõem a esquerda no Brasil, tem facilitado os processos de morfologização do trabalhador.

Desse modo, cada vez mais o trabalho vem se aproximando do seu sentido etimológico *tripalium*, ficando claro para nós que esse metabolismo social do capital, incorporado ao mundo do trabalho no qual o professor está inserido, vem marcando a experiência ‘trabalho’ com adoecimentos e a negação do humano.

De modo geral, o que fica claro para nós, a partir de tudo o que já viemos apontando ao longo deste espaço, é que a educação está inserida em um campo social de disputas hegemônicas, em que a “violência contra o professor assume muitas fisionomias.” (EVANGELISTA; SHIROMA; MICHELS; GARCIA, 2017, p.44).

É por essa razão que temos percebido o tenciosamento por parte das classes dominantes de um lado e por outro, mantém-se viva a resistência da classe trabalhadora que, ainda com suas limitações, deve seguir combatente e revolucionária, afinal, “milhares de professores e estudantes ainda não se entregaram. Há luta no *front*.” (EVANGELISTA, SEKI, 2017, p.15).

3. REFLEXÕES SOBRE O ADOECIMENTO DO PROFESSOR

Eu vivo em tempos sombrios.

Uma linguagem sem malícia

é sinal de estupidez.

Uma testa sem rugas

é sinal de indiferença.

Aquele que ainda ri,

É porque ainda não recebeu

a terrível notícia.

(B. Brecht)

Cabe iniciar esse capítulo apontando que, no Brasil, os primeiros registros de adoecimento docente referem-se ao século XIX. Evidencia-se, de acordo com Bastos (2009), que, durante o segundo império, Dom Pedro II atribuía as pessoas de sua confiança a responsabilidade de ocuparem cadeiras na função de professores, em caráter vitalício. Entretanto, em um dado momento, o professor José de Araújo Lobo decidiu renunciar suas funções como docente após quarenta dias de atuação na cadeira de gramática latina, alegando ser o cargo nocivo a sua saúde. Além disso, de acordo com os pesquisadores da época do segundo império, de 1882 a 1885, dos 50 professores efetivos da Província do Espírito Santo, 24 precisaram tirar licença médica em função de problemas de saúde devido às relações de trabalho. (BASTOS, 2009).

É importante abrir o capítulo com esse panorama, para começarmos a entender que os problemas de adoecimento docente em função de condições de trabalho possuem um histórico muito mais antigo do que muitos imaginam.

Nos dias atuais, fica evidente que muitas são as causas de desencadeamento do adoecimento do professor. Algumas delas já foram apontadas ao longo deste trabalho, e serão aqui aprofundadas, a fim de trazermos a compreensão de que o processo de adoecimento é motivado por causas multifatoriais presentes na realidade do trabalhador docente.

Segundo Soares e Martins (2017), a relação de não equivalência entre salário recebido e trabalho realizado é um dos grandes motivos de frustração entre a categoria

docente. Nesse sentido, baseado no conjunto das relações sociais já apontadas ao longo desse trabalho, devemos encarar a desvalorização salarial da categoria como uma articulação política de desvalorização da própria educação e conseqüentemente, da profissão docente.

Considera-se também o cenário da crescente violência no ambiente escolar, somada ao desrespeito cotidiano e a falta de interesse dos alunos pelas aulas, como fatores de grande sofrimento psíquico entre os professores. A esse respeito, Santos, Urt e Vital (2017) apontam que “olhar para a violência na escola pelo viés da teoria histórico-cultural é olhar para além do superficial, buscando a essência do problema, suas contradições e consonâncias”. (SANTOS; URT; VITAL, 2017, p. 86).

Ainda sobre esse aspecto, Carvalho e Barroco (2017) destacam que a violência pode se manifestar de forma direta (por meio de atos físicos), indireta (através de ações coercitivas que impliquem prejuízo psicológico ou emocional) e simbólica (abrangendo relações de poder que se configuram em cerceamento de ações e de pensamento dos indivíduos). (CARVALHO; BARROCO, 2017).

Isso nos leva a compreender que a violência presente, dentro do contexto escolar, pode atingir os professores de diferentes maneiras, desumanizando-os e negando a eles condições de trabalho que envolvam respeito e dignidade. Nesse sentido, cabe evidenciar segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que o Brasil é o país número um no mundo em termos de violência contra o professor.²⁷

Essa realidade dialoga com o que vem sendo afirmado por Antunes (2014), ao apontar que a violência apenas desencadeia a insegurança, a falta de autoridade, o medo e o desestímulo. Isso compromete a forma com que os professores se reconhecem e como reconhecem o outro e assim, “não conseguem mais construir experiências subjetivas favoráveis ao trabalho docente.” (SANTOS; URT; VITAL, 2017, p. 95).

Outros fatores como: más condições do ambiente laboral, uma infraestrutura precária, com pouco espaço nas salas de aula; uma quantidade extensa de alunos por turma; a falta de material didático necessário para o bom desenvolvimento do trabalho e, até mesmo, a competitividade dentro da categoria docente também são grandes motivadores do sofrimento físico e/ou psíquico do professor.

Segundo o Ministério da Saúde, as Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e os

²⁷Link:https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140822_salasocial_eleicoes_ocde_valorizacao_profesores_brasil_daniela_rw

Link: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-e-1-no-ranking-da-violencia-contra-professores-entenda-os-dados-e-o-que-se-sabe-sobre-o-tema.ghtml> Último acesso: 18/11/18

Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) são as principais causas de sofrimento e adoecimento dos trabalhadores, identificando um aumento de 184% de casos notificados entre 2007 e 2016 (BRASIL, 2019a).

No que se refere ao sofrimento psíquico, o Ministério da Saúde aponta que os transtornos mentais foram a terceira principal causa que levou os trabalhadores, de modo geral, a se afastarem de seus postos de trabalho, correspondendo a 9% dos auxílios-doença concedidos no ano de 2017 em nosso país. (BRASIL, 2019b)

A respeito da categoria docente, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), trouxe o levantamento feito com 762 professores, no ano de 2017, no qual 71% relataram que, em algum momento, se ausentaram do trabalho nos últimos cinco anos por problemas psíquicos, sendo o estresse e a depressão os principais fatores mencionados. (HOSHINO, 2019).

Vigotski (1996) contribui para a discussão ao indicar que o desenvolvimento do psiquismo possui como gênese a cultura histórica que é sistematizada por meio do trabalho humano. Nesse sentido, ele estava querendo dizer que o homem é inevitavelmente atravessado pelo meio social que o circunda, transformando-o. Portanto é possível dizer que o psiquismo humano, e relacionado a isso, a própria personalidade humana, está condicionada pelas relações sociais que os indivíduos estabelecem na sociedade.

A este respeito, Cantarelli; Facci e Campos (2017) afirmam que: “subjetividade e materialidade são momentos distintos, porém, ontologicamente articulados, do mesmo ser. (...) A materialidade do mundo dos homens é a subjetividade objetivada”. (CANTARELLI; FACCI; CAMPOS, 2017, p.26)

Esse pressuposto é importante para entendermos que não é possível falar de adoecimento docente sem antes ter a clareza de que a formação do indivíduo se dá por intermédio de sua interação com o meio social, sobretudo no que se refere na sua relação com o trabalho, que além de influenciar na própria experiência de *ser* e *estar* dos Homens no mundo, constituindo a sua personalidade, influencia também na sua saúde de modo geral.

Portanto, o adoecimento docente é antes de qualquer coisa o resultado das objetivações materiais que modificam as estruturas psíquicas, cognitivas, emocionais e fisiológicas do ser humano, fazendo parte de uma estrutura histórica de sociedade caracterizada pela disputa de poder orquestrada pela luta de classes.

Logo, uma discussão a respeito do adoecimento docente, conforme estamos desenvolvendo aqui, deve fundamentalmente considerar o contexto sociopolítico em que os

professores estão inseridos, pois descolar o adoecimento docente do contexto político social é não levar em conta a interação Homem e as determinações sociais que o constituem.

Além disso, falar sobre sofrimento psíquico é falar sobre algum tipo de contradição entre subjetividade e objetividade (SAMPAIO, 1998) na medida em que o mesmo afasta o professor da possibilidade de ser feliz em seu trabalho, impossibilitando-o de viver uma experiência de satisfação humana, pessoal e profissional, pela perda de sentido que o trabalho passa a representar.

Essa falta de bem-estar na realização das atividades somada ao acometimento de variadas doenças, geralmente desencadeia no que chamamos de readaptação funcional, que é um dispositivo utilizado pela seguridade social que autoriza o afastamento do professor do ambiente adoeceador da sala de aula, e o seu remanejamento para outra função dentro da escola, como a atuação na biblioteca ou secretaria escolar, por exemplo, podendo ser de caráter temporária ou definitiva.

A readaptação temporária pode ser concedida por um prazo de até dois anos, enquanto a definitiva ocorre sempre que há a constatação da incapacidade de se exercer o trabalho antes desempenhado. (BRASIL, 1990).

Geralmente isso é utilizado como uma estratégia pela gestão escolar para recuperar a saúde do professor que adoeceu para em outro momento tentar o processo de readaptação do professor à sala de aula.

Em relação ao quantitativo de afastamentos e readaptações concedidas no âmbito da docência, cabe trazer os dados disponibilizados pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, ao apontar que em dezembro de 2011 haviam 11.872 professores readaptados; já em 2012, no mesmo período citado, o quantitativo de professores readaptados era de 13.925; no primeiro quadrimestre de 2013 houve um percentual de aumento de 2,5% chegando a um total de 14.268 professores em situação de readaptação funcional. (ANTUNES, 2014). No que se refere ao ano de 2014, o número passou para 14.376 professores readaptados, enquanto em 2015 o total foi para 14.356 professores, cabendo constatar que 11.788 eram mulheres e 2.568 homens (DIEESE, 2015).

Esses dados dialogam com um estudo, trazido por Krugmann (2015), realizado pela Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande (SEMED), no Mato Grosso do Sul, no ano de 2011, com professores (as) em situação de readaptação funcional, ao constatar que 58% dos docentes se encontravam em readaptação temporária e 45% em readaptação definitiva, considerando ainda que 76% possuíam idade entre 41 e 60 anos.

A autora aponta ainda, no que se refere às causas da readaptação, que 51% foram readaptados devido às doenças psíquico/emocionais, enquanto 29% foram devido a doenças musculoesqueléticas e 10% acusaram problemas relacionados à voz. Importante apontar também, no que se refere à função na qual os (as) professores (as) foram realocados, que 72% passaram a exercer atividades na biblioteca e 13% na secretaria. (KRUGMANN, 2015).

Medeiros (2010) também traz dados a respeito da readaptação no Distrito Federal, apontando que no ano de 2007, havia 130 professores (as) readaptados (as); enquanto em 2008 o número aumentou para 375, destacando entre as principais causas de readaptação, respectivamente relacionada a quantidade dos laudos apresentados: a depressão; seguida de doenças na coluna e/ou tendinite e em terceiro lugar os distúrbios de voz.

Essa quantidade exorbitante de readaptações funcionais de professores nos revela que nossos docentes estão adoecendo em uma quantidade expressiva, e por mais que não se sintam confortáveis em se ausentar da sala de aula, geralmente tendem a encarar esse recurso como um importante aliado na recuperação da sua saúde.

Cabe destacar, entretanto, que esse processo de readaptação, pode resultar, dentro do espaço escolar e entre o próprio grupo de professores, o estigma da vitimização ou do doente, que é quando aquele professor adoecido passa a ser excluído das relações interpessoais pelos membros da sua própria categoria, ou visto com olhar de pena e coitadismo por parte de seus pares. Isso, ao invés de resolver o problema, apenas o agrava.

Nesse sentido, Santos; Urt e Vital (2017) ainda afirmam que:

A readaptação não cumpre sua finalidade, mas, ao contrário, estimula a permanência do professor no adoecimento. Isso porque quando o professor volta à sala de aula os sintomas pioram, porque as condições semelhantes às que o levaram ao afastamento ainda estão presentes à sua volta. (SANTOS; URT; VITAL, 2017, p. 87).

Partindo da citação acima, podemos compreender que o espaço da readaptação é também o espaço do adoecimento, do estigma, do isolamento, do esvaziamento do trabalho. (SANTOS; URT; VITAL, 2017). Portanto, não há soluções simples e imediatas quando tratamos do adoecimento do professor, sendo necessário deixar claro que não há no Brasil políticas públicas eficientes que visem favorecer o enfrentamento do adoecimento docente em função das condições de trabalho e tampouco há estratégias do Governo a respeito do retorno do professor readaptado para a volta à docência.

Ocorre também do professor, solicitar o afastamento do seu trabalho, no entanto um grande desafio enfrentado é que muitos professores demoram a admitir que estejam doentes e que precisam se ausentar do trabalho, para se dedicar a cuidar de sua saúde. A este respeito, Almeida (2018) salienta que

o reconhecimento do adoecimento garante o afastamento do trabalho, principal fonte de seu desgaste e sofrimento. Uma melhora poderia significar um retorno a essa atividade que representa para eles um conjunto de processos destrutivos. (ALMEIDA, 2018, p. 357).

O afastamento do professor de suas atividades por motivos de adoecimento pode ocorrer em caráter provisório ou definitivo, dependendo das condições de saúde do professor, tratando-se de um direito jurídico, com base nos direitos do segurado previdenciário, estabelecido em 1960 pela União Federal. (SANTOS; URT; VITAL, 2017).

É importante problematizar também a realidade de centenas de professores, que por outro lado, não conseguem o afastamento ou a readaptação, ou em muitos casos se sentem intimidados pela direção da escola a não solicita-los e desse modo continuam a exercer sua prática em sala de aula, mesmo doentes.

Esse quadro apenas promove ainda mais adoecimento e sofrimento, na medida em que desencadeia na perda da identidade da profissão, que é a experiência na qual o exercício da profissão deixa de ter significado para os professores e torna-se apenas um meio de garantir sua renda para a sobrevivência. Desse modo, ocorre o esvaziamento do sentido da prática docente, na medida em que o mesmo precisa exercer sua função cotidianamente, mesmo não lhe trazendo mais satisfação, nem entusiasmo, o que tende a promover uma sensação de ojeriza de estar ali contra a sua vontade.

A este respeito, Cantarelli, Facci e Campos (2017) apontam que

O adoecimento provoca mudanças na esfera motivacional dos indivíduos, provocando uma transformação na hierarquização de suas atividades, mudando sua forma de se relacionar com a realidade. Neste caso, podemos inferir que na hierarquização dos motivos muitas vezes os professores são guiados pelos motivos estímulos e não por motivos geradores de sentido. O que incita o professor a ação, por exemplo, pode ser a necessidade de receber o salário e não o fato de ensinar, de levar o aluno à apropriação dos conhecimentos. (CANTARELLI; FACCI; CAMPOS, 2017, p.38).

Tal realidade pode se desdobrar no que chamamos de síndrome de *Burnout*, do inglês *to burn out*, significa “queimar por completo”. É “uma resposta prolongada a estressores emocionais crônicos e interpessoais no trabalho” (MASLACH; SCHAUFELI; LEITER, 2001, p. 307), configurando-se como o total esgotamento físico e mental, provocando à perda da energia, o desânimo, a apatia, o sentimento de tristeza e frustrações. (MIRANDA, 2017, p.15).

Gil-Monte (2005) aponta para nós que geralmente o *burnout* vem acompanhado de um processo de culpabilização pessoal muito grande por parte dos professores, levando-os a um sofrimento psíquico por não conseguirem se perceber como vítimas de um sistema adoecedor que oferece condições de trabalho degradante. Ao invés disso, eles tendem a alimentar um sentimento de baixa autoestima e impotência, ao se verem como parte do problema, resultando em um ciclo de mais sofrimento psíquico e adoecimento.

A respeito do *burnout*, Carlotto (2011) traz um estudo com 882 professores, de escolas da região metropolitana de Porto Alegre-RS, apontando que 5,6% dos professores se encontravam com alto nível de exaustão emocional. Embora esses dados se refiram a uma realidade local, consideramos que eles sinalizam a representação da realidade em uma escala muito maior de professores sofrendo com essa doença ao redor do país.

De forma geral, Santos e Facci (2012) contribuem para a discussão apontando que a *Síndrome de burnout* é desencadeada em professores, devido a alguns determinantes, que consideramos importantes de serem apresentados, a saber: falta de reconhecimento da função do professor; falta de respeito dos alunos, bem como dos governantes e da sociedade em geral; baixos salários; diminuição dos importantes espaços de discussão coletiva; a sobrecarga de trabalho, com tripla jornada; a culpabilização pelos resultados negativos dos alunos; perda da autonomia no trabalho, com baixas participações na gestão e planejamento de seu trabalho, dentre outros.

De acordo com Neves e Silva (2006), a expressão do sofrimento de quem possui a *síndrome de burnout* pode ser percebida nos seguintes sintomas

[...] desânimo, fadiga, frustração, depressão, impotência, insegurança em realizar as atividades cotidianas, manifestações de irritação, angústia e, até mesmo, sensação de enlouquecimento – particularmente aquelas que lecionam nas primeiras séries, devido ao acentuado desgaste do trabalho com crianças menores. (NEVES; SILVA, 2006, p. 69).

Apesar de poucos estudos serem encontrados na literatura a respeito do *burnout* em professores, e poucas pesquisas investigativas serem feitas, consideramos da maior importância que essa questão seja mais investigada e debatida, para que estratégias de enfrentamento venham ser criadas e implementadas.

Além do *burnout*, outros estressores psicossociais também são presentes no contexto de trabalho dos professores, como é o caso da depressão, por sua vez, considerada a doença psíquica mais estudada e sobre a qual mais se fala na atualidade (ESTEVES; GALVAN, 2006), além de já ser uma das maiores causas de afastamento do trabalho e ser apontada como uma das doenças mais incapacitantes do século. (Miranda, 2017).

No que se refere à depressão, Miranda (2017) aponta que:

A depressão é considerada um transtorno de humor envolto por uma sintomatologia diversa. Seus sintomas emocionais manifestam-se por meio de tristeza e abatimento. O indivíduo sente desesperança, infelicidade, perde o interesse por atividades de lazer, por amigos e familiares, apresenta choro constante e perde o prazer, podendo isolar-se do convívio social e desenvolver ideias suicidas. Os sintomas cognitivos evidenciam-se pela ocorrência de pensamentos pessimistas, ideias de incapacidade, perda de atenção e memória, diminuição da capacidade de resolução de problemas e sentimento de culpa. Os sintomas físicos podem se manifestar através de fadiga, alterações do sono e do apetite e diminuição da atividade física. Quanto aos sintomas motivacionais, o indivíduo com depressão apresenta uma considerável passividade, baixo tônus e diminuição da iniciativa para executar funções necessárias e básicas para sobrevivência. (MIRANDA, 2017, p. 15-16).

Almeida (2018) também traz uma importante contribuição a respeito do tema, ao apontar que: “Na depressão, a falta de sentido para a vida determinada pela intensa alienação da vida social aparece na forma de falta de energia e desânimo, visto que o que mobiliza a energia é o sentido”. (ALMEIDA, 2018, p.356).

Alguns autores como Aloha (2014), citado por Miranda (2017) apontam que o *burnout* vem sendo considerado um quadro clínico evocativo da depressão. Já Glass e Mcknight (1996) afirmam que o *burnout* é uma forma de depressão relacionada ao trabalho. Portanto, embora as discussões dentro da academia acerca das relações entre o *burnout* e a depressão ainda estejam em nível de maturação, há intrínsecas relações entre ambos que não devem deixar de ser consideradas.

O que deve ser destacado é tanto o *burnout* como a depressão podem ser considerados como importantes problemas de saúde pública e os professores, ao desenvolvê-los, podem assumir uma posição de frieza em relação aos seus alunos. Nesse caso, há um afastamento das relações interpessoais, cabendo apontar também que, em muitas situações, acrescenta-se ainda uma irritabilidade e perda total da paciência por parte do docente, podendo tornar inviável o processo de ensino-aprendizagem. (BASTOS, 2009, p.18)

Além disso, professores adoecidos de *burnout* ou depressão podem apresentar dificuldades em manifestar o mínimo de empatia com seus alunos. Sobre essa questão, cabe aqui apontar a importância da empatia nas relações interpessoais que se estabelecem em sala de aula. Usar de consciência empática, tanto o professor para o aluno, quanto o aluno para o professor, é fundamental para se estabelecer uma boa relação e um aprendizado de qualidade em sala de aula.

A este respeito, trazemos Ferreira (2011) ao definir a empatia como

A capacidade de se colocar e simular a perspectiva subjetiva do outro para compreender seus sentimentos e emoções. É uma resposta afetiva deflagrada pelo estado emocional do outro e uma compreensão dos estados mentais da outra pessoa. (FERREIRA, 2011, p.1).

De acordo com a citação, é possível perceber que para a autora, a empatia está relacionada a processos internos da mente que definem a forma como o ser humano vê o seu semelhante. Portanto, é absolutamente necessária para o próprio processo de humanização e desenvolvimento do homem.

Outra definição de empatia que dialoga muito com a perspectiva que acreditamos é a trazida por O'Hara ao afirmar que: “ empatia é uma maneira de conhecer, uma maneira de andar na pele de outra pessoa para entender uma paisagem mais rica da experiência humana.” (O'HARA; 2019, p.16).

Consideramos fundamental apontar a importância da empatia nesse trabalho, pois a mesma é imprescindível na promoção da auto humanização e humanização do outro. Desse modo, investir em relações empáticas no ambiente escolar, entre professores e alunos e também entre professores e toda a equipe que compõe a escola é investir na própria saúde psíquica do docente e de todos os envolvidos, além de estabelecer um ambiente de compreensão e ajuda entre os pares, que difere da lógica individualizante e competitiva do capitalismo.

Essa perspectiva humanizadora que estamos propondo aqui, de valorização da compreensão empática é importante, segundo Insfran (2019) na medida em que

Faz com que esse outro saiba que está sendo compreendido e respeitado, mesmo que haja uma gama de diferenças de valores, visões de mundo, realidade social, cultural etc., entre as duas pessoas. Assim, quando propomos que haja empatia na educação, estamos propondo que haja espaço para escuta e respeito à diversidade, entre as pessoas que se relacionam nos espaços educativos. (INSFRAN, 2019, p.63).

Baseado nessa concepção, apontamos como proposta para romper com a realidade de adoecimento que os professores estão vivendo nas escolas um movimento de investimento em ambientes de trabalho onde exista mais empatia e humanização entre os pares. Acreditamos que isso é fundamental para desencadear uma lógica de reconhecimento de classe, que, por sua vez, é o exercício de consciência de se perceber como pertencente a uma classe social e, baseado nisso, reconhecer o semelhante como um “outro eu”, inserido nessa realidade de luta de classes no qual somos pertencentes. Esse processo é fundamental na promoção do fortalecimento coletivo da classe trabalhadora.

Todavia, o desafio se impõe, pois dentro do capitalismo, sobretudo no que se refere às relações de trabalho, a tendência é prevalecer relações pautadas pela competitividade entre os pares, cujo desdobramento são pessoas que se convencem da ideia de que necessitam ser sempre melhores que os demais, afim de manter seu vínculo empregatício.

E essa motivação no ambiente de trabalho, além de destruir os vínculos de cooperação e empatia que são fundamentais, promove o adoecimento, deflagrada por experiências no ambiente de trabalho de solidão, competição e mal estar.

É nesse sentido que Nóvoa (1996), chega a afirmar que

As consequências da situação de mal-estar que atinge o professorado estão à vista de todos; elevados índices de absenteísmo e abandono, desmotivação pessoal, insatisfação profissional traduzida numa atitude de desinvestimento e indisposição constante [...] e ausência de reflexão crítica sobre a ação profissional. (NÓVOA, 1996, p.22).

Essa conjuntura de mal estar que o docente vive em seu ambiente de trabalho, apresentada até aqui é a responsável por desencadear uma série de doenças ocupacionais,

físicas e/ou psicológicas, que vão muito além do *burnout* ou a depressão já citadas nesse espaço, podendo se configurar também como: crise de ansiedade, fobias, síndrome do pânico, problemas na pressão arterial, dores na coluna, problemas respiratórios, distúrbios vocais, artrite, artrose, distúrbios de sono, dentre muitas outras doenças que podem vir a desencadear até mesmo tentativas de suicídios.

Sobre essa última questão, precisamos considerar que no Brasil ocorrem pelo menos 12 mil casos de suicídios anualmente, em uma taxa de 32 mortos por dia, sendo o segundo país de maior índice de suicídios entre a população jovem entre 15 e 29 anos .²⁸

É baseado nessa realidade que nossos professores estão morrendo sistematicamente em nosso país. Apenas para se ter uma ideia, no Estado do Paraná o suicídio de professores da educação básica aumentou 15 vezes em cinco anos. Isso significa em termos mais claros que houve um caso de suicídio de professor em 2014, quatro em 2015, oito em 2016, 12 em 2017 e atingiu a marca de 15 em 2018, segundo dados levantados pelo sindicato dos professores do Paraná.²⁹

Diante desse quadro, fica claro para nós que o trabalho “nunca é neutro em relação à saúde, e favorece seja a doença seja a saúde”. (DEJOURS, 1992, p.164), ou seja, não existe neutralidade no trabalho, se por ele o homem é capaz de se realizar, se humanizar e se emancipar, é também por intermédio dele que o homem adocece, se avilta e se aliena.

Isso dialoga diretamente com o que vem sendo falado por Heloani e Capitão (2003, p.102) ao considerarem que:

O mundo do trabalho torna-se, de forma rápida e surpreendente um complexo monstruoso, que se por um lado poderia ajudar, auxiliar o homem em sua qualidade de vida, por outro lado, patrocinado pelos que mantêm o controle do capital, da ferramenta diária que movimenta a escolha de prioridades, avassala o homem em todos os seus aspectos (HELOANI; CAPITÃO, 2003, p.102).

Desse modo, não podemos negar a realidade de que nossos professores, ou uma parcela significativa deles estão trabalhando sob sentimentos de fracasso, impotência, desejo de desistir etc. (NAUJORKS, 2002), gerando em muitos casos o absenteísmo, isto é, o abandono da profissão.

²⁸ Link: <http://www.esquerdadiario.com.br/Professor-suicida-se-na-escola-ate-quando> Último acesso: 23/01/2020

²⁹ Link: <https://www.brasilefato.com.br/2019/10/15/suicidio-de-professores-no-parana-aumenta-15-vezes-em-cinco-anos/> Último acesso: 23/01/2020

Isso dialoga com uma pesquisa realizada em 2018 com 2.160 professores da Educação Básica das redes públicas municipais e estaduais e da rede privada de todo país, que demonstrou que 49% dos entrevistados não recomenda a própria profissão por considerá-la desvalorizada.³⁰

Essa percepção de desvalorização da profissão docente não é uma exclusividade de quem atua na área, pois de acordo com dados apresentados pela Varkey Foundation em uma avaliação realizada em 2018, apenas um em cada dez brasileiros consideram que o professor é valorizado em seu ambiente de trabalho. Essa pesquisa ainda apontou que dos 35 países pesquisados, o Brasil ficou em último lugar no *ranking* de prestígio de professores.³¹

Logo, o desprestígio profissional, aliado as precárias condições laborais leva o trabalho docente ser considerado segundo Oliveira (2006) uma profissão intimamente associada a um perfil de proletarização. Nesse sentido Pavan e Backes (2016) apontam que a proletarização docente caracteriza-se, sobretudo pela impossibilidade do professor de exercer o controle sobre o seu trabalho, diminuindo sua capacidade de autonomia e senso crítico.

Ao pensarmos sobre esse processo de proletarização do trabalho docente, Gandin e Lima (2015) destacam que o mesmo vem sendo reduzido a um trabalho encenado, destinado ao monitoramento (GANDIN; LIMA, 2015). Reduz-se, portanto a autonomia do professor; atribui-lhe condições de trabalho precárias, com salários aviltantes e sem prestígio social e temos delineado um quadro de proletarização docente.

No entanto, não é surpresa nenhuma se ligarmos a TV e vemos campanhas do Governo, por intermédio do Ministério da Educação (MEC) a favor da valorização da profissão docente e da educação. Há um interesse por parte do Governo em chamar a atenção dos jovens recém-formados na educação básica a se matricularem em cursos de licenciaturas, contanto que seja para servir de mão de obra minimamente qualificada para atender as demandas do mercado.

Entretanto, na mesma medida em que há um interesse governamental para que os jovens optem pela carreira docente, há um total desinteresse em resolver a realidade de precárias condições de trabalho do professor. Não é por acaso que o Brasil é um país com uma enorme incidência de atraso no pagamento de professores (tanto em termos municipais

³⁰ Link: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/07/30/metade-dos-professores-nao-recomenda-a-profissao-aos-jovens-por-causa-da-desvalorizacao-diz-pesquisa.ghtml> Último acesso: 23/01/2020

³¹ Link: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/11/08/brasil-cai-para-ultimo-lugar-no-ranking-de-status-do-professor.ghtml> Último acesso: 23/01/2020

quanto estaduais), além de ser um dos países do mundo aonde os docentes recebem os salários mais aviltantes.³²

É por essa razão que nossos professores se veem tendo que assumir dois ou três vínculos de emprego, buscando minimamente obter condições de adquirir uma habitação de qualidade, alimentação, cultura etc., para si e sua família. Todavia, há um processo de contradição que impera nesse sentido, pois na medida em que eles se sacrificam para obter tais possibilidades, com a intensificação de seu trabalho, resta-lhes pouco tempo para privilegiar dimensões outras da vida, que seriam inclusive potencializadoras da saúde e do bem estar, a exemplo da fruição e do lazer. (JUNIOR, 2014, p.117).

Esse cenário tétrico e degradante, das condições de trabalho adoecedoras em que o professor está subsumido, apontadas até aqui, tem levado muitos docentes a fazerem uso de medicamentos, geralmente, de forma indiscriminada, a fim de buscar aliviar seus sofrimentos físicos, psíquicos e emocionais causadas pelo adoecimento. Consideramos essa questão da medicalização docente, da maior relevância e de uma relação muito intrínseca ao tema do adoecimento do professor, é por isso que iremos nos dedicar a refletir sobre essa questão de forma específica a partir de agora.

3.1 A prática medicalizante e a docência

Primeiramente, é importante destacar que discutir acerca da medicalização de professores, sobretudo no cenário atual em que o Brasil se encontra, é fundamental, primeiro porque geralmente a discussão acerca da medicalização é muito voltada para o aluno, invisibilizando o fato de que muitos professores fazem usos de psicofármacos de forma indiscriminada e também porque isso nos aproxima das reais condições de trabalho de nossos professores, que em muitos casos é permeado de sofrimento cotidiano, ainda que de forma silenciosa.

A fim de trazer uma clareza maior acerca do assunto, trazemos uma definição a respeito do que entendemos por medicalização, a saber:

(...) a transformação de questões coletivas, de ordem social e política, em questões individuais, biológicas, processo que isenta as instâncias de poder de suas responsabilidades, embora trate de problemas gerados e perpetuados em suas

³² Link: <http://g1.globo.com/educacao/blog/andrea-ramal/post/brasil-e-um-dos-paises-que-paga-menos-aos-professores.html> Último acesso: 23/01/2020

entranhas (MOYSÉS; COLLARES, 2010, p. 71-2).

Baseado nessa premissa cabe evidenciar que o termo “medicalização” foi cunhado na década de 70 (INSFRÁN; MUNIZ; ARAÚJO, 2019) e segundo autores como Zorzaneli; Ortega; Bezerra (2014) e Mezzari (2017) pode ser considerado um processo em que problemas não médicos acabam se transformando em problemas médicos, apresentando características de doenças e desordens em nível orgânico.

A este respeito, Meira (2012) contribui apontando que

A medicalização da vida cotidiana, capaz de transformar sensações físicas e psicológicas normais (como insônia e tristeza) em doenças (como distúrbio do sono e depressão), vem provocando uma verdadeira epidemia de diagnósticos, trazendo o risco de transformar boa parte das pessoas em pacientes. (MEIRA, 2012, p. 4).

Nesse sentido, é possível considerar o fenômeno da medicalização como a transformação de “questões sociais, culturais e relacionais em questões de ordem médicas, individuais e patológicas.” (INSFRAN; MUNIZ; ARAUJO, p.87).

Diante de tal definição, é necessário admitir que a medicalização vem ganhando espaço em diferentes âmbitos da vida das pessoas, destacando-se principalmente no espaço escolar, baseado em uma ideia de que por meio do uso de psicotrópicos, professores e alunos conseguirão resolver os problemas de ordem educacional.

Isso significa dizer, que devido à conjuntura de desvalorização da profissão docente; intensificação das horas de trabalho; metas de produtividade, a indisciplina e falta de interesse advinda dos alunos; competição entre os pares; perda da autonomia na elaboração das atividades; a precariedade das condições físicas e materiais no trabalho; além de exigências absurdas para manterem-se na carreira; dentre outras muitas determinações relacionadas ao trabalho docente, tudo isso tem levado a um processo de adoecimento e culpabilização individual que tem levado nossos professores a pensar que somente fazendo uso de soluções medicamentosas eles conseguiram lidar com o problema.

Assim, é possível observar um fenômeno de romantização do uso de psicotrópicos, baseado em uma ideia de que apenas assim, conseguirão lidar com os problemas advindos do trabalho, mascarando dessa forma, as reais contradições presentes na sociedade.

Diante de tal realidade, o consumo de muitos medicamentos como é o caso da Ritalina (cloridrato de metilfenidato) vem crescendo substancialmente em nosso país. Isso transparece nos dados obtidos junto ao Sistema de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC), solicitados pelo Fórum de Medicalização da Educação e da Sociedade, por intermédio da Lei de acesso a informação deixando claro para nós o aumento avassalador do consumo desse medicamento no país, registrando em 2009 uma venda de 58.719 caixas e 108.609 caixas em 2013, ou seja, um aumento de 180% ao longo desses 4 anos. Já em uma média de 10 anos, de 2009 a 2019, registra-se um aumento de 775% no uso de tal medicamento,³³ corroborando para que o Brasil ocupe o segundo lugar no mundo no uso de tal fármaco.³⁴

Além do metilfenidato, uma série de outros fármacos vem sendo usados pelos professores de forma tão preocupante que o Conselho Federal de Psicologia (2011 -2013) chegou a lançar uma Campanha “Não a medicalização da vida – medicalização da educação”, tendo a intenção de por meio dela mostrar os perigos do uso irresponsável de remédios, por meio da automedicação, especialmente no que se refere ao âmbito escolar. (MEZZARI, 2017).

Sobre essa questão, Melo, Ribeiro e Sporpirtis (2006) apontam que no Brasil, ao menos 35% dos medicamentos são adquiridos por automedicação, ou seja, para cada dois medicamentos que são prescritos, no mínimo um é consumido sem a devida orientação médica, tornando-se comum, inclusive, a reutilização de receitas. (MELO; RIBEIRO; SPORPIRTIS, 2006).

A fim de termos uma ideia mais ampla de como é expressivo o índice de consumo de fármacos pela categoria docente, cabe destacar uma pesquisa de mestrado realizada no Norte do Paraná, entre o ano de 2016 e 2017, que identificou que, dos 223 professores participantes, 49% já tinham feito uso de algum tipo de medicamento e 59% relacionaram o adoecimento com o processo de trabalho. (MEZZARI, 2017).

Isso serve para nos mostrar como o uso de psicotrópicos pelos professores vem tomando uma dimensão expressiva nos últimos tempos em nosso país, baseado em uma ideia de banalização de seu uso e uma perspectiva de valorização de supostos benefícios trazidos

³³ Link: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-registra-aumento-de-775-no-consumo-de-ritalina-em-dez-anos,1541952> Último acesso: 23/03/2020

³⁴ Link: <http://freemind.com.br/blog/brasil-ocupa-o-2o-lugar-de-maior-consumidor-de-ritalina-do-mundo/> Último acesso: 23/03/2020

por eles (ainda que momentâneos), para ajudar a lidar com as dificuldades cotidianas, sem ao menos levar em conta os seus efeitos colaterais. (WHITAKER, 2017).

Segundo Moyses e Collares (2012), o hábito de deslocar para o campo médico problemas inerentes à vida, é considerado por elas um fenômeno comum na sociedade ocidental. Além disso, elas ressaltam que não é de hoje que explicações de caráter biológico e/ou patologizante têm sido utilizadas para explicar problemas que são construídos socialmente e historicamente.

Por essa razão, iremos recorrer a um breve panorama histórico, embasado em autores como Boarini (2006) e Zucoloto (2010) que nos apontam que a prática de resolver problemas que são de ordem social por meio de soluções medicamentosas é uma realidade que se estende desde a entrada dos médicos higienistas nas escolas do Brasil, no começo do século XIX.

No que se refere ao termo higienismo, nos identificamos muito com a definição trazida por Fernandes e Oliveira (2012) quando destacam que

O higienismo é uma corrente de pensamento que emerge no final do século XIX e que prevalece até os anos de 1950, trazendo um discurso sobre o equilíbrio das dimensões do indivíduo, tanto físico, intelectual e moral. Tem como principal objetivo educar para a saúde (FERNANDES; OLIVEIRA, 2012, p.2).

Essa educação para saúde se dava por meio de mudanças de hábitos cotidianos, pois era consenso naquele período que grande parte dos problemas sociais, inclusive envolvendo a taxa de mortalidade das pessoas e o agravamento de doenças estavam relacionados a questões higiênicas.

A esse respeito, destacamos os movimentos de entrada de médicos higienistas nas escolas brasileiras no século XIX, visando apresentar soluções de ordem médica para questões de caráter educacional.

Diante disso, é importante deixar claro que a medicina e o Estado brasileiro ao longo do século XIX estabeleceram um compromisso de higienização da sociedade, pois segundo a concepção assumida pelo Estado, a ordem e o progresso do país estavam associados a uma política de caráter higiênico. (ZUCOLOTO, 2010)

No entanto, se por um lado, a medicina higienista visava resolver problemas relacionados às doenças que poderiam atingir as crianças e os adolescentes que frequentavam as escolas, por outro, tal movimento apresentou-se baseado em um caráter

normatizador e controlador dos alunos e de seus corpos, bem como seus hábitos e costumes: no limpar das mãos, na forma de comer etc., considerando, aliás, que a educação primária era o alvo dos higienistas, pois segundo eles, as crianças menores eram mais suscetíveis a obedecer regras.

Mas cabe considerar também que o movimento higienista teve grande destaque nos cursos normais de formação de professores. Apenas para termos uma ideia, o espaço que tal movimento ganhou no processo de escolarização foi tão grande que nos cursos de formação de professores a disciplina de psicologia era ministrada por médicos higienistas, enquanto que nas escolas primárias, a sua atuação era maior no acompanhamento de alunos com supostos problemas de aprendizagem/comportamento. (FONTENELLE,1925).

Segundo Boarini e Yamamoto (2004) a medicina higienista preparou o caminho para a eugenia e seu discurso de elevar o Brasil a uma grande nação. De acordo com o discurso eugenista da época, separar os alunos considerados normais, dos alunos tidos como anormais, era necessário para o desenvolvimento do Brasil.

Portanto, baseado nesse contexto, predominou nas escolas brasileiras uma visão que tinha um caráter organicista, biologicista, higienista e eugenista, que trouxe consigo a prática da medicalização nos espaços escolares, na medida em que introduziu uma ideia de responsabilização individual pela saúde e atrelado a isso uma culpabilização diante do adoecimento. Face ao exposto, a autora afirma que: “o foco, então, recairia sobre o aluno e seu organismo; a exigência de ser saudável e ser normal para frequentar a escola e aprender era defendida pela inspeção médica para velar pela higiene nas escolas.” (MEZZARI, 2017, p. 22).

Ainda segunda a autora: “O objetivo da educação higiênica era a criação do adulto educado à ordem médica e aos interesses do Estado naquele momento histórico.” (MEZZARI, 2017, p. 19). Diante desse cenário, onde a medicina higienista estendeu-se aos espaços escolares ganhando uma posição de soberania, evidencia-se que além dos cuidados com a saúde física, passou a haver também um cuidado com a saúde mental dos alunos, e nesse sentido, foi introduzida a lógica da “higiene mental” nas escolas.

Na prática, tal movimento, compatível com o pensamento eugenista, de segmentação do humano, caracterizou-se por trazer para os espaços escolares o estigma do aluno anormal, isto é, por meio de procedimentos médicos como exames e fichas sanitárias, o aluno era classificado como normal ou anormal, considerando que aqueles que eram tidos como anormais eram encaminhados para espaços especializados, não podendo permanecer nas

escolares regulares. (MEZZARI, 2017).

A esse respeito, Patto (1999) chega a considerar que “as clínicas de higiene mental e de orientação infantil disseminaram-se no mundo a partir da década de 1920 e se propõem a estudar e a corrigir os desajustamentos infantis” (PATTO, 1999, p.67). Logo, é possível compreender uma realidade na qual os alunos considerados anormais, por meio de testes de caráter positivista, eram encaminhados para essas clínicas, que tinham a função de diagnosticar-los e tratá-los, se caracterizando como uma verdadeira fábrica de rótulos (MEZZARI, 2017), devendo ser considerado que os alunos que mais ocupavam os espaços dessas clínicas para serem tratados, eram provenientes das classes trabalhadoras, geralmente levando consigo um histórico de fracasso em sua trajetória escolar.

Isso demonstra para nós que a perspectiva higienista naturalizava questões sociais, considerando problemas de aprendizagem devido a conflitos sociais de determinada categoria de alunos em problemas patológicos e de ordem médica. Nesse sentido, a “higiene mental” ganhou um espaço de pujança dentro do âmbito escolar e nesse contexto, começou a ser introduzido nas escolas o uso de medicamentos, tanto para alunos quanto para professores e demais funcionários que atuam na escola.

Diante disso, problemas de ordem histórico-social ganhou um *status* de problemas individuais e é baseado nessa concepção que os movimentos higienistas se sustentaram na sociedade propagando a prática da medicalização nas escolas. É por essa razão, que podemos afirmar de acordo com Boarini e Yamamoto (2004), que o cerne do movimento higienista nas escolas é a medicalização, se perpetuando até os dias atuais, com cada vez mais força e presença na vida das pessoas.

Decidimos trazer aqui um pouco sobre os movimentos higienistas nos espaços escolares para mostrar de forma clara de onde nasce a lógica das patologias médicas nas escolas, que norteados por diagnósticos médicos, definem como distúrbios (de variados tipos) uma série de condicionantes sociais, submetendo historicamente tanto professores como alunos a experiências de medicalização.

Frente ao exposto, Boarini (2006) traz uma pertinente contribuição ao considerar que

Quando a educação escolar, além da Psicometria, recorre à psicofarmacologia para adequar o aluno à norma social vigente, a nosso juízo, “há algo de errado no reino” da Educação escolar, parafraseando o mestre Shakespeare, sobretudo quando se perde de vista que, em qualquer época, a ciência, solitariamente não tem possibilidades de sanar problemas historicamente construídos (BOARINI, 2006, p.

Tais argumentos vêm deixando cada vez mais claro para nós como tem se tornado um hábito naturalizado nos espaços escolares a biologização do social, ou seja, quando problemas não médicos são tratados como problemas médicos e nessa vertente a responsabilidade pela saúde ou doença do indivíduo recai sobre ele, desresponsabilizando o Estado pelas questões sociais que atravessam os espaços escolares e que são potenciais produtores de adoecimentos.

Seguindo essa direção, Zucoloto (2007) aponta que

A patologização da educação consiste em um reducionismo biológico, que é explicar a situação e o destino de indivíduos e grupos através de suas características individuais, desse modo esconde os determinantes políticos [...] Como decorrência dessa concepção, é o indivíduo o maior responsável por sua condição de vida e destino, as circunstâncias sociais e políticas teriam influência mínima. (ZUCOLOTO, 2007, p. 137-138).

Para ampliar as perspectivas dessa análise, trazemos ainda uma reflexão do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade ao considerar a medicalização da vida como o

Processo que transforma, artificialmente, questões não médicas em problemas médicos. (...) Questões coletivas são tomadas como individuais; problemas sociais e políticos são tornados biológicos. (...) A pessoa e sua família são responsabilizadas pelos problemas, enquanto governos, autoridades e profissionais são eximidos de suas responsabilidades. (FÓRUM SOBRE MEDICALIZAÇÃO DA VIDA E DA SOCIEDADE. 2015).

Nesse sentido, muitos professores têm chegado às escolas dopados de remédios, na intenção de se livrarem de problemas como ansiedade, insônia, dentre outros, sendo esta uma solução imediatista e paliativa para uma questão que conforme já aprendemos aqui é de ordem sócio-classista.

Outra questão que devemos apontar é em relação ao uso de um olhar patológico, que a cada dia, tem se feito presente no ambiente escolar, permeando os corredores e as salas de aula de modo cada vez mais naturalizada. Nesse sentido, comportamentos vêm sendo patologizados, assim como opiniões, formas de se expressar, ser e existir.

Isso nos faz ver que estamos diante de uma questão muito pouco discutida dentro do tema da medicalização docente, que é a patologização do olhar do professor. Um olhar adoecido não é necessariamente de um indivíduo que porta uma doença de fato, mas sim daquele que enxerga tudo como patológico e carente de medicamentos. Isso também justifica a incidência de remédios na vida cotidiana dos professores, pois para quem porta um olhar adoecido a única solução considerada capaz de motivá-los a dar continuidade a sua vida docente, por mais difícil e desafiadora que ela seja, é por meio do uso de remédios.

Sobre essa questão, consideramos fundamental destacar que

[...] não necessariamente o professor precisa estar acometido com alguma doença para fazer uso de medicamentos. Esse destaque está sendo dado, pois o que mais encontramos em nossas pesquisas de campo, foram professores com um olhar extremamente doente, fazendo usos indiscriminados de medicamentos, cabendo levar em conta, que muitas das vezes, é a partir daí, que sua saúde se torna efetivamente doente. (LADEIRA; LADEIRA; INSFRÁN, 2018, p.6-7).

Diante dessa discussão, queremos enfatizar nossa concepção de que o uso de medicamentos, para nós, tem sido uma bengala para professores adoecidos poderem suportar o ofício da profissão, com todas as delícias e amarguras que ela dispõe.

Outro aspecto importante que merece destaque ao abordamos sobre a medicalização é em relação aos interesses financeiros que os medicamentos possuem para as indústrias farmacêuticas de modo geral. Trata-se aqui de uma realidade aonde os diagnósticos são estimulados para que mais remédios venham a ser adquiridos e assim a roda da fortuna das indústrias de psicofármacos continue girando.

Esta é, segundo Facci, Mezari, Leonardo e Urt (2017), a prova de que estamos vivendo uma realidade onde tudo está sendo entregue a lógica do capital e nesse sentido, destaca-se a indústria farmacêutica como sendo um dos empreendimentos mais lucrativos a custa da saúde e do bem estar da população. Logo, a fim de atender aos interesses mercantis do capital a vida acaba sendo medicalizada.

Cabe deixar claro então que há um namoro da medicina com a indústria farmacêutica cujo resultado é fazer com que as pessoas acreditem que o remédio é a cura para todos os males. É uma paleta de opções para todo e qualquer problema que possa acometer o ser humano. Isso está claramente presente no discurso médico, que ao passo em que é patológico e medicalizante é classista e sintonizado com a lógica do capital.

A este respeito, Meira (2012) nos traz uma contribuição importante ao apontar que

A indústria farmacêutica tem ocupado atualmente lugar central na economia capitalista porque tem sido capaz de utilizar de forma eficiente concepções equivocadas amplamente enraizadas no senso comum sobre doença e doença mental, alimentando o “sonho” de resolução de todos os problemas por meio do controle psicofarmacológico dos comportamentos humanos (MEIRA, 2012, p. 90).

Desse modo, é importante compreender que as indústrias farmacêuticas estão estreitamente alinhadas com a lógica da medicalização da vida. Para termos uma ideia mais clara de como se dá essa relação profícua entre as indústrias farmacêuticas e a medicina, Moysés e Collares (2012) nos esclarecem que

O faturamento anual da indústria farmacêutica no Brasil chega a R\$ 28 bilhões, 30% dos quais são destinados ao “marketing”, que inclui brindes, jantares, passagens para congressos, sempre gratuitos, para médicos selecionados. Como é feita a seleção? Aqueles que mais prescrevem os medicamentos da indústria em questão. E como a indústria sabe? Simples: negocia cópias das receitas médicas com a farmácia (MOYSÉS; COLLARES, 2012, p.137).

Dessa forma, fica evidente para nós o poder que exerce o mercado farmacêutico em nossa sociedade, pois a cada nova doença descoberta pela medicina, à indústria farmacêutica lança uma variedade de soluções medicamentosas para combatê-las. Isso significa dizer que até o adoecimento dentro da sociedade capitalista é uma grande fonte de lucros aos detentores do capital.

Isso fica claro nas falas de Facci; Mezzari; Leonardo e Urt (2017) ao afirmarem que

A própria Medicina, com a colaboração das indústrias farmacêuticas, cria a demanda pelos seus serviços, fazendo com que as pessoas vejam no remédio a cura para todos os males, desde a tristeza até os problemas de aprendizagem e de comportamentos inadequados. (FACCI; MEZZARI; LEONARDO; URT, 2017, p. 109).

Diante de tal cenário, cabe a nós nos posicionarmos contra a medicalização da educação, sendo necessário para isso o rompimento com a lógica individualizante que propaga uma ideia de que a culpa do adoecimento é do próprio indivíduo. Nesse sentido, é

necessário considerarmos os fatores sociais e políticos, oriundos de uma luta de classes, para termos uma maior clareza do real cenário no qual os professores estão inseridos, no qual, ao passo em são acometidos pelo adoecimento, tende a serem conseqüentemente conduzidos para um movimento de medicalização.

Desse modo, defendemos aqui, a posição de Facci, Mezari, Leonardo e Urt (2017), ao destacarem que “a medicalização no contexto escolar precisa ser analisada sob a ótica de questões sociais mais amplas.” (FACCI; MEZARI; LEONARDO; URT, 2017, p.111). Isso significa dizer que “a medicalização é uma produção da sociedade burguesa a qual estamos inseridos.” (FACCI; MEZARI; LEONARDO; URT, 2017, p.112).

Diante de tal cenário, consideramos fundamental trazer o importante papel que representa os sindicatos nesse processo, como um espaço de discussão coletiva de defesa dos trabalhadores da educação, de luta pelos seus direitos, de amparo e acolhimento a todos os docentes que sentem dificuldades em conseguir o afastamento ou o remanejamento em casos de adoecimento, dentre várias outras ações políticas importantes, que em muitos momentos são protagonizadas nas ruas e que só nos provam o quanto a figura do sindicato é importante e o quão importante é que os professores estejam aliados em seus sindicatos locais e/ou estaduais.

4. METODOLOGIA DAS ENTREVISTAS COM OS PROFESSORES

Nada é Impossível de Mudar

Desconfiai do mais trivial na aparência singelo.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

Suplicamos expressamente:

não aceiteis o que é de hábito como coisa natural.

Pois em tempo de desordem sangrenta,

de confusão organizada,

de arbitrariedade consciente,

de humanidade desumanizada,

nada deve parecer natural.

Nada deve parecer impossível de mudar.

(Bertold Brecht)

Neste capítulo apresentam-se os caminhos metodológicos percorridos, baseado nas entrevistas realizadas com os professores das escolas estaduais da cidade de Santo Antônio de Pádua/RJ. Primeiramente, cabe apontar que esta dissertação caracteriza-se como um trabalho com base metodológica de caráter exploratório-descritivo e é pautado nessa metodologia que desenvolvemos as pesquisas por meio de análise de conteúdo (BARDIN, 1977), baseado em um estudo de caráter quantitativo e qualitativo de análise dos dados. Enquanto a abordagem quantitativa visa enriquecer a pesquisa, com o maior número de professores alcançados, a abordagem qualitativa tem o objetivo de fornecer uma visão mais específica da percepção dos professores sobre sua realidade profissional.

Cabe apontar ainda que toda a pesquisa apresentada neste trabalho é baseada na fundamentação epistemológica do materialismo histórico e dialético. Optamos por esse posicionamento teórico por ser um método que se fundamenta na dialética da realidade, isto é, partindo de uma concepção materialista da realidade, buscando interpretar os fenômenos sociais a partir de uma lente dialética que visa desvelar aquilo que está por detrás da aparência, ou seja, o caráter conflitivo, dinâmico e histórico da realidade (FRIGOTTO, 1991).

Além disso, outro grande motivo para considerar esse método o mais adequado para ser aplicado na pesquisa é o dinamismo da *práxis* transformadora da realidade, intrínseco ao método, caracterizando-se por enxergar os homens como agentes históricos, visando à

superação da realidade em que estamos inseridos e a construção de outro modelo mais sofisticado de sociedade.

De modo geral, sendo esse um método que leva em consideração a realidade da luta de classes na qual todos fazemos parte e que visa superar o senso comum e a maneira de pensar dominante, investindo em um projeto de transformação da realidade, já se faz por tais motivos adequado e valoroso de ser utilizado nessa pesquisa.

No que se refere à pesquisa, a mesma foi realizada por meio de um questionário eletrônico, que pode ser conferido na íntegra, na sessão dos anexos, ao final do trabalho. O questionário foi enviado por email e Whatsapp para 80 professores (as) das seis escolas estaduais do município de Santo Antônio de Pádua/RJ e foi respondido por 31 participantes.

Optamos por desenvolver questionários eletrônicos, por considerarmos que assim, haveria uma maior adesão dos professores, haja vista que levamos em conta a realidade dos docentes das escolas estaduais, de possuírem mais de um vínculo de trabalho. Nesse sentido, entendemos que a maioria significativa dos docentes, vivem se desdobrando em mais de uma escola, geralmente em cidades diferentes, para poderem trabalhar, considerando ainda que nem sempre a (s) escola (s) que eles trabalham localiza-se exatamente na cidade em que eles moram. Por essas razões, optamos pelo questionário eletrônico, pois assim os docentes teriam a possibilidade de participarem da pesquisa em um momento no qual estivessem em seu tempo livre, em um final de semana, por exemplo.

Outro ponto importante a ser mencionado é o fato de termos escolhido as escolas estaduais como palco para investigação, em detrimento das Escolas municipais e/ou particulares. Tal escolha se deu em função de alguns motivos específicos. O primeiro deles, é que ainda na fase de elaboração do pré-projeto, foram feitas algumas entrevistas com professores de duas escolas municipais sobre o tema em questão, em caráter introdutório, a fim de ajudar na construção do pré-projeto. Todavia, durante aquele período, foi notada uma grande dificuldade por parte dos professores de se sentirem confortáveis e de contribuírem trazendo elementos que elucidassem e validassem a pesquisa, baseado em medos do tipo: “e se essa entrevista chegar ao conhecimento da Secretaria de Educação?”; “e se a diretora da minha escola tomar implicância comigo por ter contribuído com a pesquisa?” etc.

Nesse sentido, quando fomos de fato implementar a pesquisa nas escolas, optamos pelas Estaduais, para não correremos o risco de uma baixa aderência dos professores em relação a pesquisa.

O segundo motivo, é que o fenômeno do fechamento das escolas Estaduais pelo

governo do Estado do Rio de Janeiro, sobretudo a partir do ano de 2017, nos instigou a dedicar o nosso olhar sobre essas escolas. Pois com o fechamento de muitas escolas do Estado, interpretamos que as salas de aula passariam por um processo de superlotação dos alunos, conforme pôde se confirmar na fala dos próprios professores ao longo da pesquisa, isso intensifica ainda mais o processo de precarização, portanto é um grande palco para investigação.

Cabe considerar também que com o fechamento das escolas Estaduais, houve ainda um processo de remanejamento de muitos professores para escolas de localidades mais distantes de suas residências, geralmente em outras cidades, ou zonas rurais de difícil acesso, ficando ainda mais difícil para os mesmos conciliarem seus vínculos empregatícios ou simplesmente fechar a sua carga horária de trabalho.

Além disso, levamos em consideração também a política de atrasos/ parcelamentos dos salários dos servidores, bem como a relação professor aluno confrontativa e por vezes violenta presentes tanto no 2º segmento do ensino fundamental quanto no ensino médio. Compreendemos que tudo isso gera um cenário propício para o adoecimento e consequente uso abusivo e pouco consciente de medicamentos controlados, por isso nosso critério em se inserir nesse espaço e procurar entender, juntamente com os sujeitos envolvidos na pesquisa, a saber, os professores, como se desencadeiam os processos de adoecimento oriundos da precarização do trabalho.

Em relação às escolas, destacamos que o município de Santo Antônio de Pádua possui seis escolas Estaduais, sendo quatro localizadas dentro da cidade, uma no distrito de Boa Nova e a outra no distrito de Santa Cruz. Os nomes e endereços das respectivas escolas são: Colégio Estadual Rui Guimarães de Almeida, situado na Rua Nilo Peçanha, bairro Chácara; Colégio Estadual Doutor Leonel Homem da Costa, situado na Rua Ary Andrade Brum, nº 5, no bairro Ferreira; Colégio Estadual Almirante Barão de Tefé, situado na Praça Pereira Lima, nº106, centro; Colégio Estadual Pedro Batista de Souza, localizado no bairro Santa Luzia, nº 186; o Colégio Estadual João Mauricio Brum, situado na zona rural, na rua Idalino de Souza Maia, distrito de Boa Nova e o Colégio Estadual Sítio Boa União, também considerado de zona rural, localizado no distrito de Santa Cruz.

Na realização da pesquisa, percorremos todas essas escolas, em dias aleatórios e em diferentes turnos do dia, passando primeiramente pela direção escolar, a fim de explicar a importância da mesma e assim conseguimos a permissão dos (as) diretores (as) para abordarmos os professores pessoalmente e poder convidá-los para participar da pesquisa.

Nossa estratégia foi reunir, sempre na hora do recreio o maior número de professores presentes na escola naquele momento e assim apresenta-los a importância do projeto sempre com o máximo de seriedade e humildade na apresentação. Desse modo, conseguimos colher dos docentes os seus contatos de telefone que depois vieram a fazer parte de um grupo no *whatsapp*, intitulado “Pesquisa Mestrado UFF”, aonde foi lançado o questionário eletrônico criado por meio da ferramenta do Google doc.

Em relação ao Colégio Estadual Almirante Barão de Tefé, houve uma especificidade, pois além de colher os telefones com os professores, conseguimos uma abertura maior da direção da escola, que nos ofereceu uma lista com os contatos de telefone e *e-mail* de muitos professores que trabalhavam na escola, mas que não estavam presentes na hora da minha abordagem direta.

Desse modo, decidimos realizar uma abordagem indireta com esses professores, encaminhando-os *e-mails* de apresentação da pesquisa, seguida do questionário eletrônico e incluindo-os no grupo do *whatsapp*, aonde também foi realizada uma explicação geral de ratificação da importância da pesquisa.

É importante relatar que a abordagem via *e-mail* não surtiu o efeito esperado, pois por este canal não recebemos nenhum retorno dos professores. É fato também que muitos professores ao serem adicionados no grupo do *whatsapp*, saíram sem dar justificativa, supostamente por não aparentarem interesse na pesquisa. Por fim, a pesquisa se limitou a 31 participações.

O tempo que deixamos a pesquisa em aberto para a participação dos docentes se restringiu a um período de dois meses, que foi de 01 de outubro até o dia 30 de novembro do ano de 2019. Resolvemos não estender o prazo de participação por um motivo que nos sobreveio, que é a publicação da pesquisa em capítulo de livro, a convite da prof^a dr^a Marilda Gonçalves Dias Facci, membra da banca de qualificação e defesa desta pesquisa em questão. Portanto, a fim de cumprir o prazo de entrega do capítulo (entregue na segunda semana de dezembro de 2019), resolvemos encerrar a participação da pesquisa aos professores no término de novembro do mesmo ano.

A esse respeito, cabe apontar ainda que ao longo desses dois meses, reencaminhamos sucessivas vezes o questionário no grupo, acompanhado de uma breve explicação da importância da participação dos docentes no mesmo. No entanto, no final do segundo mês, já não havia adesão dos professores igual no primeiro, sendo este outro motivo para resolvermos finalizar as participações nas entrevistas no último dia do mês de novembro de

2019.

Outro ponto interessante de ser mencionado, é que após a participação dos professores no questionário eletrônico, e até mesmo muitos dos que não participaram, uma quantidade expressiva de contatos adicionados permaneceram no grupo do *whattzapp* criado. Resolvemos não excluir o grupo após o encerramento da pesquisa, pois consideramos que ele poderia ser um eficiente canal de comunicação com os professores, uma vez que o nosso desejo sempre foi, após a defesa do trabalho, encaminhar para os docentes o resultado final, pois julgamos importante esse retorno para os professores participantes além de ser uma forma de agradecimento por terem se disponibilizado a participarem da pesquisa.

Tendo feito esse panorama geral, nos dedicaremos agora em apresentar os dados da pesquisa realizada. Este é o momento do trabalho em que apresentaremos as respostas dadas pelos participantes já categorizadas via análise de conteúdo, que consiste nas seguintes etapas de análise dos dados: a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 1977).

4.2 Exposição dos dados

Antes de apresentar os dados, consideramos fundamental destacar que essa pesquisa realizada foi adaptada e enviada para ser publicada como capítulo de um livro digital (*e-book*). O envio do capítulo para a organizadora ocorreu no mês de novembro do ano de 2019 e o lançamento do livro se dará no ano de 2020, em um prazo ainda indeterminado.

É importante enfatizar isso, para deixar bem claro que todos os dados apresentados aqui, bem como toda a análise realizada e que será exposta nessa parte do nosso trabalho, foram encaminhados para o capítulo do livro.

Sentimo-nos extremamente à vontade para grifar de negrito e/ou itálico e sublinhar na pesquisa, os dados e as informações que julgamos mais importantes. Além de consideramos uma ferramenta didática, isso poderá ajudar o leitor a se situar na discussão que iremos levantar no próximo capítulo, de análise dos dados.

Nossa amostra, contou com 31 professores e professoras da educação básica estadual lotados nas seis escolas da rede do município de Santo Antônio de Pádua, região Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, configurando o seguinte perfil:

- 12,9% têm entre 21 e 30 anos, 16,1% têm entre 31 e 40 anos, **45,2% têm entre 41 e 50 anos** e 25,8% possui mais de 50 anos;

- **81% se auto declararam brancos** e 19% negros ou pardos;
- **65% são mulheres** e 35% são homens;
- Em relação à classe social, decidimos perguntar “*qual você considera que seja sua classe social?*” e a maioria considera pertencer à **classe baixa ou média baixa: 51%** (destes, uma professora disse ser “pobre”). 48% disseram pertencer à classe média;
- Sobre o tempo de magistério, a maioria dos professores atua a mais de 11 anos na educação. **39% têm entre 11 e 20 anos de carreira e 39% têm mais de 20 anos de magistério.** Apenas 22% disseram ter entre 3 e 10 anos de profissão.
- Perguntados sobre a carga horária semanal como educadores, **tivemos um número grande de professores (43%) que trabalha 40 horas semanais ou mais;** 26% trabalham entre 30 e 37 horas semanais; 23% trabalham entre 16 e 24 horas; e 10% disseram trabalhar menos de 10 horas semanais (estes especificaram se tratar da carga horária em sala de aula).

Abaixo, apresentamos as questões diretamente ligadas à precarização das condições de trabalho, ao adoecimento e à medicalização. Aqui, tivemos dois tipos de categorização: a prévia, feita em função das opções de escolha da questão fechada; e a categorização via análise de conteúdo (BARDIN, 1977) onde, após o tratamento dos dados, agrupamos os resultados em categorias de análise. A cada resultado exposto, informaremos o tipo de questão que foi apresentada aos participantes, se fechada (com múltiplas escolhas) ou se aberta (onde eles deveriam escrever a resposta em parágrafo longo ou curto). Também apresentaremos algumas respostas dadas pelo (a)s participantes, buscando interseccionar as características do (a) respondente.

Perguntamos se eles consideravam a carga de trabalho *leve, moderada* ou *pesada* e pedimos que justificassem. **42% disseram que a carga de trabalho é pesada,** e uma professora, que atua 40 horas semanais em diferentes escolas há mais de 20 anos, justificou dizendo que precisa “*trabalhar em 3 escolas e usar o tempo livre durante os dias úteis e o final de semana para planejamento e correções de prova*”. 48% consideraram moderada e 10% leve. Coincidentemente, todos que consideraram a carga horária leve ou moderada trabalham menos de 40 horas por semana. Apesar da maioria ter considerado a carga moderada, alguns reclamaram das “*muitas horas em casa preparando aulas, atividades, avaliações ou corrigindo as mesmas*”. Também nos chamou atenção que apenas uma

professora relacionou carga horária pesada à problemas de saúde nesta pergunta. Ela considerou sua carga de trabalho pesada “*devido à idade e problema crônico de coluna*” (essa professora tem entre 41 e 50 anos, tem entre 11 e 20 anos de carreira e trabalha 43 horas por semana).

Quando perguntados se consideram *possível adoecer em função das condições de trabalho*, todo (a)s a (o)s professore (a)s disseram que sim (eles tinham a opção sim, não e talvez). Pedimos, em seguida, que eles explicassem: *caso a sua resposta anterior tenha sido “sim” ou “talvez”, explique quais fatores você considera que mais provocam o adoecimento ao professor*. Cabe apontar que os professores tiveram a liberdade de pontuar quantos fatores eles quisessem para responder à pergunta. Portanto tivemos mais de uma resposta por participante. Abaixo seguem as categorias criadas a partir das 62 respostas dadas:

- a. Desgaste físico/emocional/mental/ estresse - 32% das respostas;
- b. Jornada extensiva de trabalho - 18% das respostas;
- c. Falta de respeito/ indisciplina dos alunos -18%;
- d. Desvalorização Salarial - 15%
- e. Falta de recursos na escola - 6%
- f. Turmas superlotadas - 5%
- g. Despreparo da direção - 5%
- h. Famílias “desestruturadas” dos alunos – 2%

Em seguida, **foi perguntado se já haviam ficado doentes em função das condições de trabalho docente**. A esse respeito, **81% responderam sim (25 professores)** e 19% responderam que não. Aos que responderam sim, pedimos que assinalassem quantas opções quisessem de uma lista de problemas de saúde que podem acometer os profissionais de educação atualmente. Nos baseamos em recentes pesquisas sobre saúde docente para compor tal lista (CORTEZ *et al*, 2017; KOGA *et al*, 2015). Os 25 respondentes assinalaram em média 3,8 problemas de saúde (assinalaram um total de 96 problemas), mesclando questões de saúde física e mental.

Uma professora branca, entre 41 e 50 anos, com mais de 20 anos de magistério e 42 horas semanais de carga horária de trabalho, disse ser acometida por sete problemas da nossa lista: “Depressão; Ansiedade; Crise de pânico; Problemas respiratórios; Problemas de pressão arterial; Dores na coluna e Distúrbios do sono”.

Chamou-nos atenção o percentual alto de professores que indicaram sofrer de problemas de saúde mental como ansiedade, depressão e crise de pânico. Assim, apresentamos abaixo o percentual de professores que indicaram sofrerem desses e de outros males.

Problemas envolvendo saúde mental/ emocional:

- i. **72% (18 de 25 professores) indicaram ansiedade** como um problema decorrente das condições de trabalho docente;
- ii) 36% (9 de 25) dos professores indicaram sofrer de crise de pânico;
- iii) 28% (7 de 25 professores) indicaram sofrer de depressão;
- iv) 16% (4 de 25) dos professores disseram ter burnout ou estafa;

Problemas envolvendo saúde física:

- v) **48% (12 de 25 professores) disseram sofrer distúrbios no sono**;
- vi) 44% (11 de 25) disseram ter dores de cabeça recorrentes;
- vii) Também 44% (11 de 25) disseram sofrer de dores na coluna;
- viii) 36% (9 de 25) disseram sofrer distúrbios vocais;
- ix) 24% (6 de 25) disseram ter problemas de pressão arterial;
- x) 20% (5 de 25) afirmaram sofrer de artrite/artrose ou tendinite; e
- xi) 16% (4 de 25) afirmaram ter problemas respiratórios.

Apesar de a maioria afirmar ter adoecido em função do trabalho, 74% responderam que nunca solicitaram afastamento. Somente 26% (8 de 31 professores) disseram terem *solicitado afastamento em função do adoecimento pelas condições de trabalho*. Destes, todos disseram terem conseguido a licença, dos quais: três responderam que se afastaram apenas uma vez; quatro responderam duas vezes e uma professora disse ter se afastado “*muitas vezes*”.

Sobre uso de psicofármacos, perguntamos: *você já fez ou faz uso de algum psicofármaco para trabalhar?* 68% afirmaram que não e **32 % responderam que sim**. Em

seguida, perguntamos aos que responderam sim, *qual (is) medicamento (s) fazem ou já fizeram uso*. Como a questão era aberta, tivemos respostas específicas (o nome comercial ou o princípio ativo do medicamento e a indicação do mesmo). Todos os medicamentos citados são usados para tratamento de depressão, ansiedade ou ambas. Abaixo, listamos as respostas dadas:

- quatro professores disseram tomar Rivotril ou Clonazepam. Outro professor disse tomar Alprazolam, ambos medicamentos indicados para ansiedade;
- duas respostas para antidepressivos não especificados; duas respostas para Paroxetina, uma resposta para Citalopram e uma resposta para Venlafaxina, todos remédios indicados para depressão, segundo a bula destes.

Perguntamos se eles consideram que o uso de psicofármacos os ajuda (ou ajudou) a lidar com o cotidiano de trabalho. 39% consideram que sim e explicaram. Trouxemos algumas respostas na íntegra:

“Em algumas situações me mantém mais no controle das minhas emoções” (Professora branca, entre 31 e 40 anos, com 11 a 20 anos de magistério, 39 horas semanais de carga horária. Disse sofrer de *burnout*, crise de pânico e ansiedade e fazer uso de Paroxetina e Clonazepam).

“Para algumas situações o uso de psicofármacos é uma solução viável” (Professora negra, entre 21 e 30 anos, com 3 a 10 anos de magistério, 16 horas semanais de carga horária. Disse sofrer de ansiedade e distúrbios vocais. Não faz uso de psicofármacos).

“Passei a dormir melhor, não deixando a preocupação com as tarefas do dia seguinte (o que me causa crise de ansiedade) me tirar o sono” (Professora branca, entre 41 e 50 anos, com 11 a 20 anos de magistério, 40 horas semanais de carga horária. Disse sofrer de depressão, ansiedade, crise de pânico, dores de cabeça recorrentes, distúrbios do sono e tendinites. Faz uso de Paroxetina e Alprazolam).

Nos interessou saber ainda como os docentes vêem a relação entre as mudanças políticas e econômicas que têm ocorrido no país e os impactos destas nas suas carreiras e saúde. **Todos consideraram que as mudanças trazem impactos, na maioria das vezes negativos, para a carreira docente e para a educação pública.** As falas se concentraram nas seguintes questões: desvalorização salarial (falta de reajuste e de plano de carreira, por exemplo); reforma da previdência (preocupação com o aumento da idade mínima para

aposentadoria); descontinuidade de políticas públicas em educação (que refletiria o desinteresse do Estado na formação das camadas mais pobres, por exemplo).

Quanto ao *impacto das mudanças políticas e econômicas na saúde* deles, apenas dois professores acreditam que as mudanças não trazem impactos para a saúde. Os demais responderam da seguinte maneira: 11 professores apontaram que as mudanças políticas e econômicas podem ser prejudiciais a saúde, pois geram incertezas e/ou ansiedade sobre as futuras condições de trabalho; 8 responderam que eleva o nível de estresse ou gera desgaste físico e/ou mental; 5 consideraram que o impacto na desvalorização salarial causa adoecimento; dois consideraram danoso à saúde a extensa jornada de trabalho; dois reclamaram da desvalorização social do professor; e um professor demonstrou preocupação com a perda de autonomia do professor.

Por fim, finalizamos o questionário, provocando os participantes a nos darem uma sugestão de alguma (s) proposta (s) para resolver a questão do adoecimento docente. Dos 31 entrevistados, 27 apresentaram algumas possíveis soluções a respeito do tema em questão. Das respostas que obtivemos 11 apontaram que para revolver a questão é necessário mais reconhecimento da profissão docente, isto é, uma maior valorização social da figura do professor, enquanto 9 participantes destacaram a implementação de melhores condições de trabalho, 7 elencaram a valorização salarial, duas respostas apontaram a diminuição da jornada de trabalho, outras duas evidenciaram que seria necessário resolver a questão da superlotação de alunos por turmas, e 8 participantes deram outras respostas.

Ao final deste trabalho, em anexo, será disponibilizado o questionário eletrônico com todas as perguntas na íntegra, para a análise e apreciação do leitor. Tendo feito essa importante exposição dos dados, cabe apontar que no próximo capítulo, iremos apresentar uma análise crítica a respeito dos mesmos, a fim de com isso, levantarmos importantes reflexões a respeito do tema em questão, além de desenvolver uma avaliação se os dados colhidos estão de acordo com toda a discussão teórica levantada até aqui.

5. ANÁLISE DOS DADOS

*Se você nunca se uniu aos oprimidos,
Ainda dá tempo,
Dê a mão.*

(Rupi Kaur)

De modo geral, o caminho traçado para o desenvolvimento dessa análise, baseado nos resultados obtidos com a pesquisa apresentada, deixa claro para nós alguns aspectos muito importantes a respeito do tema em questão, que merecem ser refletidos. Por isso a importância desse capítulo, a significar um momento de privilegiar alguns pontos que na pesquisa consideramos que merece destaque e a partir de então promover discussões que consideramos muito caras sobre o tema em questão.

O primeiro ponto a ser destacado é a porcentagem de 81% de professores que se autodeclararam brancos em detrimento de 19% que se de autodeclararam pretos ou pardos. Isso confirma um dado da realidade de que a maioria dos professores que atuam na educação básica em cargos públicos no Brasil é branca (IPEA, 2017)³⁵, embora a população que se autodeclara negra represente 56% da população brasileira, segundo dados do IBGE (2019)³⁶.

Essa informação revela para nós como nossa sociedade ainda é regida pelos marcos da desigualdade social, possibilitando que os brancos em detrimentos dos negros assumam a maioria dos cargos públicos para docentes da educação básica, ratificando nossa compreensão de uma sociedade desigual, onde as oportunidades não são dadas da mesma maneira para todos e absolutamente classista.

Nesse sentido, destacamos a importância de se militar por políticas de ações afirmativas, com o objetivo de corrigir o abismo social em que ainda se encontram brancos e negros em nossa sociedade, e desse modo, promover mais equalização social.

Outro ponto de destaque é de que 65% dos entrevistados são mulheres enquanto 35% são homens, confirmando outro dado da realidade de que as mulheres são maioria entre a categoria docente no Brasil. Segundo dados do Censo Escolar 2018, 80% dos 2,2 milhões de

³⁵ Link: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30449 Último acesso: 29/03/2020

³⁶ Link: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/11/20/consciencia-negra-numeros-brasil/> Último acesso: 29/03/2020

docentes que atuam na educação básica brasileira são do sexo feminino, segundo dados do Censo Escolar 2018.³⁷

Isso traz para nós um elemento importante da sociedade brasileira, de que as mulheres são a grande maioria entre a categoria de professores no Brasil. Isso se dá, segundo Vianna (2002) por fatores sociais, culturais e históricos que levaram ao longo do século XX a docência a assumir um caráter eminentemente feminino, em especial na educação básica. Quando levamos em consideração, a conjuntura social de desvalorização da mulher, no mercado de trabalho, que por sua vez, ocupa os cargos de menor prestígio na sociedade (O Globo, 2017)³⁸ e até quando exerce a mesma função, geralmente ganha um salário inferior³⁹, somos instigados a levantar a hipótese de que talvez a desvalorização do professor docente seja atravessada também pelos marcos da desigualdade de gênero. Diante disso, cabe a nós levantarmos a seguinte pergunta: se socialmente os homens ocupassem a expressiva maioria dos postos de trabalho de professores ao redor do país, será que o aviltamento no salário seria o mesmo dos dias atuais?

O que deve ficar claro para nós, é que o mercado de trabalho não se propõe a ser uma entidade neutra, portanto as relações de gênero constituem a base da organização do trabalho e da produção. (CARRASCO, 1999). Sendo fundamental nesse sentido, que discussões de gênero sejam realizadas constantemente em nossa sociedade, para que os determinantes de tal desigualdade sejam superados.

Quando perguntados *qual você considera que seja sua classe social*, cabe apontar que 51% dos participantes se reconheceram como classe baixa (destes, uma professora disse ser “pobre”) enquanto 48% afirmaram ser da classe média. Isso representa para nós um elemento importante, de que a maioria dos professores entrevistados ao se enxergarem como pertencentes à camada pobre da sociedade apresentam uma insatisfação quanto a sua remuneração salarial. Nesse sentido, cabe trazer um dado importante a respeito da remuneração salarial dos professores, baseada em uma pesquisa realizada pela OCDE (2015)⁴⁰ que aponta que os professores brasileiros estão na lista dos mais mal remunerados do mundo. Outro elemento é adicionado a esta realidade, quando consideramos que além dos

³⁷ Link: <http://fundacaotelefonica.org.br/noticias/80-dos-docentes-da-educacao-basica-brasileira-sao-mulheres/> Último acesso: 29/03/2020

³⁸ Link: <https://oglobo.globo.com/economia/mulheres-estao-em-apenas-37-dos-cargos-de-chefia-nas-empresas-21013908> Último acesso: 29/03/2020

³⁹ Link: <https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/columnistas/noticias/mesmo-com-maior-grau-de-escolaridade-mulheres-ganham-menos-que-homens/> Último acesso: 29/03/2020

⁴⁰ Link: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/04/professores-no-brasil-estao-entre-mais-mal-pagos-em-ranking-internacional.html> Último acesso: 30/03/2020

professores brasileiros serem extremamente mal remunerados em comparação com a maioria dos países do mundo, cabe destacar também que o Estado do Rio de Janeiro contribui para a desvalorização da categoria, uma vez que os mesmos estão sem reajuste salarial há um pouco mais de cinco anos⁴¹.

Talvez seja por essa razão, que foi possível constatar também na pesquisa o percentual de 43% dos professores entrevistados trabalhando 40 horas semanais; enquanto 26% trabalham entre 30 e 37 horas semanais; 23% trabalham entre 16 e 24 horas e 10% disseram trabalhar menos de 10 horas semanais.

Acreditamos que a grande maioria dos entrevistados, que trabalha um percentual de horas maior, representa uma parcela expressiva de professores ao redor do Brasil que, quando tem a oportunidade, se desdobram trabalhando com uma carga horária de 40 horas ou mais semanalmente, assumindo até mesmo três, quatro ou mais vínculos empregatícios para com isso tentar compensar a política de desvalorização salarial que impera no Brasil e que recai sobre eles, com pagamentos irrisórios de salários.

Outra questão importante para se destacar, quando nos referimos à questão salarial, é que, além do salário dos docentes da rede estadual ser bastante defasado, com uma necessidade de reajuste que já perdura por mais de cinco anos, como já apontamos, outro ponto se faz notório, que é a política do Governo do Estado do Rio de Janeiro de parcelamento dos salários⁴² e do décimo terceiro⁴³, baseado em uma suposta crise econômica no Estado do Rio anunciada no ano de 2014⁴⁴, configurando mais um elemento que se soma a conjuntura de precarização e desvalorização dos professores.

Ao serem perguntados se eles consideravam ser *possível adoecer em função das condições de trabalho*, todos (as) os (as) participantes responderam que sim (de três opções de respostas possíveis, sim, não ou talvez). Para os participantes que respondessem sim ou talvez, havia uma continuação da pergunta em seguida: *caso a sua resposta anterior tenha sido “sim” ou “talvez”, explique quais fatores você considera que mais provocam o adoecimento ao professor*. Partindo do pressuposto de que eles podiam elencar quantas respostas quisessem, tivemos das 62 respostas dadas, 32% afirmando que os principais

⁴¹ Link: <https://extra.globo.com/emprego/servidor-publico/estado-sem-reajuste-ha-cinco-anos-servidores-estao-com-defasagem-salarial-de-30-23734645.html> Último acesso: 30/03/2020

⁴² Link: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/salario-de-janeiro-dos-servidores-do-rj-sera-parcelado-em-seis-parcelas.ghtml> Último acesso: 30/03/2020

⁴³ Link: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/governo-do-rj-anuncia-pagamento-do-13-salario-atrasado-para-parte-do-funcionalismo.ghtml> Último acesso: 30/03/2020

⁴⁴ Link: <https://infograficos.oglobo.globo.com/rio/linha-do-tempo-da-crise-no-rio.html> Último acesso: 30/03/2020

fatores que eles consideram que promovem o adoecimento docente são: desgaste físico/emocional/mental/estresse, enquanto a jornada extensiva de trabalho foi lembrada por 18% dos participantes empatando com outro fator importante, que é a falta de respeito/indisciplina dos alunos, sendo tais fatores mais citados do que a própria desvalorização salarial, que por sua vez, foi mencionada por apenas 15% dos professores. Isso nos revela algumas questões muito importantes de serem analisadas: A primeira é que ao responderem com uma preponderância de 32% que o desgaste físico/emocional/mental/estresse é o maior responsável pelo adoecimento, fica claro para nós como o sofrimento emocional e mental, por meio do estresse; da ansiedade; da baixa autoestima; da depressão; dentre outros estressores psíquicos, tem feito parte da realidade da vida de muitos professores.

Ainda sobre essa questão, cabe relacionar esses dados com outro elemento importante apresentado na pesquisa, de que 72% (18 de 25 professores) indicaram sofrer ou já terem sofrido de ansiedade; enquanto 36% (9 de 25) dos professores indicaram sofrer ou já terem sofrido de crise de pânico; enquanto 28% (7 de 25 professores) indicaram sofrer ou já terem sofrido de depressão e 16% (4 de 25 professores) afirmaram sofrer ou já terem sofrido de *burnout* ou estafa, em função de questões relacionadas ao trabalho.

Esses dados nos saltam aos olhos mais uma vez de como o adoecimento mental e emocional é um problema incidente entre a categoria docente, portanto, diante de tal cenário, consideramos ser fundamental que discussões coletivas sejam realizadas com os professores da educação básica, de diferentes maneiras possíveis, como por meio de cursos de formação continuada; ou cursos de capacitação; assim como: palestras, debates e qualquer outra ferramenta de discussão que leve esses professores a interagirem entre si e a falarem mais sobre esses problemas, que via de regra, acabam sendo um grande tabu dentro dos espaços escolares.

O que não pode continuar acontecendo são casos de depressão e ansiedade, sendo encarados, nos espaços escolares, inclusive pelos próprios colegas, como uma frescura, encenação, exagero, preguiça de trabalhar etc., sem levar em conta que problemas de ordem emocional e mental, são tão legítimos quanto os problemas físicos e, portanto devem ser encarados com seriedade, respeito e alteridade pelos demais.

Essa realidade fica ainda mais clara para nós, em uma esfera maior, se levarmos em consideração uma pesquisa realizada pela empresa Nova Escola no ano de 2019 com 5 mil professores de todo o Brasil, ao revelar que 60% deles, sofre com problemas de ansiedade e

estresse.⁴⁵ Esse dado dialoga com um levantamento feito em São Paulo capital no ano de 2018, que revelou que 22 mil professores foram afastados por problemas mentais, somente no referido ano. Entre os que apresentaram estresse, depressão, ansiedade e síndrome do pânico, o levantamento apontou 62 afastamentos por dia.⁴⁶

Esse panorama apresentado, em consonância com a grande incidência de relatos nas entrevistas, de professores, que já passaram pela experiência de adoecimento de ordem emocional e/ou mental ao longo de sua trajetória docente, ratifica para nós como é urgente que se invista em políticas públicas de cuidado e tratamento da saúde emocional e mental de nossos professores.

Ainda sobre essa questão, é importante relatar que muitos dos problemas como dores de cabeça, problemas na pressão arterial, problemas respiratórios, dentre outros, no qual, também tivemos na pesquisa professores relatando sofrer ou já terem sofrido desses males, podem ser em muitos casos um desdobramento de problemas relacionados à ansiedade, ao estresse e a depressão etc.

Outro grande elemento apresentado na pesquisa foi o marco de 81% dos participantes responderem que já adoeceram em função das condições do trabalho. Isso significa um número de 25 professores de 31 que participaram da entrevista. Consideramos essa quantidade muito expressiva, e nenhum momento podemos naturaliza-la, avaliando como algo normal ou simplesmente culpabilizar os professores pelo seu adoecimento.

Esse dado levantado, ao trazer uma incidência tão grande de professores admitindo já terem ficado doentes por questões ligadas ao trabalho, nos mostram o quanto as relações de trabalho permeiam a vida dos professores, podendo provocar uma série de adoecimentos, afastando-o de seu propósito dentro do espaço escolar, que é a transmissão de conhecimento e a produção de humanidade, por meio de sua relação com os alunos. (SAVIANI, 2003). Nesse sentido, cabe a nós apontar que não há soluções mágicas e imediatas para o problema, mas deve-se priorizar o combate à invisibilidade que atinge tais professores.

Pode-se depreender, portanto, que urge a necessidade de serem implementadas políticas públicas de valorização social do trabalho docente, que deve estar relacionada com o acesso a uma infraestrutura digna de trabalho, com salários justos e proporcionais a carga horária trabalhada, materiais didáticos de qualidade, dentre uma série de outras medidas

⁴⁵ Link: <https://novaescola.org.br/conteudo/17037/como-promover-a-saude-mental-do-docente> Último acesso: 30/03/2020

⁴⁶ Link: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2019/06/educacao-tem-62-afastamentos-por-transtorno-mental-ao-dia.shtml> Último acesso: 30/03/2020

sociais, de estímulo e valorização da profissão.

É baseado nessa perspectiva, que somos contra a naturalização da política da reciclagem de materiais didáticos nas escolas, inclusive muito valorizada pelo governo federal, que estimula o professor a “fazer muito do pouco”, isto é, exercitar sua criatividade, bem à moda das competências e habilidades, tão enfatizadas nos documentos assinados pelos Organismos Internacionais, para criar recursos didáticos para os alunos, com o menor custo possível.

Quando naturalizamos esse tipo de política da reciclagem de materiais didáticos para os alunos da escola pública, estamos, de certo modo, sendo coniventes com o escamoteamento das desigualdades que perpassam os espaços escolares, que nega aos nossos alunos e professores o direito de terem acesso aos melhores recursos didáticos, tecnológicos e pedagógicos, que deveriam estar disponíveis em todas as escolas do Brasil, para todos os alunos, independente de qual classe social ele pertença. Portanto não somos de acordo com a perspectiva de fazer “milagre” com o mínimo dentro dos espaços escolares e sim que mais recursos sejam investidos na educação pública para que nossos alunos tenham acesso a materiais de qualidade.

Diante desse ponto, consideramos que enquanto em nosso país, continuar sendo uma terra de fértil naturalização dos privilégios exacerbados daqueles que detém o poder legislativo, executivo e judiciário, como por exemplo, parlamentares que recebem um teto acima de 30 mil por mês, somados a uma série de auxílios, como o auxílio moradia de mais de 4 mil, e mais de 30 mil mensais para gastar com alimentação e outras despesas⁴⁷, ou por exemplo, o privilégio concedido a uma “casta” de juízes, que recebem salários acima de 20 mil, mais uma série de benefícios extras, como auxílio-saúde, auxílio-alimentação, auxílio-moradia⁴⁸, dentre outros, cujo valor varia muito, de acordo com a comarca em que trabalham, a falta de recursos para a educação, bem como a precarização do trabalho e o adoecimento docente vão continuar existindo em um ciclo sem fim.

Nesse sentido, mais uma vez, trazemos Darcy Ribeiro para a discussão, para enfatizar o que ele deixou bem claro, ao apontar que a crise na educação trata-se de um projeto,

⁴⁷ Link: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/valor-pago-para-auxilio-paleta-daria-para-sustentar-17-mil-familias/> Último acesso: 31/03/2020 Link: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/sete-beneficios-que-os-politicos-usam-para-engordar-o-salario-dusb7bl2fuooe7bmyjglxwh7j/> Último acesso: 31/03/2020

⁴⁸ Link: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/01/11/salarios-de-magistrados-em-sp-tem-reajuste-de-164-e-comecam-em-r-289-mil.ghtml> Último acesso: 31/03/2020 Link: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/seis-beneficios-que-os-juizes-recebem-que-sao-maiores-que-o-salario-do-brasileiro-5njxdsbem0j0b2a1gctkp77h/> Último acesso: 31/03/2020.

dirigido e arquitetado por aqueles que detêm o poder e os privilégios econômicos e sociais. (RIBEIRO, 2013).

Essa realidade de aviltamento e descaso com a educação no Brasil e com a profissão docente produz um cenário tétrico e degradante, de professores com múltiplas doenças ocupacionais, como o que foi apontado por uma das participantes, branca, entre 41 e 50 anos, com mais de 20 anos de magistério e com carga horária semanal de 42 horas, e que nos relatou já ter padecido de problemas como: depressão; ansiedade; crise de pânico; problemas respiratórios; problemas de pressão arterial; dores na coluna e distúrbios do sono.

Esse problema aprofunda-se ainda mais quando nos damos conta de que por mais que tenhamos tido uma maioria expressiva de participantes relatando já terem sofrido de doenças ocupacionais, 74% dos que participaram responderam nunca terem solicitado afastamento, enquanto somente 26% (8 de 31 professores) afirmaram já ter solicitado.

Com esses dados, levantamos a hipótese de que muitos professores evitam solicitar afastamento, primeiramente, pelos trâmites burocráticos que é em consegui-lo, tendo que passar por um perito ou equipe multiprofissional de peritos (médicos, psicólogos e assistentes sociais), que realizam tal atendimento quase sempre em cidades distantes e em horários reduzidos, levando nossos professores a desistirem desse direito assegurado.

Outra hipótese levantada por nós é a de que a recusa em solicitar o afastamento advém do medo de se sentirem ainda mais doentes, ao deixarem de exercer sua profissão e romper com sua rotina diária. Esse medo de ter que ficar em casa, de perder a relação com a profissão e com os colegas de trabalho, pode causar uma sensação tão desagradável a ponto de optarem por enfrentar a labuta do dia a dia, mesmo em estados de adoecimento.

Esse levantamento feito por nós, de 74% de professores que apontaram nunca terem pedido afastamento, mesmo em quadros de adoecimento, não diminui a enorme indecência de casos de afastamento de professores ao redor do país. Apenas para termos uma ideia, no ano de 2018, a cada três horas, um (a) professor (a) pediu afastamento no município do Rio de Janeiro, alegando problemas psicológicos. Isso significa que ao todo, foram concedidas 3.055 licenças para os professores ao longo do ano.⁴⁹

A respeito desta questão, cabe apontar ainda que em um período de 3 anos, 7,7 mil professores precisaram solicitar afastamento por doenças ocupacionais no Estado do Mato Grosso (MT) entre os anos de 2017 e 2019⁵⁰.

⁴⁹ Link: <https://extra.globo.com/noticias/rio/a-cada-tres-horas-um-professor-da-rede-municipal-pede-licenca-por-problemas-psicologicos-23512259.html> Último acesso: 02/04/2020

⁵⁰ Link: <https://www.rdnews.com.br/cidades/conteudos/124139> Último acesso: 02/04/2020

Além dos problemas de origem fisiológicas, emocionais e psíquicas, que levam ao afastamento do professor, Antunes (2014) chega a apontar que causas de origem ideológica (sociais), como as mudanças políticas, econômicas e sociais do país, que atravessam cotidianamente a vida de todos, também são presentes nesse contexto, promovendo a perda de esperança na educação, a falta de perspectiva de um futuro melhor, a perda de sentido no ofício de professor etc., cabendo considerar que tudo isso também promove o mal-estar, o adoecimento e as readaptações.

Isso deixa claro para nós que temos em nossas escolas hoje uma gama de professores adoecidos, com necessidade de se afastarem do trabalho para cuidar da saúde, padecendo dos mais variados tipos de sofrimentos ocupacionais, e que continuam na labuta diária, comprometendo sua saúde para dar conta do trabalho da melhor forma possível, ainda que não consigam atender todas as demandas exigidas com a qualidade que gostariam.

Esse panorama apresentado gera em muitos casos uma frustração com a profissão, levando muitos professores a não recomendarem a própria profissão para os filhos, e inclusive há aqueles que fazem o possível para saírem dela, cursando outras formações universitárias ou técnicas, para romperem com a profissão docente.

A este respeito, cabe apontar uma pesquisa realizada pelo Movimento Todos Pela Educação, ao indicar que 49% dos docentes não recomendariam a própria carreira para os mais jovens, por motivos que vão desde os baixos salários à falta de reconhecimento da profissão⁵¹.

Outros professores, quando não conseguem se desligar da profissão de vez, optam por diminuir sua jornada de trabalho, desvinculando-se de alguns contratos, dando aulas em turnos reduzidos, para se dedicarem a outra profissão, que consideram menos estressante e comprometedora para a saúde, ainda que seja de forma autônoma.

Há ainda, aqueles, dentro da própria categoria, passam a encarar o trabalho de professor como uma renda extra, bem a lógica neoliberal, como foi destaque em uma propaganda da Faculdade Anhanguera de São Paulo, protagonizada pelo apresentador Luciano Huck, cotado para ser candidato à presidência em 2018, que aparece no comercial mostrando uma frase sobre fazer uma segunda licenciatura em Formação Pedagógica. *“Torne-se professor e aumente a sua renda”*.⁵²

⁵¹ Link: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/pesquisa-mostra-que-49-dos-professores-nao-recomendam-profissao-22823861> Último acesso: 02/04/2020

⁵² Link: <https://rd1.com.br/faculdade-pede-desculpas-apos-propaganda-polemica-com-luciano-huck/> Último acesso: 02/04/2020

Essa lógica de subserviência da profissão docente à lógica do capital é um dos principais meios de desvalorização do trabalho do professor, pois dentro da sociedade capitalista, mais importa atender aos interesses do capital, do que investir em qualidade na relação professor-trabalho. Sobre esse aspecto, verifica-se um discurso de valorização da formação EAD; uma formação de professores que seja generalista, polivalente, flexível, dinâmica, criativa, provida de todas as competências e habilidades prescritas pelos Organismos Internacionais e tudo mais que o capital julgar necessário.

Baseado nesse contexto cabe apontar outra pergunta que lançamos no questionário, a saber: *se eles associam alguma relação entre as mudanças políticas e econômicas no País com impactos na sua carreira*. Sobre essa questão, tivemos todas as respostas afirmando que consideram que as mudanças trazem impactos, na maioria das vezes negativos, para a carreira docente e para a educação pública. Esse pessimismo demonstrado por todos os participantes, ao relacionarmos a sua carreira com as mudanças políticas e sociais implementadas no Brasil, deixou claro para nós uma falta de expectativa nas lideranças políticas para resolver às questões ligadas a desvalorização da categoria docente.

Em seguida aprofundamos a questão, perguntando se eles consideram que os *impactos das mudanças políticas e econômicas compromete a saúde dos professores*, e a este respeito, 29 participantes consideram que as mudanças políticas e econômicas podem sim ser prejudiciais à saúde, enquanto dois responderam que não.

Dos que responderam sim, tivemos as mais variadas argumentações, que foram desde as incertezas e/ou ansiedades geradas sobre as futuras condições de trabalho, desde a perda de autonomia do professor, mostrando para nós que a própria conjuntura política vinculada às mudanças nos rumos da educação, tem gerado um mal estar docente dentro da categoria.

E há que se dizer que não é para menos, pois o que temos visto com o governo Bolsonaro, são decisões de desvalorização total da educação pública do país, com medidas que vão desde a cortes estruturais na educação, representando perdas que chegam a 5,84 bilhões de reais em 2019⁵³, somadas a mais cortes no orçamento para a educação em 2020, que chegam a 19,8 bilhões⁵⁴.

Além disso, não podemos deixar de apontar o desserviço que o Ministério da Educação vem representando para a educação pública de nosso país, por meio de uma

⁵³ Link: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2019/07/educacao-e-a-area-mais-afetada-pelos-cortes-de-orcamento-por-bolsonaro/> Último acesso: 02/04/2020

⁵⁴ Link: <https://jornalistaslivres.org/corte-de-r-198-bilhoes-no-ministerio-da-educacao-no-orcamento-para-2020/> Último acesso: 02/04/2020

sucessão de ministros que claramente não defendem os ideais de uma educação pública, gratuita e de qualidade, mas sim, os interesses dos empresários e dos bancos, erguendo a bandeira da privatização e do corte de verbas na educação. Dos três ministros da educação que já passaram pelo Ministério ao longo do Governo Bolsonaro até o momento, consideramos que nenhum deles trouxe pensamentos muito diferentes dos outros, em termos políticos e ideológicos.

O primeiro deles foi Ricardo Vélez, marcado por uma gestão polêmica e decisões impopulares. É bom lembrar polêmicas como a alteração do edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), suprimindo, por exemplo, trechos que exigia que a obra estivesse “isenta de erros”, além de excluir a responsabilidade das obras no apoio ao combate à violência contra a mulher e na promoção da cultura quilombola. Além disso, cabe lembrar o pedido que tal ministro fez para as escolas públicas do país, para que gravassem a execução do Hino Nacional, acompanhado da leitura de uma carta de sua autoria que continha o slogan da campanha de Jair Bolsonaro, o que, por sua vez, é inconstitucional. Além disso, o MEC, ao longo da gestão de Vélez, chegou a suspender a Avaliação da alfabetização dos estudantes e anunciou uma Comissão de avaliação para a prova do ENEM, a fim de vetar certas questões na prova que não dialogassem com a perspectiva política e ideológica do Governo, além de declarações polêmicas proferidas por ele, como a de que “Universidade para todos não existe” e de que “é preciso voltar à educação moral e cívica”.⁵⁵

Sua gestão durou cerca de pouco mais de três meses, tendo sido substituído por Abraham Weintraub, segundo ministro da educação do governo Bolsonaro e que por sua vez, teve uma gestão marcada pelo apoio engajado da educação à distância no país, sobretudo no momento de pandemia que o Brasil enfrentou ao longo do ano de 2020⁵⁶, além de demonstrar um grande despreparo para o cargo, com erros inéditos na correção de quase seis mil provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2019 e falhas no Sisu⁵⁷, atribuindo-lhe também a implantação do programa “Future-se”, pelo MEC, que corresponde a uma iniciativa de autonomia financeira da educação superior, que nada mais é do que uma medida de grande sucateamento, abandono e precarização da educação superior pública do

⁵⁵ Link: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/relembre-as-polemicas-e-confusoes-de-ricardo-velez-frente-ao-mec/> Último acesso: 20/07/2020.

⁵⁶ Link: <https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2020/03/11/weintraub-recomenda-que-instituicoes-de-ensino-tenham-planos-de-contingencia.htm> Último acesso: 02/04/2020

⁵⁷ Link: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2020/01/gestao-weintraub-e-marcada-por-erros-retrocessos-e-ataques-a-educacao-professores-e-estudantes/> Último acesso: 02/04/2020

país⁵⁸.

Com a saída de Weintraub, o país ficou cerca de um mês sem ministro da educação, com alguns nomes tendo sido cogitados e divulgados, como Carlos Decotelli (que ficou no cargo por menos de uma semana)⁵⁹ e Renato Feder, que supostamente teria rejeitado o convite para assumir o ministério.⁶⁰

O atual ministro da educação, Milton Ribeiro, assim como seus antecessores, vem colecionando polêmicas e perspectivas pouco pedagógicas, a citar o exemplo de uma fala proferida por ele, defendendo o castigo físico para as crianças por meio de uma “vara da disciplina”. O vídeo no qual ele apresenta essa fala está com ampla circulação pela internet, tendo sido gravado na Igreja Presbiteriana Jardim da Oração, no qual ele é pastor, no ano de 2016.⁶¹

Todo esse cenário de incompetências, perspectivas antipedagógicas e de desvalorização e ataque da profissão docente e da educação pública, tanto por parte do Ministério da educação como pelo próprio Governo Federal, atinge os professores de diversas maneiras, afetando seu emocional, seu psicológico, sua vida familiar, profissional etc., produzindo diferentes significados, nas mais diversas lateralidades do ser.

O penúltimo ponto a destacar de nossa análise de dados da entrevista realizada é em relação ao uso de medicamentos. Ao levantarmos a pergunta: *você já fez ou faz uso de algum psicofármaco para trabalhar*, 68% afirmaram que não, e 32 % responderam que sim. Aos que responderam sim, aprofundamos perguntando *qual(is) medicamento(s) fazem ou já fizeram uso?* Como a questão era aberta, tivemos respostas específicas, das quais destacaremos algumas a seguir: quatro professores disseram tomar Rivotril e/ou Clonazepam; dois professores afirmaram fazer uso de Paroxetina; dois apontaram fazer uso de antidepressivos não especificados; enquanto tivemos uma resposta para Citalopram; uma para Venlafaxina e uma para Alprazolam, cabendo considerar que o mesmo professor pode ter respondido fazer uso de mais de um tipo de medicamento.

Essa informação ratifica para nós, alguns pontos importantes, já apresentados ao longo deste trabalho, mas que ainda merecem destaque. O primeiro é como o fenômeno do

⁵⁸ Link: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/78351-perguntas-e-respostas-do-future-se-programa-de-autonomia-financeira-do-ensino-superior> Último acesso: 02/04/2020

⁵⁹ Link: <https://oglobo.globo.com/sociedade/carlos-alberto-decotelli-pede-demissao-deixa-ministerio-da-educacao-1-24507870> Último acesso: 20/07/2020.

⁶⁰ Link: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/05/renato-feder-rejeita-convite-para-ser-ministro-da-educacao.ghtml> Último acesso: 20/07/2020.

⁶¹ Link: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/07/16/As-ideias-de-Milton-Ribeiro-como-pastor-e-%C3%A0-frente-do-MEC> Último acesso: 20/07/2020

adoecimento de professores tem dado lugar a uma lógica de patologização de problemas que não são de origem educacional e sim causados por fatores econômicos, políticos e sociais, conforme nos aponta Mezzari (2017), ao destacar que: “Assim sendo, um fenômeno que é socialmente construído recai sobre os professores, que sendo medicados justificam a ideia de que as mazelas da educação são de responsabilidade individual e não sociais.” (MEZZARI, 2017, p.92).

Em consonância com Mezzari (2017), Barros (1983) e Facci *et al* (2017) contribuem trazendo a reflexão de que o processo de medicalização se define pelo aumento vultoso da intervenção da medicina na vida das pessoas, nesse sentido a área médica assume a responsabilidade de resolver problemas que são decorrentes da forma como a sociedade se encontra organizada, a fim de conservar o seu *status quo*, invisibilizando os conflitos sociais intrínseco da relação capital-trabalho.

No entanto, o que percebemos, com as respostas dadas pelos participantes, é de que essa percepção dos conflitos sociais inerentes de uma luta de classes como causa para o adoecimento e consequente uso de medicamentos, fica ofuscada diante uma ideia de responsabilização individual diante do problema.

Sobre essa questão, Mezzari (2017) traz a seguinte reflexão

A prescrição médica tem o poder de determinar e controlar os vários âmbitos da vida das pessoas. Tal fato é mantido por uma lógica onde se mascara os problemas sociais transformando-os em individuais e gerando, assim, culpabilização no indivíduo e a invisibilização dos reais problemas sociais engendrados por esse modo de produção no qual estamos inseridos. (MEZZARI, 2017, p. 29).

Para, além disso, conseguimos perceber ainda que o uso de fármacos é visto positivamente pelos docentes, mais como uma solução, do que como um problema em si, representando para eles um aliado na luta contra as precárias condições de trabalho, por mais que este uso seja realizado de forma indiscriminada por eles, sem receita nem acompanhamento médico.

As falas dos participantes deixam essa ideia bem clara, por essa razão, julgamos válido trazer aqui todas as respostas que obtivemos sobre esse assunto, as quais destacaremos a seguir: *Passsei a dormir melhor, não deixando a preocupação com as tarefas do dia seguinte me tirar o sono*(Participante 1); *Me tornei uma pessoa mais tranquila em sala de aula* ((Participante 2); *A ansiedade diminuiu e exerço bem a função* (Participante

3); *Tenho uma boa noite de sono e conseqüentemente fico mais calma na sala de aula (Participante 4); porque sem ele não consigo ter paciência e calma o suficiente para lidar com as situações diárias (Participante 5); Em algumas situações me mantém mais no controle das minhas emoções (Participante 6); Por vezes quando algumas questões me tiram o sono e, por isso, apesar de me sentir sonolento, quando acordo vejo que quando tomo consigo melhorar o desempenho (Participante 7); diminuiu a depressão e melhorou o sono (Participante 8).*

Como essa era uma pergunta optativa, tivemos apenas oito respostas registradas. No entanto, o suficiente para deixar transparecer a naturalização da medicalização da vida como um suposto sacrifício necessário para se obter uma suposta qualidade de vida, sem apresentar quadros de ansiedade, estresse; dentre outros males psicossociais provocados pela relação professor-trabalho

Sentimos falta nas respostas apresentadas, de certo receio ou uma determinada preocupação por parte dos professores que fazem uso de psicotrópicos, do consumo ocasionar o desdobramento em problemas mais graves, como prejuízos para a saúde que podem ser irreversíveis.

A este respeito, cabe trazer para a análise, uma longa pesquisa realizada nos Estados Unidos por Robert Whitaker (2017), detalhada no livro “Anatomia de uma epidemia”, no qual ele aponta que o aumento no número de doentes mentais está proporcionalmente relacionado com a descoberta e uso de psicotrópicos.

Segundo as palavras do autor:

As pessoas assim diagnosticadas são tratadas com medicamentos psiquiátricos que aumentam sua probabilidade de se transformarem em doentes crônicos. Muitos indivíduos tratados com psicotrópicos acabam com sintomas psiquiátricos novos e mais graves, indisposições físicas e prejuízos cognitivos. Essa é a história trágica, escrita de maneira clara e óbvia em cinco décadas de literatura científica (WHITAKER, 2017, p.218).

Isso nos revela como a decisão de fazer uso de medicamentos deve ser repensada pelos professores, sobretudo, quando o uso é feito de forma irresponsável, sem prescrição e acompanhamento médico. Desse modo, podemos afirmar que a pesquisa nos revelou como esta prática é recorrente entre os professores, e como se faz necessário que muitos diálogos sejam estabelecidos com os mesmos, para que se descortinem os danos causados pela prática

da medicalização da vida.

A este respeito, somos integralmente de acordo com o posicionamento trazido por Moyses e Collares (2012) ao apontarem que

A vida está sendo medicalizada pelo sistema médico, que se apropria dos saberes e da própria vida das pessoas e, apresenta-se como competente para solucionar todo e qualquer problema. (...) A Medicina afirma que os graves – e crônicos problemas do sistema educacional seria decorrentes de doenças que ela, Medicina, seria capaz de resolver cria, assim, a demanda por seus serviços, ampliando a medicalização (MOYSÉS; COLLARES, 2012, p. 135).

Fica claro então em nossa análise, como a medicina tem adentrado os espaços escolares para resolver problemas que não são de sua responsabilidade, transformando questões de ordem política e social em questões individuais e biológicas. Nesse sentido, consideramos fundamental que a medicalização seja compreendida “sob a ótica de questões sociais mais amplas” (FACCI; MEZARI; LEONARDO, 2017, p. 111).

A última questão que consideramos essencial de ser apresentada aqui em nossa análise diz respeito a uma proposta de sugestão que eles deveriam apontar, de algum elemento na relação-trabalho que eles consideram crucial ser solucionado para resolver a questão do adoecimento docente. Sobre esse item, temos um resultado que nos aponta que dos 27 participantes, 11 consideram a valorização e o reconhecimento da profissão docente, como mais importante solução para resolver o problema, em detrimento até mesmo de outras questões muito caras dentro da categoria, como melhores condições de trabalho, que teve 9 respostas e até mesmo maior valorização salarial, que teve 7, ou ainda a diminuição da jornada de trabalho e a superlotação das turmas, que por sua vez, teve duas respostas cada, ficando muito transparente para nós como nossos professores são carentes de reconhecimento social pela sua profissão. A sensação de desvalorização e falta de reconhecimento, por parte dos governantes e da sociedade, de um modo geral, certamente é um peso difícil de carregar e como pudemos constatar, promove grande frustração entre os docentes.

Consideramos que, talvez seja essa a razão basilar de todos os outros problemas que atravessam o trabalho dos professores. Pois se fosse resolvido o problema da falta de reconhecimento e desvalorização de sua profissão, pensamos que conseqüentemente mais investimentos seriam aplicados na área da educação e melhores condições de trabalho;

maiores salários; dentre todas as outras questões já apontadas seriam respectivamente solucionadas.

A falta de reconhecimento e valorização da profissão, que como já afirmamos é parte da construção de um projeto político, é por sua vez, um fator tão preponderante que cabe destacar uma pesquisa realizada pela Agência Brasil no ano de 2008, com 8 mil professores de 19 Estados brasileiros, ao demonstrar que mais de 80% dos docentes se sentem desvalorizados pela sociedade⁶². Isso promove falta de perspectiva de futuro dentro da profissão, desencadeando em frustrações que se desdobram em quadros de adoecimento.

Outro ponto interessante que merece destaque nessa última questão levantada é o fato de termos tido respostas extremamente inusitadas para a resolução do problema do adoecimento docente, das quais destacaremos três a seguir: *Acho que não (se referindo a ter uma solução) temos mesmo é que nos adaptar as mudanças que ocorrem na sociedade e dentro do âmbito educacional. Buscar novas ferramentas para chamar a atenção dos alunos em sala de aula e seguir em frente. (Participante 1). Somente Deus (Participante 2); Pessoas adoecem em qualquer trabalho. Vivemos na era da depressão e da ansiedade. Só existiria uma “solução” se tudo mudasse. (Participante 3).*

Diante de tais respostas, torna-se pertinente lembrar a importância de entender a categoria de alienação nesse processo, pois quando nos deparamos com professores conformados com a dura realidade da profissão, responsabilizando os próprios pares, afirmando que cabe a eles se adaptarem as mudanças; ou quando temos respostas que simplesmente naturalizam o fenômeno do adoecimento docente apontando que pessoas adoecem em qualquer trabalho, nos revela um conformismo e uma naturalização tão grande da realidade objetivada que só é possível de ser explicada na sua totalidade quando passamos a compreender, por meio de um olhar dialético, como o sistema capitalista produz nos sujeitos um estado de alienação que molda o olhar, subordinando os indivíduos a um empobrecimento das perspectivas da existência humana.

Baseado nesse cenário, Silva (2012) defende que a alienação é um processo determinante do adoecimento, gerando culpabilização em não atingir as expectativas exigidas, além de angústias, ansiedades etc., ou seja, tal processo de estranhamento de si, e da sua relação com o seu trabalho pode atingir níveis tão profundos que não raras vezes pode desembocar em quadros de sofrimento psíquico e adoecimentos de modo geral.

⁶²Link:<http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL800592-5604,00-MAIS+DE+DOS+PROFESSORES+SE+SENTEM+DESVALORIZADOS+DIZ+PESQUISA.html>
Último acesso: 04/04/2020

A falta de perspectiva no futuro, aliado a um presente de aviltamento das condições de trabalho que precedem o adoecimento, pode promover também a criação de expectativas calcadas em soluções metafísicas, como atribuir a confiança a um ser divino para resolver o problema, como é o caso da segunda resposta em questão.

Todas as respostas apresentadas nos levam a questionar o motivo de nossos professores não depositarem sua credibilidade na força coletiva da categoria. Em nenhum momento da entrevista, tivemos respostas que contemplassem o sindicato como solução para resolver o problema. Isso nos leva a pensar que talvez falte a apropriação do entendimento de como a luta coletiva pode ser importante na transformação da conjuntura de precarização do trabalho e retirada de direitos, dentro do campo da educação, sobretudo no atual governo, em que tais medidas tem se apresentado de forma tão recorrente.

Nossa perspectiva se posiciona a favor da luta coletiva, pois entendemos que essa é a única alternativa de transformação da realidade que favoreça a classe trabalhadora, como historicamente os movimentos sociais vem nos provando com os avanços que obtivemos na sociedade. Desse modo, estamos de acordo com o posicionamento feito por Konder (1996), ao afirmar que

A alternativa para a história que tem sido feita é a história que poderá vir a se fazer, a partir de um movimento revolucionador realizado pela classe operária. São os trabalhadores, [...] que poderão promover na sociedade as transformações necessárias, que não se prendem à esfera privada (onde permanece o criado de quarto), mas passam pela luta política organizada, pela ação na esfera pública. (KONDER; 1996, p.28).

Portanto, consideramos ser de uma importância sem precedentes, o fortalecimento do papel dos sindicatos dentro do município de Santo Antônio de Pádua/RJ, como uma alternativa para romper com o quadro de precarização do trabalho e de adoecimento, conforme pudemos constatar na fala dos próprios professores ao longo das entrevistas.

De um modo geral, consideramos que essa análise de dados, das entrevistas realizadas por meio do questionário eletrônico, foi importante para nos mostrar que a realidade de adoecimento docente também transparece no Noroeste Fluminense, não sendo, portanto uma situação exclusiva dos grandes centros urbanos, como muitos pensam.

A partir da análise dos dados, pudemos também ratificar tudo o que nosso aparato teórico veio apontando ao longo de toda a pesquisa a cerca do tema em questão, nos trazendo elementos importantes para compreender de forma mais clara as relações de

trabalho e seus desdobramentos desencadeadores de adoecimentos.

Avaliamos, portanto que a realização das entrevistas através do questionário eletrônico foi uma tarefa bem sucedida, com resultados satisfatórios, embora admitimos que poderíamos ter alcançado um número muito maior de participantes e desse modo, ter realizado uma coleta de dados maior. De todo modo, avaliamos que os dados obtidos foram razoáveis para promover uma boa análise acerca da realidade de trabalho dos professores e com isso, conseguimos produzir reflexões críticas que julgamos importantes de serem apontadas, podendo contribuir na transformação dessa mesma realidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As revoluções se produzem nos becos sem saída

(Bertolt Brecht)

O presente trabalho é fruto da necessidade de se levantar discussões acerca do fenômeno do adoecimento docente no Brasil, baseado em uma perspectiva crítica e emancipadora para a classe trabalhadora.

E foi isso que nos propomos a fazer ao longo de toda a dissertação, privilegiando uma discussão que desse conta de problematizar a relação entre o adoecimento de professores com os processos de precarização do trabalho, baseado em uma extensa bibliografia a respeito do tema e na análise de dados de um questionário eletrônico respondido por 31 professores das seis escolas estaduais localizadas no Município de Santo Antônio de Pádua/RJ.

Com os elementos apontados, acreditamos ter desenvolvido uma pesquisa inédita, relevante e que se dispõe a ser mais uma ferramenta que visa contribuir de alguma forma para a luta de valorização do trabalho docente no país.

Diante de todo o panorama apresentado, não podemos jamais perder de vista a perspectiva de que o adoecimento docente é um problema que não pode ser naturalizado e visto sob uma perspectiva individual de culpabilização dos sujeitos envolvidos, mas sim compreendido como um fenômeno de ordem político e social que é construído e engendrado por aqueles que governam o país. Portanto, trata-se de um projeto classista que é construído no cerne da luta de classes, no qual estamos situados.

Consideramos fundamental que mais produções científicas e acadêmicas como essa venham ser produzidas, para que reflexões a respeito do tema sejam suscitadas em todas as escolas onde haja um professor doente e/ou fazendo uso de algum fármaco em função de sua relação com o trabalho.

Consideramos também que a experiência de aproximação com os professores, estar com eles, apresentar o tema de nossa pesquisa, senti-los envolvidos com esse desafio, bem como a troca de contatos, que nos possibilitou um diálogo por mensagens via grupo de *whattzapp*, assim como as lindas participações dos mesmos no questionário eletrônico, enfim, todo o processo até aqui, foi extremamente potente e carregado de significados.

Avaliamos que é fundamental que nossos professores reconheçam a importância da ação coletiva no processo de enfrentamento do adoecimento docente, por isso, consideramos ser da máxima importância que os mesmos se envolvam em ações junto com o sindicato de sua categoria, e para, além disso, que ocupem as ruas, com ações de enfrentamento a essa realidade de precarização e reificação do trabalho humano, apresentada aqui.

Por fim, acreditamos que é sim possível haver uma sociedade na qual o trabalho seja sinônimo de humanização para os sujeitos envolvidos, cujas relações humanas sejam plenas de sentidos, e haja valorização e realização na profissão docente, no entanto, para que isso venha se objetivar, é necessário, que no tempo presente, tomemos decisões coletivas de superação da sociedade capitalista, firmado em uma perspectiva de construção de uma sociedade mais avançada, aonde a vida humana seja mais digna, desenvolvida e livre.

Portanto, finalizamos com esse ar de esperança, acreditando na construção humana por meio da luta coletiva. Enxergamos nas lutas e enfrentamentos coletivos da classe trabalhadora a única alternativa de superação do capital. E é amparado por essa perspectiva de acreditar em um movimento de construção social que se faz no presente, que deixamos aqui uma frase de Brecht, que nos acompanhou ao longo de todo esse trabalho nas epígrafes de quase todos os capítulos, dessa vez, no famoso "Elogio da Dialética", ao assegurar que: "Os vencidos de hoje são os vencedores de amanhã e o 'nunca' se tornará 'hoje mesmo'.". (BRECHT, 1976, p.467).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, N. Dia da Consciência Negra: números expõem desigualdade racial no Brasil. **Folha de São Paulo**. 2019.

Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/11/20/consciencia-negra-numeros-brasil/> Último acesso: 29/03/2020.

ALLAN, Luciana. Exame. Por que você precisa se tornar um professor empreendedor? Crescer em Rede. A educação na visão de Luciana Allan, diretora do Instituto Crescer. 24 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/blog/crescer-emrede/> por-que-voce-precisa-se-tornar-um-professor-empreendedor/>. Acesso em: 21 de jan. de 2020.

ALMEIDA, M. R. A formação social dos transtornos de humor. 2018. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Botucatu: SP, 2018.

ALMEIDA, C. Mulheres estão em apenas 37% dos cargos de chefia nas empresas. 2017. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/mulheres-estao-em-apenas-37-dos-cargos-de-chefia-nas-empresas-21013908> Último acesso: 29/03/2020.

ALVES, M. Relembre a crise econômica e política do estado do Rio. **O Globo**. 2015. Disponível em: <https://infograficos.oglobo.globo.com/rio/linha-do-tempo-da-crise-no-rio.html> Último acesso: 30/03/2020.

AMARAL, Nelson Cardoso. PEC 241/55: a -morte- do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais. Revista Brasileira de Política e administração da Educação, v. 32, p. 653, 2016.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo. 2009.

ANTUNES, S. M. P. S. N. Readaptação Docente: trajetória profissional e identidade. Mestrado em Educação. Faculdade de Humanidades e Direito da Universidade Metodista de

São Paulo. São Bernardo do Campo-SP, 2014. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/cadernosdeeducacao/article/view/5075>>. Acesso em: 05 de março de 2019.

BASILIO, A. L. Relembre as polêmicas e confusões de Ricardo Vélez frente ao MEC. **Carta Capital**. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/relembre-as-polemicas-e-confusoes-de-ricardo-velez-frente-ao-mec/> Último acesso: 20/07/2020.

BASTOS, Josane Aparecida Quintão Romero. O mal-estar docente, o adoecimento e as condições de trabalho no exercício do magistério, no ensino fundamental de Betim/MG. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

BANCO MUNDIAL. “Um Ajuste Justo - Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil”. Brasil - Revisão das Despesas Públicas Volume I: Síntese V.1, Síntese, em:<http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report> Acesso em: 20 de jan. de 2020.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARISTELA, C. Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. Disponível em: www.epsjv.fiocruz.br/pdtsp/index.php?livro_id=6&area_id=2&autor_id=&capitulo_id=14&arquivo=ver_conteudo_2 Último acesso: 02/02/2020.

BRECHT, Bertold. *Gesammelte Gedichte*, Ed. Suhrkamp, Frankfurt/Main (4 volumes), 1976.

BRINCO, H. Faculdade pede desculpas após propaganda polêmica com Luciano Huck. **RD1**. 2017. Disponível em: <https://rd1.com.br/faculdade-pede-desculpas-apos-propaganda-polemica-com-luciano-huck/> Último acesso: 02/04/2020.

BOARINI, M. L. & YAMAMOTO, O. Higienismo e eugenia: discursos que não envelhecem. *Psicologia Revista*. São Paulo, v. 13, n. 1, p. 59-72. 2004.

BOARINI, M. L. O higienismo na educação escolar: In: Congresso Luso Brasileiro da História da Educação, p.6516 – 6525. 2006.

BOM DIA RIO. Salário de janeiro dos servidores do RJ será pago em seis parcelas. **G1 (Globo)**. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/salario-de-janeiro-dos-servidores-do-rj-sera-parcelado-em-seis-parcelas.ghtml> Último acesso: 30/03/2020.

BRANCO, Emerson; BRANCO, Alessandra Batista de Godoi; IWASSE, Lilian Fávoro Alegrância; ZANATTA, Shalimar Calegari. Uma visão crítica sobre a implantação da Base Nacional Comum Curricular em consonância com a reforma do Ensino Médio. DEBATES EM EDUCAÇÃO, v. 10, p. 47-70, 2018.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação correlata. Brasília-DF: Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado n.193 de 2016. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido". 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=125666>>. Último acesso: 01 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Transtornos mentais e comportamentais afastaram 178 mil pessoas do trabalho em 2017. Disponível em: <http://www.trabalho.gov.br/noticias/6588-transtornos-mentais-e-comportamentais-afastaram-178-mil-pessoas-do-trabalho-em-2017> Acesso em dez. 2019a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Transtornos mentais são a terceira principal causa de afastamentos do trabalho. 2019b. Disponível em: http://www.blog.saude.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52979&catid=579&Itemid=50218. Acesso em dez. 2019b.

BRASIL. Câmara Federal. Projeto de Lei n. 6006/2016. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1484506&filenome=PL+6005/2016>. Último acesso: 26 jan. 2020.

BRASIL. Perguntas e respostas do Future-se, programa de autonomia financeira da educação superior. **Ministério da Educação**. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/78351-perguntas-e-respostas-do-future-se-programa-de-autonomia-financeira-do-ensino-superior> Último acesso: 02/04/2020.

BRASIL DE FATO. Suicídio de professores no Paraná aumenta 15 vezes em cinco anos. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2019/10/15/suicidio-de-professores-no-parana-aumenta-15-vezes-em-cinco-anos> Último acesso: 23/01/2020.

CAMATA, S. Sedu divulga índice de merecimento para o bônus desempenho 2019. **Secretaria de Educação (Sedu)**. 2019. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/sedu-divulga-indice-de-merecimento-para-o-bonus-desempenho-2019> Último acesso: 24/01/2020

CAMBRICOLI, F. Brasil registra aumento de 775% no consumo de Ritalina em dez anos. **Estadão**. 2014. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-registra-aumento-de-775-no-consumo-de-ritalina-em-dez-anos,1541952> Último acesso: 23/03/2020.

CAMELO, E. A. N. A.. Escola Sem Partido e as implicações para a prática docente. In: VI Semana de Integração 2017, Inhumas-GO. Anais da Semana de Integração do Câmpus de Inhumas: UEG Campus de INHUMAS, 2017. v. 4

CANTARELLI, Adriana Gonzaga; FACCI, M.G.D.; CAMPOS. H.R. Trabalho docente e personalidade: alienação e adoecimento. In: Precarização do trabalho, adoecimento e sofrimento do professor. 1ª ed. Teresina: EDUFPI, V.01. 2017.

CAPETTI, P. A cada três horas um professor da rede municipal pede licença por problemas de saúde. **Jornal Extra**. 2019. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/a-cada->

[tres-horas-um-professor-da-rede-municipal-pede-licenca-por-problemas-psicologicos-23512259.html](https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2019/06/educacao-tem-62-afastamentos-por-transtorno-mental-ao-dia.shtml) Último acesso: 02/04/2020.

CARDOSO, W. Educação tem 62 afastamentos por transtorno mental ao dia. **Folha de São Paulo**. 2019. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2019/06/educacao-tem-62-afastamentos-por-transtorno-mental-ao-dia.shtml> Último acesso: 30/03/2020.

CARRASCO, Cristina. Para uma Economia Feminista - Introdução. In: CARRASCO, Cristina (ed.). Mujeres y economía. Nuevas perspectivas para viejos e nuevos problemas. (Trad: Sempreviva Organização Feminista). Barcelona: Icaria. 1999.

CARISSIMI, D.K.W.; LIMA, Maria Odila Finger Fernandes; MARTINI, Rosa Maria Fillipozzi. Trabalho docente: um trabalho alienado. Revista da FAGED (IMPRESSO), v. 13, p. 13-31, 2008.

CARLOTTO M. S. Síndrome de Burnout em Professores: Prevalência e Fatores Associados. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 27, n. 4, p. 403-410. 2011.

CARMO, J. Mesmo com maior grau de escolaridade, mulheres ganham menos que homens. **Catho**. 2019. Disponível em: <https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/colunistas/noticias/mesmo-com-maior-grau-de-escolaridade-mulheres-ganham-menos-que-homens/> Último acesso: 19/07/2020.

CARTA CAPITAL. Americanos fazem turismo em busca de tratamentos de saúde mais baratos. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/americanos-fazem-turismo-em-busca-de-tratamentos-de-saude-mais-baratos/> Último acesso: 28/01/2020

CARTA CAPITAL. Celso Amorim: “Militares foram longe demais no governo Bolsonaro”. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/brasil-e-60o-de-76-paises-em-ranking-de-educacao-8400.html> Último acesso: 21/09/2018

CARVALHO, M. A.; BARROCO, S. M. S.. Corre, professor!!! Lá vem bala!!! – Sobre a violência na educação pública do Paraná. In: Marilda Gonçalves Dias Facci; Sônia da Cunha

Urt. (Org.). Precarização do trabalho, adoecimento e sofrimento do professor. 1ª ed. Teresina - PI: EDUFPI, v. 1. 2017.

CASTRO, Gabriel de Arruda. Mais duas cidades aprovam lei da Escola sem Partido. **Gazeta do povo**. 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/mais-duas-cidades-aprovam-lei-da-escola-sem-partido-4wz257b4i37yzgjh3juletc9w/> Último acesso: 28/12/2019.

CORDEIRO, T. Sete benefícios que os políticos usam para engordar o salário. **Gazeta do povo**. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/sete-beneficios-que-os-politicos-usam-para-engordar-o-salario-dusb7bl2fuooe7bmyjglxwh7j/> Último acesso: 30/03/2020.

CORDEIRO, T. Conheça seis benefícios que os juízes recebem que são maiores que o salário dos brasileiros. **Gazeta do povo**. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/seis-beneficios-que-os-juizes-recebem-que-sao-maiores-que-o-salario-do-brasileiro-5njxdosbem0j0b2a1gctkp77h/> Último acesso: 30/03/2020.

CORTESÃO, Luiza. Ser professor: um ofício em risco de extinção? São Paulo: Cortez, 2002.

CUT. Central Única dos Trabalhadores.

Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/terceirizacao-irrestrita-pode-acabar-com-emprego-da-classe-media-no-pais-6beb>>. Acesso em 17 fev. 2019.

DALE, R. (2004) Globalização e Educação: Demonstrando a existência de uma “culturaeducacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? Educação & Sociedade. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago.

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5ª ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DEUD, C.A.F. PEC N° 6, de 2019 – Reforma da Previdência Social - Quadro comparativo entre a redação original e o texto aprovado na câmara dos deputados. Nota técnica. Brasília. Agosto. 2019.

DIEESE. Número de professores readaptados da rede pública de ensino básico paulista por região, cargo entre 2013-2015 e sexo, em 2015. SEE/CGRH/CEPEA – Através da Lei de Acesso à informação. Elaboração DIEESE. Subseção APEOESP. São Paulo, 2015.

DUARTE, Newton. Sociedade do Conhecimento ou Sociedade das Ilusões?: Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. 1ª ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

ESQUERDA DIÁRIO. Professor suicida-se na escola: até quando? 2019. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Professor-suicida-se-na-escola-ate-quando> Último acesso: 23/01/2020.

ESP. Programa Escola sem Partido.

Disponível em <<https://www.programaescolasempartido.org/>>. Acesso em 17 fev. 2019.

ESTEVES, Fernanda Cavalcante; GALVAN, A. L. Depressão numa contextualização contemporânea. Aletheia (ULBRA), v. 1, p. 127-135, 2006.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O.; GARCIA, R.M.C.; MICHELS, M.H. A tragédia docente e suas faces. In: Olinda Evangelista; Allan KenjiSeki. (Org.). Formação de professores no Brasil: leituras a contrapelo. 1ª ed. Araraquara: Junqueira e Marin, 2017, v.1, p.17-56.

EVANGELISTA, Olinda. et.al. Formação Docente no Brasil Pós-2000: Lances de um Massacre Intelectual. Revista Retratos da Escola, vol. 11, número 21, 2017.

ESTADO DE MINAS. Educação EAD cresce 133% em mais de um ano após atualização de legislação. 2018. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/2018/07/12/internas_educacao,972964/educacao-ead-cresce-133-em-mais-de-um-ano-apos-atualizacao-de-legisla.shtml Último

acesso: 24/01/2020.

FACCI, M. G. D. ; MEZZARI, D. P. S. ; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; URT, Sônia da Cunha . Uso de medicamento ou medicalização dos professores: uma discussão sobre as relações de trabalho e adoecimento. In: Marilda Gonçalves Dias Facci; Sonia da Cunha Urt. (Org.). Precarização do trabalho, adoecimento e sofrimento do professor. 1ª ed. Piauí: EDUFPI, 2017, v. 1, p. 101-112.

FERNANDES, P. D.; OLIVEIRA, K. K. S. Movimento Higienista no Brasil e o atendimento à criança. In: I simpósio regional vozes alternativas: uma discussão sobre poder, identidade, educação, patrimônio, cultura e excluídos, 2012, Aracaju. Anais do I simpósio regional vozes alternativas: uma discussão sobre poder, identidade, educação, patrimônio, cultura e excluídos. 2012.

FERNANDES, D. Pesquisa põe Brasil no topo de ranking de violência contra professores.

BBC. 2014. Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140822_salasocial_eleicoes_ocde_valorizacao_professores_brasil_daniela_rw Último acesso: 18/11/2018

FERREIRA, Cláudia Passos. Seria a moralidade determinada pelo cérebro? neurônios-espelhos, empatia e neuromoralidade. Physis, vol.1. N.21, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312011000200008&script=sci_arttext>. Acesso em 11/01/2020.

FERREIRA, P. Pesquisa mostra que 49% dos professores não recomendam a profissão. **O Globo**. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/pesquisa-mostra-que-49-dos-professores-nao-recomendam-profissao-22823861> Último acesso: 02/04/2020.

FONTENELLE, J. P. Higiene mental e educação. Archivos brasileiros de higiene mental. Rio de Janeiro, v. I nº. 1, p.1-10, jan./jun., 1925, pp. 1-10.

FREEMIND. Brasil ocupa o segundo lugar de maior consumidor de ritalina no mundo.

2020. Disponível em: <https://freemind.com.br/blog/brasil-ocupa-o-2o-lugar-de-maior-consumidor-de-ritalina-do-mundo/> Último acesso: 23/03/2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1972.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro. Paz e terra. 1987.

FREIRE, P. A importância do Ato de Ler: três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2006.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: Fazenda, I. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1991.

FÓRUM SOBRE MEDICALIZAÇÃO DA VIDA E DA SOCIEDADE. Manifesto do Fórum sobre medicalização da Educação e da Sociedade. Disponível em: <http://medicalizacao-do-forum-sobre-medicalizacao-da-educacao-e-da-sociedade/> Último acesso em: 31/01/2020

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO. 80% dos docentes da educação básica brasileira são mulheres. 2018. Disponível em: <http://fundacaotelefonicavivo.org.br/noticias/80-dos-docentes-da-educacao-basica-brasileira-sao-mulheres/> Último acesso: 29/03/2020.

G1 (Globo). Professores no Brasil estão entre os mais mal pagos em ranking mundial. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/04/professores-no-brasil-estao-entre-mais-mal-pagos-em-ranking-internacional.html> Último acesso: 30/03/2020.

G1 (Globo). Mais de 80% dos professores se sentem desvalorizados. 2008. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0..MUL800592-5604.00-MAIS+DE+DOS+PROFESSORES+SE+SENTEM+DESVALORIZADOS+DIZ+PESQUIS A.html> Último acesso: 04/04/2020.

G1 (Globo). Metade dos professores não recomenda a profissão aos jovens por causa da desvalorização, diz pesquisa. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/07/30/metade-dos-professores-nao-recomenda->

[a-profissao-aos-jovens-por-cao-da-desvalorizacao-diz-pesquisa.ghtml](#) Último acesso: 23/01/2020.

G1 SP. Salários de magistrados em SP têm reajuste de 16,4% e começam em R\$ 28,9 mil.2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/01/11/salarios-de-magistrados-em-sp-tem-reajuste-de-164-e-comecam-em-r-289-mil.ghtml> Último acesso: 30/03/2020.

G1. Reforma da previdência: Entenda a proposta aprovada, ponto a ponto. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/22/reforma-da-previdencia-entenda-ponto-a-ponto-a-proposta-aprovada-em-2o-turno-no-senado.ghtml> Último acesso: 21/01/2020.

G1. Renato Feder diz ter rejeitado convite para ser ministro da Educação. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/05/renato-feder-rejeita-convite-para-ser-ministro-da-educacao.ghtml> Último acesso: 20/07/2020.

GARCIA, M. F. Valor pago para auxílio-paletó daria para sustentar 17 mil famílias. **Observatório do terceiro setor.** 2018. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/valor-pago-para-auxilio-paleta-daria-para-sustentar-17-mil-familias/> Último acesso: 30/03/2020.

GANDIN, A.; LIMA, I. G. Reconfiguração do trabalho docente: Um exame a partir da introdução de programas de intervenção pedagógica. *Revista Brasileira de Educação*, 2015.

GLASS, D.C., MCKNIGHT, J.D. Perceived control, depressive symptomatology, and professional burnout: A review of the evidence. *Psychology & Health*, 11(1), 23-48. 1996.

GIL-MONTE, P. R. El síndrome de quemarse por el trabajo (Burnout): una enfermedad laboral en la sociedad del bienestar. Madrid: Pirámide. 2005.

GLOBO NEWS. Soma de benefícios faz com que magistrados do RJ recebam o triplo dos salários. **G1.** Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/soma-de-beneficios->

[faz-com-que-magistrados-do-rj-recebam-o-triplo-dos-salarios.ghtml](#) Último acesso: 21/01/2020.

GOÉS, B. “Escola sem Partido” tramita em 73 câmaras de vereadores. **O Globo**. 2017. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/escola-sem-partido-tramita-em-73-camaras-de-vereadores.html> Último acesso: 28/12.

HELOANI, José R.; CAPITÃO, Cláudio G.. Saúde Mental e Psicologia do Trabalho. In: São Paulo em Perspectiva, v.17, n.2, p.102-108, 2003.

HENRIQUE, G. As ideias de Milton Ribeiro: Como pastor e à frente do MEC. **Nexo Jornal**. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/07/16/As-ideias-de-Milton-Ribeiro-como-pastor-e-%C3%A0-frente-do-MEC> Último acesso: 20/07/2020.

HOSHINO, C. Saúde mental: pesquisas apontam o adoecimento dos professores. Lunetas, out. 2019. Disponível em: <https://lunetas.com.br/saude-mental-pesquisas-apontam-oadoecimento-de-professores/?fbclid=IwAR1CVkeGEw0C960NOViUZjaaq6BRZJ1iZ-wK-4NULLb3nKQrIMXHI-GYreU>. Acesso em dez. 2019.

INEP. Dados do Censo da Educação Superior: As universidades brasileiras representam 8% da rede, mas concentram 53% das matrículas. 2018. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-censo-da-educacao-superior-as-universidades-brasileiras-representam-8-da-rede-mas-concentram-53-das-matriculas/21206 Último acesso: 24/01/2020.

INSFRÁN, F. F. N.. Empatia na educação: buscando a superação de antigos entraves a experiências significativas de aprendizagem. In: TASSINARI, Marcia; DURANGE, Wagner. (Org.). EMPATIA: A CAPACIDADE DE DAR LUZ À DIGNIDADE HUMANA. 1ed.Curitiba: CRV, 2019, v. 1, p. 116-134.

INSFRAN, F. F. N.; MUNIZ, ANA G. C. R.; ARAUJO, G. G.. Problemas de escolarização, medicalização e docência: outros olhares. **PRÁXIS EDUCACIONAL (ONLINE)**, v. 15, p. 84-107, 2019.

IPEA. Estudo traça perfil do professor de educação básica no Brasil. 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30449

Último acesso: 29/03/2020

JUNIOR, Raimundo Sérgio de Farias. A precarização do trabalho e o adoecimento docente em instituições de ensino superior privadas/mercantis. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.

KONDER, L. A. M. C.; KONDER, L. A poesia de Brecht e a História. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. 86p.

KOSIK, K. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976. 4ªed.

LADEIRA; T. A.; LADEIRA, T. A. INFRÁN, F. F. N. Medicalização na docência como fenômeno da precarização do trabalho em Santo Antônio de Pádua/Rj: Compreendendo os motivos existentes. 3º CONINF. Instituto Federal Fluminense (IFF). Itaperuna/RJ. 2018

LESSA, S. Mundo dos homens: Trabalho e ser social. Instituto Lukács. 3ª ed. São Paulo. 2012

LIMA, Rafael Lucas de. Sobre o conceito de pseudoconcreticidade em Karel Kosik. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN. 2011.

LUKÁCS, G. Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo. Ciências Humanas. 1981.

MACHADO, Evandro José. Considerações em torno da obra O Capital de Karl Marx no que tange à mercadoria, valor e trabalho. Kínesis (Marília), v. II, p. 89-102, 2010.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; PINA, Leonardo Docena; MACHADO, Vinícius de Oliveira; LIMA, Marcelo. A base nacional comum curricular: um novo episódio de

esvaziamento da escola no Brasil. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abr. 2017.

MARX, K. *O Capital: livro 1*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. V. 2.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política. (Volume 1)* Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *A ideologia alemã*. São Paulo, Ciências Humanas. 1979

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. ENGELS, F. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo, Nova Cultural. 1987.

MARX, Karl. ENGELS, Friederich. *Manuscritos econômicos filosóficos*. In: FROMM, Erich. *Conceito marxista do homem*. Tradução de Octavio Alves Velho. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, K. *Teorias da Mais-valia: história crítica do pensamento econômico (Livro IV de O capital)*. Vol.1. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª ed.; São Paulo: Expressão Popular. 2008.

MASLACH, C.; SCHAUFELI, W.B.; LEITER, M.P. - Job burnout. *Annu Rev Psychol*. 397-422, 2001.

MEDEIROS, R. C. F. Para uma ecologia (mais) humana do professor readaptado. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília. Brasília-DF, 2010.

MEIRA, M. Incluindo para continuar excluindo: a produção da exclusão na Educação Brasileira à luz da Psicologia Histórico – Cultural. In: A exclusão dos incluídos: uma crítica da Psicologia da Educação à patologização e medicalização dos processos educativos. Maringá: Eduem, 2012.

MELLO, Guiomar Namó de. et al. Proposta Pedagógica e Autonomia da Escola: Novos Paradigmas Curriculares e Alternativas de Organização Pedagógica para a Educação Básica Brasileira. Secretaria de Educação do Paraná. 2000.

MELO, D., RIBEIRO, L., & STORPIRTIS, S. A importância e a história dos estudos de utilização de medicamentos. Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas: vol.4. 2006

MENEZES, W. F. O “processo imbecilizador”: proletarização e humilhação docente como instrumento de política neoliberal na educação básica em São Paulo. In: VII Seminário do Trabalho. 2010.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: Rumo a uma Teoria da Transição. São Paulo, Boitempo, 2002.

MEZZARI, D.P.S. O uso do medicamento pelos docentes e as relações de trabalho: Uma compreensão a partir da psicologia Histórico-Cultural. Dissertação (mestrado acadêmico). Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá. 2017.

MIRANDA, M.B. Saúde emocional de professores das escolas estaduais de Juiz de Fora – MG: Depressão e Burnout. Dissertação (mestrado acadêmico). Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Psicologia, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular – BNCC 3ª versão. Brasília, DF, 2017.

MINAYO, M. C. S. SANCHES, O. Quantitativo – qualitativo: oposição ou complementariedade? Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.9, nº 3, p. 239 -262, jul./set. 1993.

MOYSES, M.; COLLARES, C. O lado escuro da dislexia e do TDAH. In: A exclusão dos incluídos: uma crítica da Psicologia da Educação à patologização e medicalização dos processos educativos. Maringá: Eduem, 2012.

MOYSÉS, M.; COLLARES C. Dislexia e TDAH: uma análise a partir da ciência médica. Em CRP- SP; GIQE (Org.). Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos (pp. 71-110). São Paulo: Casa do Psicólogo. 2010

MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO Disponível em <<http://escolasempartido.org/>>. Acesso em 17 fev. 2019.

NAGIB, M. Quem somos. Site oficial do movimento Escola sem Partido. 2016, Disponível em <<http://escolasempartido.org/quem-somos>>. Último acesso: 01 nov. 2018.

NAUJORKS, M. I. Stress e Inclusão: indicadores de stress em professores frente à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Cadernos de Educação Especial. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação/ Departamento de educação Especial/ Laboratório de Pesquisa e Documentação (Lapedoc), v. 1, n. 20, 2002.

NEVES, M.; SILVA, E. A dor e a delícia de ser (estar) professora: trabalho docente e saúde mental. Estudos e Pesquisas em Psicologia. UERJ. Vol. 6, n.1. Rio de Janeiro, 2006.

NORONHA, O.M. Práxis e Educação. Revista HISTEDBR On-line, v.20, p.12-18, 2005.

NÓVOA, Antônio. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, Antônio. (Org.) Profissão professor. Porto, Portugal: Porto Editora, 1996.

O'HARA, Maureen. Empatia: A capacidade de dar luz à dignidade humana. In: TASSINARI, Marcia; DURANGE, Wagner. (Org.). EMPATIA: A Capacidade de dar luz à dignidade Humana. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2019, v. 1, p. 116-134.

OLIVEIRA, E. S. G.. O mal-estar docente como fenômeno da modernidade: os professores no país das maravilhas. Ciências & Cognição (UFRJ), Brasil, v. 07, p. 1-18, 2006.

OLIVEIRA, T. Como promover a saúde mental do docente? **Revista Nova Escola**. 2020. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/17037/como-promover-a-saude-mental-do-docente> Último acesso: 30/03/2020.

OLIVEIRA, Cida de. Educação é a área mais afetada pelos cortes de orçamento por Bolsonaro. **Rede Brasil Atual**. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2019/07/educacao-e-a-area-mais-afetada-pelos-cortes-de-orcamento-por-bolsonaro/> Último acesso: 02/04/2020

PANSARDI, M. V. A Formação de Professores e o Banco Mundial. Eccos; Revista Científica (Impresso), v. 1, p. 127/25-142, 2011.

PAVAN, R.; BACKES, J. L. . O processo de (des) proletarização do professor da educação básica. Revista Portuguesa de Educação, v. 29, p. 35-58, 2016.

PATTO, M. H. S. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. Casa do Psicólogo, São Paulo. 1999

PENNA, A. M.; PEREIRA, J. A. ; GONCALVES, L. M. O. ; SILVA, M. R. ; SILVA, R. S. F. . As pedagogias contemporâneas pós-modernas e suas implicações na formação do professor: uma análise fundamentada pela pedagogia histórico-crítica. In: XI Jornada do HistedBr, 2013, Cascavel. Anais do XI Jornada do HistedBr, 2013.

PENNA, Adriana. Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação: Implicações da Lógica Privada na Formação/Qualificação do Professor. Uma Análise Fundamentada pela Pedagogia Histórico-Crítica. In: Congresso Pedagogia Histórico-Crítica: educação e desenvolvimento humano. 2015. 06 a 08 de julho de 2015. UNESP - Bauru (SP).

PENNA; Adriana, SIMOES, R.; PEREIRA, J. A. 'Um Ajuste Justo' no Governo Temer: Banco Mundial Dita Normas para a Formação de Professores. 2018. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

PENNA; Adriana, SIMOES, R. Formação de Professores na linha de fogo de “um ajuste justo”. Governo Temer e o estímulo ao empreendedorismo. Professor: Seja um ‘protagonista’, seja um ‘*food truck*’ da educação...! Rio de Janeiro, Anais Niep Marx. 2019.

PENNA, A. M.. Formação de professores em tempos de competências socioemocionais: uma análise crítica. In: XIV JORNADA NACIONAL DO HISTEDBR - Pedagogia Histórico-Crítica, Educação e Revolução: 100 anos da Revolução Russa, 2017, Foz do Iguaçu - PR. ANAIS XIV JORNADA DO HISTEDBR, 2017.

PEREIRA, A. Em três anos mais de 7,7 mil professores não aguentam pressão e pedem licença. **RD News**. 2020. Disponível em: <https://www.rdnews.com.br/cidades/conteudos/124139> Último acesso: 02/04/2020.

PIOVESAN, A, TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. Ver. Saúde Pública. 1995.

PONTES, C. Estado: sem reajuste há cinco anos, servidores estão com defasagem salarial de 30%. **Jornal Extra**. 2019. Disponível em: <https://extra.globo.com/emprego/servidor-publico/estado-sem-reajuste-ha-cinco-anos-servidores-estao-com-defasagem-salarial-de-30-23734645.html> Último acesso: 29/03/2020.

PROPOSTA DE PLANO DE GOVERNO. 2018. Disponível em: <https://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf>. Último acesso em: 26 jan. 2020

RASCO, J.F.A. A educação e o currículo no espaço europeu: internacionalizar ou globalizar? In: SACRISTÁN, J.G. (Org.). Saberes e Incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, p. 403-418. 2013.

RAMAL, A. Brasil é um dos países que pagam menos aos professores. **G1 (Globo)**. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/blog/andrea-ramal/post/brasil-e-um-dos-paises-que-paga-menos-aos-professores.html> Último acesso: 23/01/2020.

RIBEIRO, Darcy. Ensaio insólitos. 1. ed. – Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

RJTV. Governo do RJ anuncia pagamento do 13º salário atrasado para parte do funcionalismo. **G1 (Globo)**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/governo-do-rj-anuncia-pagamento-do-13-salario-atrasado-para-parte-do-funcionalismo.ghtml> Último acesso: 29/03/2020.

RODRIGUES, Carlos Eduardo Serrina de Lima. As Habilidades Socioemocionais como a Nova Fênix das Avaliações em Larga Escala? Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2015

RODRIGUES, Marcilene. *Reificação na Retórica Conservadora: uma análise do “Todos Pela Educação”*. Santo Antônio de Pádua, 2016. 67f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Pedagogia) Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior, UFF, Santo Antônio de Pádua, 2017.

SAMPAIO, J. J. C. Epidemiologia da imprecisão: processo saúde/doença mental como objeto da epidemiologia. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

SANTOS NETO, A. B., Trabalho produtivo e trabalho improdutivo nas teorias da mais-valia de Karl Marx. (UFSC. Online), v.6, p.6-12, 2012.

SANTOS, D. A.; FACCI, M. G. D. O adoecimento e sofrimento psíquico de professores: difusão em produções científicas. In: Anais do V Congresso Internacional de Psicologia. Universidade Estadual de Maringá. Maringá-PR, 2012.

SANTOS, L. M.; URT, S. C.; VITAL, S. C. C.. Readaptação docente: qual o sentido atribuído pelo professor?. In: Marilda Gonçalves Dias Facci; Sônia da Cunha Urt. (Org.). Precarização do trabalho, adoecimento e sofrimento do professor. 1ª ed. Teresina - PI: EDUFPI, v. 1, p. 73-100. 2017.

SARAIVA, Karla; VARGAS, Juliana . Os perigos da escola sem partido. Teias (Rio de Janeiro), v. 18, p. 68-84, 2017.

SAVIANI, D. O nó do ensino de 2º grau. Bimestre, São Paulo: MEC/ INEP – CENAFOR, n. 1, out. 1986.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas-SP: Autores Associados, 2003.

SILVA, A.A.; FARIAS, I.S. Educação como inserção crítica e resistência. Revista Pandora, v.34, p.99-109, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2012.

SILVA, F. G. Alienação e o processo de sofrimento e adoecimento do professor: notas introdutórias. Labor, nº 7, vol.1, p.49-64. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/index.php/Labor/article/view/6705>. Acesso em 03 de abril de 2020.

SIMÕES, Roberto Alves. A Ação Criminosa da ONGs: A privatização da escola pública. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora. V. 01. 2017.

S.SOARES, V. A. B.; MARTINS, Lígia Márcia. Relações entre sofrimento/adoecimento do

professor e formação docente. In: Facci, M. G. D.; Urt, S. C.. (Org.). Precarização do Trabalho, Adoecimento e Sofrimento do Professor. 01ª ed. Teresina, PI: Editora da Universidade Federal do Piauí - EDUFPI, 2017, v. 01, p. 45-72.

TENENTE, L; FAJARDO, V. Brasil é #1 no ranking da violência contra professores: entenda os dados e o que se sabe sobre o tema. **G1 (Globo)**. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-e-1-no-ranking-da-violencia-contraprofessores-entenda-os-dados-e-o-que-se-sabe-sobre-o-tema.ghtml> Último acesso: 18/11/18

TODOS PELA EDUCAÇÃO 5 ANOS 5 BANDEIRAS 5 ATITUDES, 2012. Disponível em: http://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/tpe_5anos_final.pdf Acesso em: 09 Outubro 2018.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Anuário Brasileiro da Educação Básica. Editora Moderna. 2018. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/_uploads/20180824Anuario_Educacao_2018_atualizado_WEB.pdf?utm_source=conteudoSite Acesso em: 02 de abril 2019.

TRINDADE, N.; FERREIRA, P. Carlos Alberto Decotelli pede demissão e deixa Ministério da Educação. **O Globo**. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/carlos-alberto-decotelli-pede-demissao-deixa-ministerio-da-educacao-1-24507870> Último acesso: 20/07/2020.

TUMOLO, P. S. O trabalho como princípio educativo e o trabalho na forma social do capital. In: Congresso Internacional Educação e Trabalho, 2005, Aveiro. Congresso Internacional Educação e Trabalho - Representações sociais, competências e trajetórias profissionais, Universidade de Aveiro, Portugal, 2005.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da práxis. 1ª ed. São Paulo, Expressão popular, 2007.

VERPA, D. Bônus por desempenho a professores não melhora educação, conclui Unesco. **Folha de São Paulo**. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/10/1929593-bonus-por-desempenho-a>

[professores-nao-melhora-educacao-conclui-unesco.shtml](#) Último acesso: 21/09/2018

VIANNA, Cláudia. O sexo e o gênero da docência. Cadernos Pagu (UNICAMP), Campinas, v. 17/18, p. 81-104, 2002.

VIEIRA, M. C. U. ; MARCON, S.S. Significado do processo de adoecer: o que pensam cuidadoras principais de idosos portadores de câncer. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 42, p. 752-760, 2008.

VIGOTSKI, L. S. Obras Escogidas: Tomo IV. Madrid: Visor, 1996.

VITORINO, F. Brasil cai para ultimo lugar no ranking de status do professor. **G1 (Globo)**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/11/08/brasil-cai-para-ultimo-lugar-no-ranking-de-status-do-professor.ghtml> Último acesso: 23/01/2020.

WAGNER; RAMBO; ANDRADE. Cartilha Crítica da Reforma da Previdência. **Wagner Advogados Associados**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://www4.anfip.org.br/doc/publicacoes/Documentos_20_03_2017_18_29_12.pdf Último acesso: 21/01/2020.

WHITAKER, Robert. Anatomia de uma epidemia: pílulas mágicas, drogas psiquiátricas e o aumento assombroso da doença mental. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

ZORZANELLI, R., ORTEGA, F. & BEZERRA, Jr. (2014). Um panorama sobre as variações em torno do conceito de medicalização entre 1950-2010. *Ciência e Saúde Coletiva* (Impresso), v.19, p. 1859-1868.

ZUCOLOTO, P. C. S. V. O médico higienista na escola: as origens históricas da medicalização do fracasso escolar. *Rev. Bras. Crescimento Desenvolv. Hum. São Paulo*, v. 17, n. 1, p.136-145, abr. 2007.

Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822007000100014&lng=pt&nrm=is&tlng=pt>. Acesso em: 10 març. 2019.

ZUCOLOTO, C. A infância e a medicalização das dificuldades no processo de escolarização

nas teses sobre higiene escolar na Faculdade de Medicina da Bahia (1889-1930). Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA. 2010.

ANEXO I



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO MESTRADO EM ENSINO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Meu nome é Thalles Azevedo Ladeira e estou no processo de realização da pesquisa acadêmica aplicada sobre o tema **“O adoecimento de professores das escolas Estaduais de Santo Antônio de Pádua/RJ: Uma análise a partir dos processos de precarização do trabalho”**. Tal pesquisa compõe a minha Dissertação de Mestrado, parte integrante do Programa de Pós-Graduação realizado no INFES/UFF, e está sob orientação da Profa. Dra. Fernanda Fochi Nogueira Insfran. As informações a seguir destinam-se a convidá-lo (a) a participar voluntariamente deste projeto na condição de fonte, ou seja, o sujeito que fornece as informações primárias para a pesquisa em curso. Para tanto, é necessário formalizarmos a sua autorização para o uso das informações obtidas nos seguintes termos:

- A sua participação é totalmente voluntária;
- Você poderá se retirar da pesquisa e dá-la por encerrada a qualquer momento;
- Todos os dados terão caráter confidencial ao longo da pesquisa, portanto, seus dados estarão disponíveis somente para o pesquisador/autor da pesquisa e para a sua orientadora;
- O que for dito poderá ser usado no relatório final da pesquisa, sem, entretanto, revelar seus dados pessoais, como nome, endereço, telefone, etc.
- Os dados e resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em congressos, publicados em revistas especializadas e na mídia, e utilizados na Dissertação de Mestrado, preservando sempre sua identidade;
- Fica evidenciado que sua participação é isenta de quaisquer despesas;

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você, que poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento

no e-mail thalles-ladeira@hotmail.com .

Ao concordar com os termos descritos e aceitar participar do estudo, peço que assine o documento em sinal de que o TCLE foi lido, formalizando seu consentimento voluntário de participante.

Nome completo: _____

Telefone: _____

Email: _____

ASSINATURA DO (A) PARTICIPANTE

ASSINATURA DO PESQUISADOR

Santo Antônio de Pádua, _____ de _____ de 2019.

ANEXO II

Questionário sobre saúde dos professores

* Obrigatório

Informações pessoais e profissionais:

1- Qual sua faixa etária? *

- a) Menos de 20 anos
- b) Entre 21 e 30 anos
- c) Entre 31 e 40 anos
- d) Entre 41 e 50 anos
- e) Mais de 50 anos

2- Qual sua raça/ etnia? *

3- Reside em qual cidade? *

4- Tem filhos? Quantos? *

5- Qual seu sexo? *

- a) Feminino
- b) Masculino
- c) Prefiro não dizer
- d) Outro: _____

6- Qual sua orientação sexual?

- a) Heterossexual
- b) Homossexual
- c) Bissexual
- d) Pergunta desnecessária
- e) Outro: _____

7- Qual você considera que seja sua classe social? *

8- Há quantos anos atua como professor (a)? *

- a) Menos de 3 anos
- b) Entre 3 e 10 anos
- c) Entre 11 e 20 anos
- d) Mais de 20 anos

9- Há quantos anos atua na educação pública? *

- a) Menos de 3 anos
- b) Entre 3 e 10 anos
- c) Entre 11 e 20 anos
- d) Mais de 20 anos

10- Se você tiver interesse em conhecer o resultado desta pesquisa, deixe seu nome e *e-mail* que entraremos em contato (resposta opcional):

Saúde e Trabalho Docente:

11- Por que você se tornou professor (a)? *

12- Quantas horas por semana você trabalha como educador (a)? *

13- Você acha que os professores são valorizados pela sociedade? Por quê? *

14- Considera sua carga de trabalho leve, moderada ou pesada? Por quê? *

15- Você considera que é possível adoecer em função das condições de trabalho? *

- a) Sim
- b) Não
- c) Talvez

16- Caso sua resposta anterior tenha sido "sim" ou "talvez", explique quais fatores você considera que mais provocam o adoecimento ao professor.

17- Você já ficou doente em função das condições de trabalho docente? *

- a) Sim
- b) Não

18- Se sim, assinale abaixo quantas opções quiser e/ou preencha o campo "outros"

- a) Depressão
- b) *Burnout*

- c) Ansiedade
- d) Crise de pânico
- e) Dores de cabeça recorrentes
- f) Distúrbios vocais
- g) Problemas respiratórios
- h) Problemas de pressão arterial
- i) Dores na coluna
- j) Distúrbios do sono
- k) Artrite ou artrose
- l) Outro: _____

19-Você já solicitou afastamento em função de adoecimento pelas condições de trabalho? *

- a) Sim
- b) Não

20-Se sim, conseguiu o afastamento?

- a) Sim
- b) Não

21-Caso tenha conseguido, quantas vezes se afastou por motivo de saúde?

22-Já precisou pedir desvio de função devido a problemas de saúde? Se sim, em qual função atuou (ou atua)? *

23- Você já fez ou faz uso de algum psicofármaco para trabalhar? *

- a) Sim
- b) Não

24-Se sim, qual (is) medicamento (s)?

25-Você considera que o uso de psicofármacos te ajudaram ou ajudam na sua relação com o trabalho? *

- a) Sim
- b) Não
- c) Talvez

26-Caso tenha respondido "sim" ou "talvez", explique o por quê.

27-Você considera que mudanças políticas e econômicas podem prejudicar sua carreira docente? Por que? *

28-Você considera que mudanças políticas e econômicas podem prejudicar sua saúde? Por que? *

29-Baseado em toda sua leitura e experiência sobre o tema, você teria alguma sugestão para resolver a questão do adoecimento docente?

30-Você tem disponibilidade para encontros quinzenais em uma roda de conversa sobre o tema em questão ?

- a) Sim
- b) Não

31-Se sim, qual dia e horário é melhor para você?